



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

João Pedro Flor Fernandes

“Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou”: Os Panteras Negras, o Marxismo Negro e as Relações Internacionais

Florianópolis,
2022

João Pedro Flor Fernandes

“Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou”: Os Panteras Negras, o Marxismo Negro e as Relações Internacionais

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Karine de Souza Silva.

Florianópolis,

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Fernandes, João Pedro Flor
"Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou": :
Os Panteras Negras, o marxismo negro e as Relações
Internacionais / João Pedro Flor Fernandes ; orientador,
Karine de Souza Silva, 2022.
p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Relações Internacionais, Florianópolis, 2022.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Panteras Negras. 3.
Marxismo Negro. 4. Política internacional. I. Silva, Karine
de Souza. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III.
Título.

João Pedro Flor Fernandes

“Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou”: Os Panteras Negras, o
Marxismo Negro e as Relações Internacionais

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Dra. Karine de Souza Silva
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Flávio Thales Ribeiro Francisco
Universidade Federal do ABC

Prof. Dr. Ricardo Castelan
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em Relações Internacionais.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Professora Karine de Souza Silva
Orientadora

Florianópolis, 2022

AGRADECIMENTOS

Antes de conhecer Frantz Fanon, bell hooks, Aimé Césaire e Angela Davis eu tinha como referência Professor Luiz Paulo e Professora Lenise, meus pais. Agradeço por sempre terem me incentivado a sonhar e a construir outros futuros.

Aos meus amigos Thais Balistieri e Darlan Borges que acompanharam o desenvolvimento deste trabalho a partir da nossa casa, que me deram força, palavras de incentivo e muitas xícaras de café.

A Arthur Serafin, o meu maior ponto de apoio e que eu tenho a honra de celebrar cada vitória.

Agradeço às minhas amigas-irmãs-revisoras Bárbara Duwe Lima e Natália Pimpão, que acompanharam esta dissertação em todas as suas versões e que me ajudaram a entregá-la com qualidade e rigor.

Sou grato pelo apoio de toda minha rede de amigos e amigas que mesmo durante tempos adversos em que desenvolvi esta pesquisa, nunca deixaram de se preocupar e de torcer por mim: Ana Beatriz Slomski, Bruna Barro, Helena Cherem, Haziél Schneider, Henrique Martins, Isadora Konzen, Joana Paraíso, João Eduardo Mariot, João Ricardo, Júlia Koch, Leonardo Altino, Leonardo Travassos, Liane de Liz, Luíza Zanonato, Marina Rossetto, Rafaela Barbieri, Pedro Cruz e Tobias Carvalho.

Agradeço o apoio do melhor amigo que eu poderia ter feito na minha trajetória no mestrado, Giacomo Otávio Tixiliski.

Aos membros do movimento negro de todo o mundo, homens e mulheres honradas que dedicam suas vidas ao enfrentamento de uma estrutura desenhada para nos inferiorizar.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que com seus docentes e servidores comprometidos com a educação brasileira, resistem com excelência aos sucessivos ataques das forças reacionárias que tentam a todo custo impedir o desenvolvimento da ciência e do pensamento crítico no país.

À Professora Karine de Souza Silva, farol de conhecimento e intelectual inspiradora responsável pela minha orientação.

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo geral realizar um estudo de caso sobre o Partido dos Panteras Negras, grupo revolucionário e antirracista que se organizou nos Estados Unidos da América entre 1966 e 1982 e que teve uma intensa agenda internacional. Esta pesquisa é realizada a partir do Marxismo Negro. Busca-se compreender quais as principais contribuições desta experiência e desta abordagem para as Relações Internacionais. Para se atingir o objetivo geral, a pesquisa foi dividida em três capítulos, os quais dizem respeito aos objetivos específicos elencados que auxiliam na chegada do objetivo geral. A pesquisa apresenta o objeto em uma perspectiva historiográfica, identifica os principais autores, autoras, conceitos e ideias que podem ser instrumentalizados no campo das Relações Internacionais. A seguir analisa os Panteras Negras sob a luz do Marxismo Negro, verificando o que pode ser extraído dessa experiência para a compreensão da política internacional e de suas estruturas de poder. A pesquisa foi realizada com caráter exploratório e com análise qualitativa dos dados. Os resultados foram interpretados empiricamente. Justifica-se essa pesquisa pela lacuna nas Relações Internacionais, tanto do Marxismo Negro quanto do papel da raça na política internacional, em especial da agência internacional dos Panteras Negras. Verificou-se verdadeira a hipótese de que o Marxismo Negro é capaz de contribuir diretamente às Relações Internacionais em análises históricas e desenvolvimentos teóricos sobre o sistema internacional, em especial nos estudos sobre raça, assim como nas pesquisas sobre agentes internacionais não-tradicionais que se organizaram fora do escopo do Estado.

Palavras-chave: Panteras Negras; Marxismo Negro; Racismo; Política Internacional.

ABSTRACT

This dissertation has as the main goal to carry out a case study on the Black Panther Party, a revolutionary and anti-racist group that was organized in the United States of America between 1966 and 1982 and had an intense international operation. This study is based on Black Marxism Theory. This research seeks to understand the main contributions of this experience and this theory to the International Relations field. To achieve the main goal, this research was divided into three chapters, which relate to the specific objectives listed. The research presents the object in a historiographical perspective (first specific objective), identifies the main authors, concepts and ideas of Black Marxism that can be used in the field of International Relations (second specific objective) and then analyzes the Black Panthers under the light of Black Marxism, verifying what can be extracted from this experience for better understanding of international politics and its power structures (third specific objective). Under an exploratory approach and qualitative data analysis, the results were interpreted empirically. This research is justified by the gap in the International Relations field of both Black Marxism and the role of race in international politics, especially the role of the Black Panthers in the international arena. This study supports the hypothesis that Black Marxism is able to contribute directly to the field of International Relations and its historical analysis and theoretical developments on the international system. Its contribution is also evident to studies on race, as well as in research on non-traditional international agents that organized themselves outside the scope of the State.

Key-words: Black Panther Party; Black Marxism Theory; International politics.

LISTA DE ANEXOS

Anexo A – Bill Whitfield, Programa de café da manhã para crianças em idade escolar, Comitê do Kansas.....	117
Anexo B - Panteras Negras em fileira.....	118
Anexo C – O jornal <i>Black Panther</i>	119
Anexo D – “Afro-American solidarity with the oppressed People of the world”.....	120
Anexo E – Vestuário clássico dos Panteras Negras.....	121
Anexo F – Delores Henderson, Joyce Lee, Mary Ann Carlton, Joyce Means and Paula Hill em um protesto da campanha “ <i>Free Huey!</i> ”.....	122
Anexo G – Lápide de Fred Hampton alvejada por policiais.....	123
Anexo H – “Estamos com você, Angela!”.....	123
Anexo I – “Direitos Humanos ao estilo americano”.....	124
Anexo J – Emicida e Elza Soares - Panteras Negras.....	125

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COINTELPRO Programa de Contraineligência

CPUSA Partido Comunista dos Estados Unidos

EUA Estados Unidos da América

FBI *Federal Bureau of Investigation*

LGBT Lésbicas, gays, bissexuais e transexuais

OAAU *Organization of Afro-American Unity*

ONU Organização das Nações Unidas

PAIGC Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde

PCUS Partido Comunista da União Soviética

PPN Partido dos Panteras Negras

RI Relações Internacionais

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS	17
2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS	18
2.2. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA OS PANTERAS NEGRAS	23
2.3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS	25
2.4. A POLÍTICA EXTERNA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA VISÃO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS	33
2.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO NA VISÃO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS	43
2.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	47
3 O MARXISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	49
3.1 LINHA DO TEMPO E CONTEXTO HISTÓRICO DO NASCIMENTO DO MARXISMO NEGRO	50
3.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO MARXISMO NEGRO	54
3.3. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA OS MARXISTAS NEGROS	69
3.4. A POLÍTICA EXTERNA E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA VISÃO DO MARXISMO NEGRO	71
3.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO NA VISÃO DO MARXISMO NEGRO	75
3.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	76
4 O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS, O MARXISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS	77
4.1. LINHA DO TEMPO E CONTEXTO HISTÓRICO	78
4.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO	81
4.3. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB A LENTE DO MARXISMO NEGRO	86
4.4. A POLÍTICA EXTERNA E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO	90
4.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO	97
4.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	105

1 INTRODUÇÃO

O campo das Relações Internacionais, apesar de um século de história e importantes contribuições para as ciências sociais, carece de mais pesquisas sobre como o sistema internacional se relaciona com a raça, ou sobre como agentes internacionais fora do marco do Estado weberiano influenciam a política internacional. A presença dos estudos marxistas, teorias pós-de-anticoloniais e outras teorias críticas no campo reforça apreciações robustas que contestam os pilares de duas das principais escolas de pensamento da disciplina, o Realismo e o Liberalismo, calcadas na história acrítica da modernidade, que se relaciona com a sociedade capitalista vigente. A análise aqui apresentada está inserida nas discussões dos estudos de raça que observam e refletem sobre o papel que a construção das classificações raciais desempenha nas relações sociais e econômicas estabelecidas na modernidade.

Há para esta dissertação uma demarcada noção de responsabilidade acadêmica que recai sobre um cientista social, que é o de sempre tensionar o conhecimento para que ele abarque visões, críticas e propostas diversas sobre as múltiplas áreas das ciências humanas, para que se possa elucidar as raízes e soluções de problemas que persistem nas relações socioeconômicas por todo o mundo. À vista disso, o presente trabalho se propõe a uma articulação primária e consistente do Marxismo Negro nas Relações Internacionais, abordagem praticamente ausente na área, tanto dentro quanto fora do Brasil.

Ao elencar obras e conceitos não abordados nas RIs, busca-se enfatizar nomes que possam entrar no cânone de referências indispensáveis ao campo. Pretende-se, também, contribuir com pesquisadores e pesquisadoras que fazem a defesa da centralidade da raça, a partir da aplicação do Marxismo Negro na história de luta do Partido dos Panteras Negras, ao demonstrar sua significância para o movimento antirracista internacional - relevância essa que é sistematicamente negligenciada pelas vias tradicionais, uma vez que a maior parte do campo se mantém preso a lógicas eurocêntricas, estadocêntricas e que dispensam a raça como fator importante da política internacional.

Para os estudos raciais, a articulação entre a forma internacionalista de se desenvolver pesquisas, o marxismo negro e a aplicação aos *panthers* contribui dando materialidade à teoria, trazendo à tona as forças e as fraquezas da interação da teoria com a prática, refletindo sobre as ações que partem das periferias e atingem a arena global. A contribuição específica ao campo brasileiro se dá no fortalecimento teórico da resistência contrária à história

tradicional, única e branca, tomada até pouco tempo como verdade incontestável em diferentes meios acadêmicos, que insistem em manter os negros e negras em um lugar de passividade na história. Por conseguinte, esta pesquisa caminha com os movimentos em ascensão no país, como os pós-de-anticoloniais, os estudos críticos de raça e da branquitude, e os estudos feministas interseccionais, reforçando o papel do Marxismo Negro como ferramenta útil e legítima do campo.

De maneira análoga, contribui-se ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGRI/UFSC). Com este estudo pioneiro, a expectativa é auxiliar o Programa a se consolidar como uma referência nacional e internacional nos estudos críticos que irradiam do Centro de Pesquisas e Práticas Pós-coloniais e Decoloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional (EIRENÈ) e do Núcleo de Estudos Críticos de Raça e Gênero nas Relações Internacionais e no Direito Internacional Público (NEGRIs).

Esses espaços se dedicam a superar a lógica de negligência ao racismo e colonialidade do saber que impera nas RIs, e esta dissertação é o resultado da semente plantada por essas discussões. Para regá-la, esta pesquisa e este objeto passaram por diferentes momentos. O primeiro esforço foi a pesquisa de monografia desenvolvida por mim chamada de “O Ativismo Negro nas Relações Internacionais na segunda metade do século XX: Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiapartheid” (2019). Olhando primeiramente para essas três experiências através das teorias pós-de-anticoloniais, foi um importante primeiro passo para compreender o espaço central que o objeto - Panteras Negras - ocupava no sistema internacional. A partir disso, já no programa de mestrado, se fez necessário revisitar os primeiros elementos levantados e se debruçar sobre ele com maior rigor e discuti-lo a partir da orientação e com colegas da área para encontrar qual campo melhor extrairia deste objeto elementos úteis para as RIs. Isso ocorreu em encontros do próprio EIRENÈ, em palestras ministradas por mim em disciplinas e eventos, assim como em cursos e espaços de militância negra.

Sendo assim, me junto a autores e autoras como Almeida (2018), Barbosa (2020), Barreto (2007), Batista (2011), Bento da Silva (2021), Carvalho e Santos (2021), Costa e Clemente (2021), Faustino (2021), Gomes (2013), Gonzalez (1988), Müller (2021), Nascimento Barbosa (2021), Pereira (2010, 2016), Quadros (2020), Reis e Rezende (2021), Rocha (2021), Souza (2021), Silva (2020, 2021) que já haviam preparando o terreno para pesquisas que relacionam raça e relações internacionais, raça e marxismo e/ou eurocentrismo e ciências sociais. Sendo assim, a atuação intelectual desta pesquisa não se dá no vácuo, mas

como continuação do trabalho de acadêmicos e acadêmicas brasileiros que explicitam o caráter estrutural do racismo na formação socioeconômica de todas as sociedades, que após denunciarem as ausências e apontarem caminhos, permitem a manufatura de novas perguntas para as ciências humanas e, tão importante quanto, novas respostas.

Fragmentos desta pesquisa também foram escrutinados em eventos importantes da área de Relações Internacionais, como no 8º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI) no painel “História dos EUA no pós Segunda Guerra - Sociedade e estratégia nas relações internacionais” e no II Seminário de Pesquisa em Relações Internacionais da UFSC (SEPERI) - dessa vez em um espaço dos Estudos Críticos e Pós-Coloniais, nos quais foi possível colher comentários, recomendações e bibliografias que compuseram a presente dissertação.

Dessa forma, a pesquisa se consolidou com o objetivo geral de realizar um estudo de caso dos Panteras Negras e, a partir dele, compreender quais as principais contribuições do Marxismo Negro para o campo das Relações Internacionais. Sabendo disso, a pesquisa é guiada pelo questionamento: a partir do estudo de caso do Partido dos Panteras Negras, quais são as contribuições do Marxismo Negro para o campo das Relações Internacionais?

Para atingir este propósito, os objetivos específicos (correspondentes a cada capítulo da dissertação) são: a) Apresentar o Partido dos Panteras Negras, grupo revolucionário e antirracista que se organizou nos Estados Unidos da América entre 1966 e 1982; b) Identificar os principais autores, autoras, conceitos e ideias do Marxismo Negro que podem ser instrumentalizados no campo das Relações Internacionais; e c) Analisar os Panteras Negras sob a luz do Marxismo Negro e verificar o que pode ser extraído dessa experiência para a compreensão da política internacional e de suas estruturas de poder.

Essa divisão se justifica pela necessidade de uma construção lógica: primeiro é necessário apresentar o objeto e depois a teoria escolhida, para assim ser possível uma análise mais livre e robusta no capítulo final. Os capítulos se iniciam com breves introduções e se encerram com considerações parciais. Houve um esforço também para promover divisões em seções equivalentes e que se repetem em cada capítulo com as seguintes orientações gerais: Contexto histórico; O papel do Estado e dos partidos políticos; Contribuições teóricas; A Política Externa e as Organizações Internacionais; O lugar do antirracista e do antiracismo na Revolução; Considerações parciais. Dessa forma, busca-se facilitar o entendimento do leitor, assim como colher o que há de mais relevante nesses tópicos tão dorsais para as Relações Internacionais.

A metodologia escolhida para esta dissertação foi a de estudo de caso, entendido como “um estudo intensivo de uma única unidade com o objetivo de generalizar em um conjunto maior de unidades”¹ (GERRING, 2004, p. 12). A partir do Marxismo Negro desenvolvido por todo o século XX e pela experiência Panteras Negras entre 1966 e 1982, aplica-se o Marxismo Negro nas Relações Internacionais, assim como contribui para análises futuras de outros agentes do sistema internacional.

Deste modo, a pesquisa se desenvolveu com um caráter exploratório e com análise qualitativa dos dados encontrados em fontes primárias como no *Marxists Internet Archive*, no banco de dados da *University of California - Berkeley* e *University of Washington - Department of Civil Rights*, assim como em coletâneas de publicações do jornal *Black Panther*, como “Raça, Classe e Revolução: A Luta pelo Poder Popular nos Estados Unidos” (2020) e “Todo Poder ao Povo: Todo poder ao povo! Artigos, discursos e documentos do Partido dos Panteras Negras” (2017). Adicionalmente, dossiês temáticos como “Capitalismo e Racismo - a práxis negra” (2021) e “Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista” (2020) se fizeram essenciais.

Serviram de apoio historiográfico também autobiografias como as de Angela Davis (“Uma autobiografia” de 1974 e republicado em 2019), Huey Newton (“*Revolutionary Suicide*” de 1973 e reeditado em 2009), Elaine Brown (“*A Taste of Power*” republicado em 2015) e Assata Shakur (“*Assata: An Autobiography*” de 2000), entre outras obras.

As teorias aqui utilizadas foram produzidas tanto no Sul Global quanto no Norte Global, sendo esse último a partir de produções desenvolvidas em espaços acadêmicos anti-hegemônicos. Essa seleção se justifica pois, segundo Silva (2017, p. 70), as teorias hegemônicas produzidas no Norte Global se reivindicam como o “único *locus* autorizado de produção de conhecimento, atribuindo à ciência por si produzida o caráter de saber universal, enquanto desqualifica e subordina as epistemologias alheias”. É importante ressaltar, porém, que muitas vezes esses materiais não eram facilmente obtidos, uma vez que, como discutido previamente, se reserva um lugar periférico a essas narrativas e teorias, dificultando a aquisição desse conteúdo, se fazendo necessário um trabalho de prospecção na internet e solidariedade de outros pesquisadores para acessá-los.

Adicionalmente, parte significativa dos autores e autoras citadas neste trabalho não tiveram suas obras traduzidas para o português, recaindo sob a responsabilidade deste pesquisador a realização de leituras em inglês e espanhol, bem como a interpretação a partir

¹ No original: “*The case study, I argued, is best defined as an intensive study of a single unit with an aim to generalize across a larger set of units.*”

da metodologia e, em alguns momentos, tradução livre de trechos para serem usados em citações diretas. Sendo assim, houve um cuidado para colocar nas notas de rodapé a citação original, para que o leitor ou a leitora possa verificar a tradução realizada.

Outra clara dificuldade operativa foi a de encontrar maior diversidade de análises produzidas pelas mulheres marxistas negras. Este é também um reflexo do silenciamento destas vozes promovida pelo embranquecimento da história, da apropriação indevida e sem créditos de elaborações teóricas e do epistemicídio que ocorre nas ciências sociais. As autobiografias e artigos mais contemporâneos supriram parte da necessidade, mas não foram suficientes para ocupar o espaço nesta pesquisa que a qualidade técnica e intelectual dos trabalhos desenvolvidos por elas deveria ocupar, que seria, no mínimo, o da paridade. Kilomba (2020) defende, inclusive, que esse princípio de negação de algo que “existe e é tornado ausente, é uma das bases fundamentais do racismo”, pois se as obras não são lidas, elas deixam de ter existência prática.

Já nas notas de rodapé, se encontram elucidações pontuais de momentos históricos, expressões marxistas, conceitos elementares e uma diversidade de informações que, apesar de serem relevantes, não contribuem ao objetivo específico buscado no capítulo ou na investigação da hipótese. Ainda nessa seara, foi uma decisão consciente colocar aspectos biográficos de alguns agentes no corpo do texto e não nas notas para se contrapor ao usual lugar de irrelevância que as metodologias tradicionais costumam dar às vivências de quem escreve, defendendo um argumento importante de que não é possível deslocar a produção intelectual do meio social e ideológico sob o qual ela foi desenvolvida, realidade especialmente cara aos marxistas negros centrais desta pesquisa.

Toda essa organização se deu para a melhor investigação qualitativa e empírica possível da hipótese: “O marxismo negro é capaz de contribuir diretamente às Relações Internacionais em análises históricas e desenvolvimentos teóricos sobre o sistema internacional, em especial nos estudos sobre raça, assim como nas pesquisas sobre agentes internacionais não-tradicionais, que se organizaram fora do escopo do Estado”.

Em linhas teóricas, é da compreensão marxista negra que o racismo não é meramente uma superestrutura ideológica, mas também um eixo sob o qual a classe capitalista se organiza para promover a exploração colonial em um primeiro momento. Posteriormente, ela se reorganiza para subjugar e manter o acúmulo de capital intensificando a exploração da extração da mais-valia e da hierarquia de raças que, a partir dessa lógica, opera de forma a legitimar a permanência das desigualdades que garantem o funcionamento do sistema (CHADAREVIAN, 2007).

A partir de um viés de justiça epistêmica e histórica, objetivando enriquecer o campo, a escolha do Partido dos Panteras Negras, como ficará claro no decorrer da dissertação, se mostrou acertada. Em 1966, na periferia de Oakland, na costa oeste dos Estados Unidos, um partido marxista-leninista pautado pelo antirracismo surgia em resposta à situação degradante sob a qual viviam os afro-americanos da região. Primeiramente focado na autodefesa da população local que era vítima de constantes abusos policiais, o grupo evoluiu para um papel de organizador das comunidades negras em todo o país, chegando rapidamente a alcançar lugares privilegiados na arena global, ao lado dos movimentos comunistas, socialistas e/ou terceiro-mundistas.

Com uma retórica de solidariedade entre os povos oprimidos, as relações exteriores e influência dos Panteras são apresentadas neste trabalho como indispensáveis para a compreensão do sistema internacional da segunda metade do século XX e das lutas antirracistas transnacionais que existem até hoje, assim como o papel das produções intelectuais dos marxistas negros que influenciaram e foram influenciados por essa experiência política. Com esse caso, é possível enxergar diferentes elaborações do Marxismo Negro na prática, algumas provadas e outras refutadas nesta experiência.

Presentes no capítulo 2 - o primeiro dissertativo -, as vivências dos Panteras na política internacional materializam justamente essas teorias marxistas, sendo no papel dos EUA como um poder mantenedor do capitalismo racial e do imperialismo moderno domesticamente, sendo na prática de política externa em Organizações Internacionais, convenções e viagens internacionais do grupo. Divide-se este capítulo nas seguintes seções: Contexto histórico do partido dos Panteras Negras; O papel do Estado e dos partidos políticos para os Panteras Negras; Contribuições teóricas do partido dos Panteras Negras; A Política Externa e as Organizações Internacionais na visão do partido dos Panteras Negras; O lugar do antirracismo e do antirracista na revolução na visão do partido dos Panteras Negras; Considerações parciais.

Após essa visita historiográfica dos Panteras Negras, o capítulo que o sucede (capítulo 3) revisita o marxismo tradicional e apresenta a ascensão do Marxismo Negro enquanto abordagem, realizando uma síntese possível. Nesta divisão aparecem também autores, autoras, conceitos e teorias que são apresentadas para a posterior leitura da experiência dos *panthers* e para uma inserção no campo das RIs. Não é de ambição do segundo capítulo ter uma discussão de toda a obra marxista negra, até porque seria impossível metodologicamente, então destacam-se aqueles e aquelas que serviriam frontalmente ao estudo de caso e aos temas caros às RIs. Mais uma vez utiliza-se a divisão de seções equivalentes às do capítulo anterior.

A luz desses conceitos, o quarto e último capítulo analisa a experiência dos Panteras Negras e aponta sem rodeios o que o campo das Relações Internacionais poderia aprender com cada observação do objeto em diversos temas caros à área introduzidos até então, principalmente para o enfrentamento da desumanização sistematizado do capitalismo racial. Neste segmento, a utilização do Programa de 10 pontos dos Panteras Negras serve como o ponto de encontro das discussões e dos tópicos, para que se possa conectar análises do Marxista Negro, prática dos Panteras e Relações Internacionais.

Considerando o forte papel da iconografia dos Panteras Negras e de seu envolvimento com as lutas anticoloniais, este trabalho também conta com uma seção de anexos que ilustram as discussões feitas em todos os capítulos sobre a utilização teórica e política do vestuário, de charges, *banners* e outros recursos gráficos durante a luta. Neste trabalho, vale esclarecer, algumas vezes me refiro aos Panteras Negras com a escrita por extenso, ora PPN (Partido dos Panteras Negras), ora como *panthers* e *black panthers*, sem distinção de sentido.

Por fim, como motivação pessoal da pesquisa, comunga-se do verso do pensador e *rapper* brasileiro Emicida que afirma na canção Principia: “Enquanto a Terra não for livre, eu também não sou” (EMICIDA, 2019). Junto disso, a expectativa é que ao resgatar mais uma história de agência negra - dessa vez, em escala global - este estudo contribua para a luta antirracista, para preencher lacunas nas ciências sociais e enriquecer a área, marcadamente branca. A escolha pelo internacionalismo e pelos estudos críticos de raça é justamente motivada por isso: entender a perenidade das desigualdades, sob a lente do Marxismo Negro e dos agentes antirracistas internacionais, como os Panteras Negras, escancarando assim a condição incontornável de colocar a raça sob os holofotes para que as Relações Internacionais avancem intelectualmente, continuem a enriquecer as ciências sociais, promovam desenvolvimento social e consequentemente ajudem a contribuir para a superação do racismo.

2 O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS

“A vida é um crime / E quem eu sou eu sei
Com o rótulo que vivo / Sou fora da lei
Se tu tem um motivo / ‘Nois’ tem mais de cem
Eu rasgo teu escrito e grito / Lei pra quem?”
(MC THA)

O objetivo desse capítulo é realizar um estudo de caso sobre o Partido dos Panteras Negras, grupo revolucionário e antirracista que se organizou nos Estados Unidos da América entre 1966 e 1982. O partido é fruto de uma sociedade que marginalizava os afro-americanos de maneira sistemática, social e espacialmente, gerenciado através da violência policial, em especial nas metrópoles que tiveram um *boom* populacional casada com a industrialização intensa dos EUA do século XX. Sua fundação também foi resultado do ativismo da esfera pública negra, como universidades, fábricas e jornais da negritude do país. Os Panteras são também uma síntese da ascensão do novo negro da modernidade norte-americana (FRANCISCO, 2015), que se divide entre sua identidade negra e estadunidense (DU BOIS, 2014), entre a reivindicação da vida urbana e globalizada, flagelada pela falsa promessa de inserção via consumo na sociedade do *american way*, carregando consigo um conjunto de valores contrastantes, que eram ao mesmo tempo locais e globais.

Parte da hipótese desta pesquisa é que o estudo de agentes internacionais não-tradicionais - que não são o Estado ou as Organizações Internacionais - contribui diretamente com o campo das Relações Internacionais. Uma vez que os Panteras se configuram como tal, apesar de sua intensa atividade na política internacional, apresentar sua histórias e seu catálogo de ações influentes na luta anticolonial, anticapitalista e antirracista, contribui diretamente para confirmar ou refutar a premissa.

Para melhor atingir o objetivo, o capítulo é dividido em 6 seções: Contexto histórico do Partido dos Panteras Negras; O papel do Estado e dos partidos políticos para os Panteras Negras; Contribuições teóricas do Partido dos Panteras Negras; A Política Externa e as Organizações Internacionais na visão do Partido dos Panteras Negras; O lugar do antirracismo e do antirracista na revolução na visão do Partido dos Panteras Negras; Considerações parciais.

Os atores e atrizes destacados aqui fazem parte da lideranças do Partido, que funcionam como representantes de movimentos internos e externos da experiência do grupo, e

suas biografias, ideias e leituras do sistema internacional são amostras de tantos outros filiados e filiados que construíram o PPN. Dessa mesma forma, ciente de que seria impossível abarcar todos os aspectos da complexa história do Partido dos Panteras Negras, foi necessário um enfoque em temas caros concomitantemente às Relações Internacionais e ao Marxismo Negro, sendo eles: Estado, limites da democracia, participação política, ecos dos processos políticos de outros países, mudanças sociais causadas pelas lógicas da Guerra Fria, impactos sociais das experiências de guerra, a identificação cultural afrodiáspórica, o uso legítimo da violência, a estrutura econômica global, o papel dos Estados Unidos na ordem mundial e outros tópicos adjacentes.

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS

A fundação do Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for Self-Defense*) na Califórnia, Estados Unidos da América (EUA), em 1966, se deu na esteira de movimentos contestatórios em todo o país, que vivia uma década de efervescência por direitos civis básicos de pessoas negras, mulheres, LGBTs (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais)² e outros parcelas marginalizadas da sociedade. De orientação marxista, o grupo se consolidou como um centro do debate do racismo, se fazendo presente na linha de frente da luta pela libertação (sem segregação social e legal, com direitos iguais, acesso à poder e renda, etc.) e pela distribuição da riqueza, dando forma ao conceito transversal dos radicais negros do movimento *Black Power*; defendendo uma organização com horizonte revolucionário, baseada na estratégia de fortalecimento das comunidades periféricas por meio da organização das massas³.

O nome foi inspirado no símbolo adotado por outro grupo antirracista, *Lowndes County Freedom Organization*, do Alabama, e simboliza um animal preto, destemido e perigoso, que ataca com astúcia (NATIONAL ARCHIVES, 2021). Ambiciosos, os Panteras propunham radicalidade pela tomada do poder, acreditavam que a marginalidade também é um espaço de potência. Para se entender a história complexa da ideologia e da prática dos *panthers*, que se configura como uma das principais forças antirracistas no mundo na virada

² Para evitar anacronismos é importante elucidar que, àquela altura, a movimentação civil pela pauta da diversidade sexual era chamada de “movimento gay”.

³ É importante registrar que os Panteras Negras não foram o primeiro grupo negro organizada nas linhas da radicalidade, uma vez que essa forma de atuação remonta tanto ao período da escravidão no país assim como movimentos antirracistas dos anos 1920.

das décadas de 1960 para 1970, é necessário compreendê-lo em dois níveis, no nacional e no internacional.

Na cidade de Oakland, Huey Percy Newton⁴ e Bobby Seale⁵ fundaram o Partido dos Panteras Negras em resposta ao agravamento do tratamento recebido pelos afro-americanos nas periferias da cidade, evidenciado nos péssimos índices de educação, acesso à serviços básicos e desnutrição, efeito do racismo histórico e da rápida desindustrialização da região, na qual 50% de famílias viviam abaixo da linha da pobreza (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017). Situação que se somava com o declínio na crença do mito da mobilidade social meritocrática estadunidense, que não era verificada aos cidadãos racializados, que viviam violências cotidianas, às vezes frontais, às vezes escondidas (JOSEPH, 2016; MANOEL; LANDI, 2020).

O município estava inserido em um contexto propício de contestações sociais, pois diversos movimentos emenavam da baía de São Francisco (*Bay Area*), uma vez que a região era um pólo de reivindicações da Nova Esquerda (*New Left*). Irradiando tanto de Universidades como Merritt e Berkeley, quanto do movimento antiguerra, as demandas sociais contrastavam com um enorme complexo industrial militar na região (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017). Merritt era especialmente importante para os cofundadores do Partido dos Panteras Negras (PPN) pois os dois haviam estudado na instituição, que contava com um ativismo muito intenso. Localizada em uma região periférica, a faculdade mantinha intensa troca com a comunidade local, diferente dos modelos tradicionais de outros institutos mais isolados.

⁴ Huey Percy Newton foi um revolucionário estadunidense nascido em 1942, que atuou como assistente social em Oakland, cofundador e Ministro da Defesa dos Panteras Negras. Estudou na Faculdade de Direito de Merritt e na Faculdade Estadual de São Francisco na década de 1960. Se tornou PhD em Filosofia pela Universidade da Califórnia em 1984. Newton é considerado um dos maiores ícones antirracistas do século XX nos Estados Unidos, tendo exercido intensa militância comunitária e internacional, além de ter publicado artigos, livros e manifestos. Foi preso duas vezes - uma após condenação por assassinato e outra por perseguição política das forças policiais californianas. Foi exilado político em Cuba entre 1974 e 1977 após assédio do Departamento Federal de Investigação (FBI). Envolvido com tráfico de drogas, faleceu em 1985 assassinado pelo membro de uma gangue rival, quando o Partido já não existia mais (BLOOM; MARTIN, 2013. MARXISTS INTERNET ARCHIVE, 2021; TIME MAGAZINE, 1978).

⁵ Robert George Seale, mais conhecido como Bobby Seale, nasceu em 1936 no sul dos Estados Unidos e ainda jovem se mudou para a Califórnia. Serviu na Força Aérea dos Estados Unidos por um breve período na década de 1950. Foi estudante da Faculdade de Direito de Merritt onde participou da Associação Afro-americana da Universidade. Foi Presidente e cofundador do Partido dos Panteras Negras. Considerado um orador extremamente habilidoso, atuou na coordenação das atividades do grupo pela maior parte de sua existência. Perseguido pelo Programa de Contraineligência do FBI, foi acusado de diferentes crimes durante sua vida. Tem 3 livros publicados sobre a temática racial. Foi candidato a prefeito de Oakland em 1973. Foi Professor de Estudos Afro-americanos na Universidade da Filadélfia até o começo dos anos 2000. Hoje atua como professor em diversas instituições e é organizador comunitário (BLOOM; MARTIN, 2013. MARXISTS INTERNET ARCHIVE, 2021).

Essa proximidade da academia com a rua é também simbólica da experiência do partido, uma vez que a teoria era organicamente relacionada ao debate cotidiano. Vale ressaltar que a partir dessa movimentação, essa instituição foi a primeira de ensino superior do país a oferecer um curso de história negra. Nesse mesmo espaço, o conhecimento sobre Direito, em especial em matéria de legislação sobre porte de armas e garantias constitucionais de defesa, assentava uma movimentação relativamente respaldada das atividades e demandas do partido (BLOOM; MARTIN, 2013). Mais do que a oposição entre as duas concepções de mundo apresentada pela região, a realidade objetiva escancarava as contradições entre a promessa das reivindicações democráticas com os horrores das diferentes guerras que os EUA se envolviam.

Nesse contexto de extrema vulnerabilidade entre os mais pobres, os programas de sobrevivência operacionalizadas pelos Panteras atuavam na lógica de suprir necessidades de saúde, alimentação e segurança, ao mesmo tempo que concretizavam o poder popular administrado pelo partido. A ideia era de comunhão, com a articulação entre demanda, teoria e prática (FERNANDES, 2019). Sob o guarda-chuva do plano “*Serve the people*”⁶, atividades como o oferecimento de café da manhã para crianças em idade escolar⁷ chegaram a atender 10 mil pessoas por dia (BLOOM; MARTIN, 2013). A perspectiva desses projetos superava uma lógica puramente assistencialista, englobava uma crença de que “qualquer programa que seja revolucionário é um programa que faz avançar” (HAMPTON, 1969, p. 53).

Os comitês do PPN funcionavam também como espaços formativos. Nas aulas de teoria política para as comunidades buscavam apresentar autores e autoras do mundo todo que elucidassem o desenvolvimento econômico e histórico das sociedades oprimidas. Já na instrução sobre o pensamento jurídico, atenção especial era dada no treinamento dos filiados de como se blindar de abusos policiais quando abordados, no qual não deveriam passar informações, se negando a assinar documentos de confissão ou termos circunstanciados (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017). A base de todos os projetos, vale negritar, era a coletividade.

Já nas formações políticas dos e das militantes, o estudo da ordem burguesa era central, já que defendiam que para derrubar um inimigo, é necessário entendê-lo, sem nunca se afastar das armas, uma vez que a “liberdade nasce da ponta de um fuzil” (HAMPTON, p. 89, 1969). Além dos serviços de alimentação, promoviam também atendimento médico em clínicas populares e escolas para alfabetização, considerando essas necessidade urgentes que

⁶ “Servir ao povo”, em tradução livre.

⁷ Consultar a imagem presente no anexo A.

precisavam ser sanadas para, a partir daí, liderarem uma construção coletiva com bases solidárias e dignas para chegarem à revolução (NOVA CULTURA POPULAR, 2017).

Muitos dos Panteras que se engajavam no dia a dia levaram vidas difíceis e traumáticas antes e durante a trajetória do partido, testemunharam assassinatos, linchamentos, passaram por condições degradantes em prisões. Além do mais, eram extremamente jovens⁸. A materialidade dessas experiências não foi ignorada no processo de elencar as prioridades e formular as políticas. Huey, por exemplo, já havia sido preso, e a relativização da vida humana que ele vivenciou nesse espaço o deixou mais sensível para a gravidade do funcionamento do sistema, dando forma à teoria, permitindo a ele uma fala embasada em experiência própria, diferenciando-se de outros ativistas que se contentavam em apenas debater o assunto (BLOOM; MARTIN, 2013).

Dessa forma, todos os projetos dirigidos por ele desde os seus tempos de líder comunitário e assistente social até a condução do Partido na esfera internacional, carregavam o propósito de resolução dos problemas de seus colegas, vizinhos e familiares (FERNANDES, 2019). Vale adicionar que os Panteras chegaram a ter 100 sedes regionais nos Estados Unidos, 2 mil membros⁹ e seções internacionais, atraindo holofotes políticos e midiáticos aonde quer que passassem (MALLOY, 2017; PANTERAS NEGRAS, 2014). Esses comitês eram também espaços de interação social da juventude negra, com atividades que poderiam ou não rondar a política como prática consciente (FARMER; PHILLIPS; SPENCER; YELLESETTY, 2021).

Seale, por sua vez, trazia consigo a experiência de ter servido à Força Aérea americana e entendido através da teoria antirracistas que ele havia tido contato na universidade anos antes, como a militarização da sociedade capitalista atuava também para a manutenção das hierarquias internas da supremacia branca (BLOOM; MARTIN, 2013). Orador habilidoso, o Presidente do partido conseguiu engajar o grande público e transmitir um ideal utópico de um mundo socialista de uma maneira palpável (FERNANDES, 2019; PANTERAS NEGRAS, 2014).

⁸ Newton, por exemplo, tinha apenas 24 anos na fundação do Partido (BLOOM; MARTIN, 2013).

⁹ Consultar a imagem presente no anexo B.

Nesse mesmo espaço histórico, nomes importantíssimos como Martin Luther King Jr.¹⁰, da Conferência da Liderança Cristã do Sul¹¹, e Malcolm X¹², da Nação do Islã, figuravam na linha de frente da pauta antirracista nos Estados Unidos. Se por um lado o assassinato de ambos os transformou definitivamente em mártires respeitados e reconhecidos até hoje, por outro alimentou a desilusão de setores que acreditavam em uma via não-violenta¹³ do rompimento da ordem desigual vigente¹⁴ (INSTITUTO HUMANITAS, 2016), em especial a juventude estadunidense. A morte de King, realça-se, marcou o fim de uma era mais esperançosa e heróica para o início de uma nova onda de militância, mais cética, difusa e antissistema (JOSEPH, 2016), onde os *panthers* se inserem. A decepção foi tamanha que muitos militantes moderados passaram a concordar que, a partir daquele acontecimento, o caminho seria inevitavelmente sangrento, e que a ação frontal era a única que valeria a pena perseguir (MALLOY, 2017).

Malcolm X, por sua vez, era uma figura quase religiosa para o primeiro escalão dos Panteras Negras, por conta de seus objetivos nacionalistas, pela sua produção intelectual que refletia sobre a identidade do negro estadunidense e a compreensão do que a esquerda tradicional, marxista, tinha para contribuir com a superação do racismo, sem se afastar da especificidade da condição imperial de seu país (BLOOM; MARTIN, 2013; JOSEPH, 2016). O líder, vale elucidar, foi assassinado um ano antes da fundação do PPN. Inclusive, era do axioma popularizado por ele de “ganhar a liberdade por qualquer meio necessário” que a militância negra radical partia.

Dessa forma o contexto onde os *panthers* estavam inseridos elucidada parte dos motivos que os incentivaram a seguir por certo caminhos pautados na solidariedade. A intensa conexão entre os membros e a comunidade, o perfil dos cofundadores, as condições de vida

¹⁰ Adepto a não-violência, Martin Luther King Junior (1929-1968) foi um líder religioso, pastor batista e ativista social com intensa atividade política na década de 1950 e na primeira metade da década de 1960 nos Estados Unidos. Autor do icônico discurso “Eu tenho um sonho”, King dedicou sua vida para ações pelo fim da segregação legal vigente em diferentes estados do país. Sociólogo e doutor em teologia, por conta do conjunto de sua obra e sua atuação extremamente influente pela expansão dos direitos civis recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 1964. Radical à sua própria maneira, foi assassinado em 1968, King entrou no panteão dos maiores líderes da história dos Estados Unidos e do mundo (BRITANNICA, 2021).

¹¹ “*Southern Christian Leadership Conference*”, no original.

¹² Revolucionário marxista, separatista negro, anti-imperialista e adepto ao islamismo, Malcolm X (1925-1965) foi um ativista antirracista extremamente influente. Considerado o patrono do movimento *Black Power*, Malcolm superou uma vida de adversidades familiares e econômicas e se tornou um dos maiores pensadores, articuladores e agitadores da pauta racial dos Estados Unidos, sendo assassinado por um membro do mesmo movimento religioso-político em 1965 (STANFORD, 2021).

¹³ Eldridge Cleaver do PPN criticava frequentemente Martin Luther King, alegando que por mais que ele tenha lutado contra a opressão racial e a estrutura de poder, o caminho escolhido, o da não-violência, ajudou essa estrutura a, na verdade, se fortalecer (FIRING LINE WITH WILLIAM F. BUCKLEY JR. THE BLACK PANTHERS. EPISODE 124, 1968).

¹⁴ Para os membros do Partido Democrata alinhados ao antirracismo, o assassinato do Senador Bobby Kennedy em 1968 teve efeito semelhante de desilusão (JOSEPH, 2016; BOBBY KENNEDY FOR PRESIDENT, 2018).

degradantes e as possibilidades de ação fizeram com que as intervenções diretas se tornasse parte estruturante do PPN, permitindo que eles construíssem uma relação simbiótica com segmentos antirracistas da população que os apoiou na expansão de seu projeto político.

2.2. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA OS PANTERAS NEGRAS

Os marxistas brasileiros Manoel e Landi (2020, p. 24) afirmam que “[a] dominação racial-classista nos Estados Unidos se configura como um complexo orgânico e dinâmico de brutalidade, violência e desumanização”, na qual “articula Estado e sociedade civil com fronteiras sempre mais turvas, com a interação entre as formas legais e ilegais de opressão, de acordo com a conjuntura histórica.”. Os Panteras comungavam dessa leitura e perseguiram esse objetivo de superação da estrutura jurídico-política vigente nesse sistema que eles consideravam ser intrinsecamente racista (FERNANDES, 2019). Isso se daria a partir de um programa para as massas com iniciativas de sobrevivência já relatadas, com objetivos claros, sempre com o mote de “servir ao povo com todo o coração”.

Para o desenvolvimento dessas atividades, o modelo de organização vigente era o marxista-leninista. Essa configuração político-metodológica os configurava como um partido de vanguarda, que supunha uma capacidade de atuação legal ou clandestina, pautado por centralismo democrático, organizado por quadros profissionalizados, que trabalham com planejamento a longo prazo de atividades revolucionárias e planificação dos caminhos a serem seguidos por cada célula, que entende como central as tarefas de agitação e propaganda para educar e unificar as massas, delegando à cúpula a responsabilidade de se manter em constante simbiose com o proletariado (MANOEL, 2019). O marxismo-leninismo defende, também, autonomia política, cultural e teórica da classe trabalhadora, evidenciado na produção de uma ciência do proletariado (MARXISTS INTERNET ARCHIVE, 2021).

A disciplina partidária, nesse sentido, era grande. Regras eram claras sobre uma pletera de aspectos que regiam o comportamento dos filiados, com destaque à proibição do porte de drogas e da utilização das armas para qualquer atividade além da autodefesa, ademais, a marcada necessidade de responder aos comandos superiores, subordinando-se ao comitê central na Califórnia (BARUCH; JONES, 1970).

Argumentam, adicionalmente, que não se atinge o socialismo aos poucos, que não existe momento certo com condições perfeitas para o estopim revolucionário, mas o que há, é uma construção ativa que parte da conscientização dos oprimidos e da subsequente ação

política e que, a partir disso, se chegará a um estopim revolucionário (MANOEL, 2019). Neste mesmo sentido, Newton defendia que

Quando falamos que somos marxistas-leninistas, isso significa que estudamos e entendemos os princípios clássicos do socialismo científico e que nós adaptamos esses princípios para a nossa própria situação. Entretanto, nós não deixamos nossas cabeças fechadas para novas ideias ou informações. Ao mesmo tempo, nós sabemos que precisamos nos apoiar nas nossas próprias mentes para resolver problemas ideológicos que se relacionam conosco (apud Clemons e Jones, 1999, p. 190)¹⁵.

Explica-se, dessa forma, a intensa centralização dos Panteras, que nutriam um grupo pequeno de lideranças com cargos designados. Destacam-se Bobby Seale e Elaine Brown¹⁶ (Presidente), David Hilliard (Chefe de Gabinete), George Murray e Raymond "Masai" Hewitt (Ministro da Educação), Huey Newton (Ministro da Defesa), Eldridge Cleaver (Ministro da Comunicação), Kathleen Neal Cleaver¹⁷ (Secretária de Comunicação), entre outros.

Segundo coluna publicada em julho de 1967 no jornal *Black Panther*:

A principal tarefa do Partido é fornecer liderança para o povo. Deve ensinar pela prática e pela teoria os corretos métodos de estratégia de resistência prolongada. Quando o povo aprender que não é mais vantajoso resistir indo para as ruas em grande número, e quando ver as vantagens das ações do método de guerra de guerrilhas, irá rapidamente seguir este exemplo. Mas, primeiramente, eles devem respeitar o Partido que está transmitindo esta mensagem (NEWTON, 1967).

Sendo assim, fica evidente que o tipo de organização escolhida sintetiza uma visão de política e de sociedade que ultrapassa os marcos da institucionalidade, especialmente por entenderem que uma estrutura que até determinado momento contribuiu para a manutenção das diversas opressões não serviria para de fato mudá-las.

¹⁵ No original: "When we say that we are Marxist-Leninists, we mean that we have studied and understand the classical principles of scientific socialism and that we have adapted these principles to our own situation for ourselves. However, we do not move with a closed mind to new ideas or information. At the same time, we know that we must rely upon our own brains in solving ideological problems as they relate to us." (apud Clemons e Jones, 1999, p. 190).

¹⁶ Elaine Brown (1943-) é uma ativista, jurista, política, cantora e escritora antirracista estadunidense. Passou por diferentes instituições de ensino como a Universidade da Califórnia, Mills College e a Universidade Southwestern de Direito. Serviu como Ministra da Informação e Presidenta do Partido dos Panteras Negras, conduzindo a reforma dos anos 1970 do partido e o posterior envolvimento do grupo com política eleitoral (BROWN, 1992).

¹⁷ Kathleen Neal Cleaver (1945-) é uma ativista antirracista e jurista estadunidense. Foi a Secretária de Comunicações do Partido dos Panteras Negras, uma das responsáveis pela campanha "Free Huey!" e pelo desenho da política externa dos Panteras. Poliglota e internacionalista nata, cresceu morando em diferentes países do mundo. Foi a cofundadora da primeira sede internacional da organização, na Argélia. Formada em Direito pela Universidade Yale, hoje é professora da Universidade Emory (NATIONAL ARCHIVES, 2019; BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017).

2.3. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS

Em plena Guerra Fria, é quase natural que as lideranças que compartilhavam de uma visão negativa do sistema econômico, a partir de suas vivências, leituras marxistas, visitas a países socialistas e inspiração nas lutas de libertação nacionais, olhassem para a revolução como o veículo da mudança. Nesse empreendimento colonial internacional, diziam os Panteras, o processo de desumanização se replica claramente na brutalidade policial, no encarceramento em massa, nos linchamentos, nas torturas e no descaso com a dignidade humana em diferentes territórios, que aplicavam a mesma lógica. As revoluções cubanas, chinesas e argelinas compunham um imaginário fértil de inspiração do grupo que avaliava a materialidade dessas experiências como a prova de que era possível derrubar um sistema capitalista, mesmo que o caminho fosse sangrento - como observado na radicalização do Terceiro Mundo e na Guerra do Vietnã (MALLOY, 2017) que, vale ressaltar, era travada por milhares de soldados negros (BLOOM; MARTIN, 2013).

Discutiam também a individualidade do negro americano urbano, sobre a qual os militantes eram transpassados, identidade esta resultado de uma formação histórica da dubiedade do significado de ser americano e dos valores que vêm agregado a essa ideia (FRANCISCO, 2015), com uma consciência além-fronteiras da realidade da infraestrutura da opressão. Os afro-americanos, ao contrário dos afrodescendentes do Brasil, eram - e continuam sendo - uma minoria numérica, apesar de coesa, densamente concentrada em bairros e cidades específicas. Eldridge Cleaver afirmava: “somos tanto escravos como cristãos, somos tanto livres como segregados, somos integrados e colonizados” (NOVA CULTURA POPULAR, 2017, p. 33).

A partir disso, a escolha pela composição global de seu movimento fazia sentido, uma vez que sim, eram americanos, mas também eram colonizados e racializados pelas lógicas de catalogação sistema capitalista. A atenção dos formuladores Panteras para o que acontecia em vários lugares do mundo contribuía com suas leituras da realidade local e demonstra a capilaridade que tensões sociais e processos políticos distantes podem ter na ação cotidiana dos grupos que atuam e influenciam os rumos de clamores populares.

É importante elucidar, complementarmente, que por causa da escala em que chegou, o partido não era homogêneo. Temas como gênero, religião, participação de pequenos empresários negros e os próprios caminhos para os desdobramento das ações do grupo eram intensamente debatidos (MALLOY, 2017). Se, por um lado, essas diferenças causaram fraturas irreparáveis entre seus membros em certo momento, por outro permitiu formulações

mais completas e diversas, que mesmo com o forte caráter hierárquico da organização, permitia adaptações locais sobre as duras realidades em que viviam (MALLOY, 2017; PANTERAS NEGRAS, 2014).

Nesse mesmo objetivo, mesclando colunas, notícias, arte e internacionalismo, o jornal *Black Panther* era o informativo semanal do PPN¹⁸, que servia tanto para formulação de ideias como para capilarização do discurso oficial do grupo, uma vez que com tantos membros e comitês se tornava difícil homogeneizar a atuação política dos filiados¹⁹. Seu conteúdo era também baseado no vocabulário terceiro-mundista, marxista e anticolonial, acompanhado por um conjunto de imagens cheio de significados de luta, como charges e desenhos (FERNANDES, 2019), se diferenciando de outras experiências do movimento negro estadunidense como os jornais “*Chicago Defender*” e “O Clarim d’Alvorada” que buscavam uma caracterização do cotidiano negro (FRANCISCO, 2015).

Ademais, era possível também encontrar em suas páginas táticas de guerrilha, informações sobre armas e como utilizá-las (MALLOY, 2017). O semanário chegou a ter uma tiragem de 200 mil unidades em apenas uma edição, sendo vendida tanto nas comunidades periféricas quanto para liberais e radicais de outros grupos raciais, que eram galvanizados por essas ideias e, indiretamente, acabavam financiando as atividades da máquina partidária (CLEMONS; JONES, 1999).

O propósito pedagógico de circular esse tipo de obra era lembrar que os problemas existentes nas comunidades eram semelhantes aos de outros oprimidos do mundo²⁰, e que ambos eram resultados diretos das forças históricas capitalistas e supremacistas brancas, ou como chamavam, “*the international pig structure*”²¹ (CLEAVER, 1968, np). Esperavam com essa empreitada também, romper a bolha da classe média acadêmica que costumava consumir esse tipo de publicação, atingindo um número maior de pessoas comuns de estratos mais humildes (MALLOY, 2017). Essas estratégias estéticas, léxicas e comunitárias serviam para o objetivo central de criar um sentimento de solidariedade cultural e transnacional.

Também faz parte desse pacote a linguagem visual dos *panthers*: jaqueta de couro, boinas e óculos de sol²², o icônico símbolo do punho cerrado e da iconoclastia que vinha junto

¹⁸ Consultar a imagem presente no anexo C.

¹⁹ Com esse mesmo intuito, havia uma sessão para publicação dos nomes de militantes expulsos do partido e o porquê (BARUCH; JONES, 1970), com o objetivo de dar transparência e garantir disciplina nos flancos.

²⁰ Consultar a imagem presente no anexo D.

²¹ “A estrutura internacional dos porcos”, em tradução livre, com referência pejorativa entre os poderosos e os porcos..

²² Consultar a imagem presente no anexo E.

dele, além, claro, da própria pantera²³. Capitaneada pelo Ministro da Cultura, Emory Douglas²⁴, fração significativa do apelo popular do grupo se deve à iconografia facilmente identificável e replicável expandida por ele. E, sendo herdeiro do movimento *Black Arts*, Douglas compreendia muito bem como a propaganda política poderia embalar movimentos de contestação e construir um senso de comunidade por meio de compartilhamento de símbolos (JOSEPH, 2016). Oficialmente, a cultura revolucionária era a única cultura válida nas atividades do partido e, por extensão, para todos os oprimidos (NOVA CULTURA POPULAR, 2017).

Linda Harrison²⁵ (1969, p. 47) afirmava inclusive que “[u]ma cultura que não desafie integral e positivamente as forças dominantes e exploradoras” sendo elas “forças políticas, econômicas e sociais, é uma cultura que é ou pré-escravidão, pré-colonialista ou completamente inventada e, em todos os casos, completamente inútil”. O gesto *Black power* com o punho cerrado, por exemplo, podia ser visto tanto na comemoração de atletas afro-americanos no pódio das olimpíadas do México em 1968 como no ato de fundação do Movimento Negro Unificado do Brasil, em 1978 (PEREIRA, 2010). Já o cabelo afro, é uma contribuição direta da faceta da identidade do feminismo negro (NEAL-CLEAVER, 1968).

Um dos objetivos centrais dessa produção era justamente transmitir na arte, no vestuário e na música, uma identidade pós-americana que unisse referências estadunidenses, afrodiaspóricas, cultura urbana e a semântica anticolonial do grupo. Para que fosse esteticamente agradável e politicamente impactante, Douglas utilizava técnicas da publicidade tradicional e da arte contemporânea, assim como elementos da estética negra e do internacionalismo soviético do *agitprop*²⁶ (MALLOY, 2017). O acerto foi achar o ponto de equilíbrio entre o erudito e lírico, entre a rua e a universidade (BALANÇO E FÚRIA, 2020). Reivindicavam também uma qualidade inerentemente insubmissa desta arte, pois subvertia a

²³ Como elucidado anteriormente, a pantera negra não foi uma invenção dos membros, mas sim uma replicação do símbolo utilizado por militantes negros do Alabama, como o *Student Nonviolent Coordinating Committee* (MALLOY, 2017), organização muito influente no sul dos Estados Unidos (JOSEPH, 2016).

²⁴ Emory Douglas (1951-) é um designer e artista gráfico estadunidense. É considerado um dos artistas mais influentes do século XX. Sua formação acadêmica se deu no City College de San Francisco, onde contribuiu frontalmente com o movimento *Black Arts*, de contestação à supremacia branca através da música, literatura, teatro e artes visuais. Foi Ministro da Informação do Partido dos Panteras Negras. Hoje continua seu trabalho enquanto ativista antirracista e artista visual (MUSEUM OF MODERN ART - MOMA, 2021; NATIONAL ARCHIVES, 2021).

²⁵ Linda Harrison contribuiu com as críticas ao nacionalismo cultural que se afastava das leituras anticapitalistas do problema racial. Infelizmente há poucas informações sobre ela, além dos artigos escritos por ela e veiculados no jornal *Black Panther*.

²⁶ Agitprop: “Acrônimo formado pela abreviatura de agitação e propaganda, geralmente aplicado à campanha de propaganda político-cultural realizada na Rússia, depois da Revolução de 1917. Concretamente, o Partido Comunista Soviético criou em 1920 um Departamento de Agitação e Propaganda, que era parte do Secretariado do Comité Central, que tinha por missão usar a arte como uma arma revolucionária num País degradado pela guerra e marcado pela iliteracia” (Dicionário de termos literários, 2009).

visão da nacionalidade americana, apresentando um resultado antagônico ao comportamento tradicional e patriota, clamando pelo fim de guerras e punição a oficiais que contribuíam com as aventuras imperiais, vide retratação dos policiais como porcos, presidentes mortos e os Estados Unidos como a Babilônia (MALLOY, 2017).

A produção do *Black Panther* era nacionalizada, mas as demandas de Oakland com Huey Newton e Bobby Seale eram diferentes das de Chicago²⁷ com Fred Hampton²⁸ ou de Nova York com Assata Shakur²⁹. Entretanto, comum a todas as cidades era sua situação de marginalização. Mesmo com o fim das leis segregacionistas *Jim Crow*³⁰, aos não-brancos eram reservadas partes da cidade apartadas do centro, com menos acesso aos serviços e com intensa perseguição policial. As grandes cidades desde os anos 1950 vinham passando por um processo de *boom* populacional, com uma migração interna evidentemente delimitada por marcadores raciais (FRANCISCO, 2015). Os afro-americanos, em especial, viram suas comunidades crescerem e se consolidarem, sem que isso se verificasse em integração com o resto da vida urbana ou maior representatividade na esfera pública (BLOOM; MARTIN, 2013; FERNANDES, 2019). Como será aprofundado, as lentes teóricas pelas quais o Partido enxergava a realidade os abastecia para reivindicar o ponto 10 do seu programa partidário e questionar a ideia de Estado-nação:

Nós queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz. E como nosso objetivo político principal, um plebiscito supervisionado pelas Nações Unidas a ser realizado em toda a colônia preta no qual só serão permitidos aos pretos, vítimas do projeto colonial, participar, com a finalidade de determinar a vontade do povo preto a respeito de seu destino nacional (PANTERAS NEGRAS, 1966).

O argumento era de que não há integração possível em um sistema desenhado, construído e mantido pela supremacia branca e, sendo assim, é necessária a oficialização da separação em um país independente dos EUA. A soberania, portanto, não seria um desejo

²⁷ No fim da década de 1960, Chicago era a segunda maior cidade dos EUA e uma das mais segregadas do país (VOX, 2021).

²⁸ Frederick Allen Hampton (1948-1969) foi um dos líderes e Presidente do Partido dos Panteras Negras no comitê de Chicago. Organizador da comunidade e ativista político, costurou apoios com outros grupos antirracistas da cidade - com latinos e sino-americanos - que se materializou na Coalizão Arco-íris. Liderou um dos projetos comunitários de maior sucesso do PPN, o “café da manhã para crianças em idade escolar”. Considerado pelo FBI como um dos líderes mais perigosos contra a ordem liberal dos Estados Unidos devido a sua capacidade intelectual e de organização de massas, Fred foi assassinado com apenas 21 anos na tentativa governamental de neutralizar sua ascensão enquanto um “Messias Negro” (BRITANNICA, 2021).

²⁹ Assata Olugbala Shakur (1947-) é uma revolucionária, escritora e poetisa. Foi estudante da Faculdade Comunitária de Manhattan. Foi uma das principais lideranças do comitê de Nova York do Partido dos Panteras Negras e do Exército de Libertação Negra nas décadas de 1960 e 1970. Vive exilada em Cuba desde 1984 após ter escapado da prisão, que considera não ter sido justa. Sua contribuição na luta antirracista é imensurável e tem uma resposta institucional muito intensa, demonstrada no fato de que ainda hoje há uma recompensa por sua entrega às autoridades dos EUA (JACOBIN BRASIL, 2021; SHAKUR, 2001).

³⁰ Lei “*Jim Crow*” era o nome informal dado ao conjunto de leis de segregação nos Estados Unidos (INSTITUTO GELEDÉS, 2016).

ingênuo, mas uma necessidade existencial. O poder negro, então, resolveria a falta de fronteiras bem delimitadas ao se reorganizar em território autônomo e emancipado.

Os Panteras, por sua vez, não inovam em apresentar a articulação entre raça e capitalismo - isto é, na verdade, bastante comum no âmbito da diáspora negra -, mas é deles o trunfo de amplificar o conhecimento de milhares de pessoas na elucidação de que “o antagonismo racial é parte e parcela da luta de classes, porque é desenvolvido dentro do sistema capitalista como um dos seus traços fundamentais” (O. COX, 1959, p. 58). Defendiam que a situação objetiva de baixos salários e condições degradantes em praticamente todas as esferas da vida parecia perene porque o sistema de exploração era sustentado pelo capitalismo internacional e pela supremacia branca. As análises que orientavam os Panteras passavam por Aimé Césaire, Che Guevara, Du Bois, Frantz Fanon, Malcolm X, Mao Tse-tung³¹, entre outros. Por ora, é importante entender que a análise defendida pelo grupo se afastava da ortodoxia marxista e via os problemas do capitalismo e do racismo como simbióticos, no qual os EUA eram não só os fiadores, como os replicadores das lógicas de opressão em todo o mundo. A raça, nesse caso, é um fator essencial para se compreender a construção da sociedade ocidental, do seu sistema econômico e do colonialismo que ainda se sustenta, baseado na exploração dos negros e negras (MALLOY, 2017). A mensagem era clara: se o racismo é estrutural, essa estrutura é global.

Esse corpo teórico anticolonial orientou e pautou a atuação do PPN. Ressaltar isso é essencial, uma vez que a própria fundação do grupo é fortemente baseada nessas premissas. As táticas escolhidas para desenvolver os projetos comunitários, reivindicar o plebiscito na Organização das Nações Unidas (ONU), promover treinamento militar para os membros e construir a frente de solidariedade internacional só são possíveis a partir desse acúmulo teórico de que os afro-americanos seriam, na verdade, um povo colonizado (FERNANDES, 2021). E sendo assim, seriam cidadãos que merecem independência e direitos em um Estado-nacional próprio.

Posto isso, a partir de uma análise dialética, era disseminada a ideia de Fred Hampton que “teoria sem prática não vale nada”, ou seja, simplesmente saber dessa condição e escrever sobre ela é inútil se não houver embate e engajamento real para pôr um fim nesse sistema que oprimia homens e mulheres nas masmorras urbanas do capitalismo dos bairros segregados, tanto quanto na Guerra do Vietnã, no Apartheid da África do Sul e em todos os lugares que as

³¹ O “Livro Vermelho” (1964) de Mao Tsé-Tung, por exemplo, era ensinado na formação política dos membros e era através da venda desses exemplares somados com doações e vendas do *Black Panther* que financiavam o dia a dia do partido (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLEY, 2017; OS PANTERAS NEGRAS, 1968).

forças burguesas atuassem. O léxico anticolonial, antirracista e terceiro-mundista embasava a atuação dos Panteras dentro e fora do país, pautando o engajamento comunitário e também internacional, com uma retroalimentação teoria/prática pelo caminho socialista (MALLOY, 2017).

Do mesmo modo, havia um esforço (como orientado por Fanon durante a Revolução Argelina) de nacionalizar o marxismo (FANON, 2021). Ou seja, adaptar para a realidade objetiva e material de cada país o caminho da revolução, se afastando de dogmas sectários do marxismo soviético (FANON, 2021; CLEMONS; JONES, 1999). Por isso, um dos principais objetivos desse processo partidário era transformar os aprendizados em princípios e métodos aplicáveis para e com a comunidade do entorno imediato. Os negros e negras estadunidenses sentiam a opressão todos os dias, em diferentes graus, mas a base teórica e o apoio institucional dos Panteras os tornava mais ativos e, conseqüentemente, mais perigosos para o poder estabelecido.

Uma das inovações trazidas pelo grupo era a maneira que lidavam com questões de gênero e sexualidade. A leitura oficial era que o patriarcado e a homofobia³² completavam um sistema de valores do capitalismo, e que a discriminação de mulheres e homossexuais³³ eram, certamente, manifestações da mesma estrutura de poder. Ao desenvolver essas teorias, os Panteras desenvolviam a ciência do proletariado prevista pelo marxismo-leninismo (CLEMONS; JONES, 1999).

Segundo Ashley Farmer, Mary Phillips, Robyn C. Spencer e Leela Yellestty (2021), em 1969 as mulheres eram maioria no Partido, compondo 60% das filiações. O poder feminista era pragmático, em parte pela consciência das companheiras sobre o patriarcado (JOSEPH, 2016), em parte pela necessidade imediata de liderar na ausência dos companheiros homens, frequentemente presos, exiliados ou aniquilados (BLOOM; MARTIN, 2013). É interessante destacar também que existiu por um breve período uma subdivisão reservada para as mulheres, chamadas de “*Pantherettes*”, que rapidamente dissolveu-se (FARMER; PHILLIPS; SPENCER; YELLESETTY, 2021).

³² “Não me recordo de alguma vez termos constituído qualquer valor que dissesse que um revolucionário deve dizer coisas ofensivas contra os homossexuais ou que um revolucionário deve se certificar de que as mulheres não falem sobre sua própria particularidade de opressão. Na verdade, é justamente o contrário: pontuamos que reconhecemos o direito das mulheres de serem livres. Não temos falado muito dos homossexuais de qualquer modo, mas devemos nos relacionar com o movimento gay porque é uma coisa real. E eu tenho conhecimento através de leitura, e através de minha experiência empírica e de observações que aos homossexuais não são dadas nenhuma liberdade por ninguém na sociedade” (NEWTON, 1970, np).

³³ Na fase final dos Panteras Negras de inserção na política eleitoral, houve inclusive um grande foco no feminismo e nos direitos dos homossexuais, inclusive com campanhas específicas ao público gay, com material de campanha voltado ao público: “*Why Gay People Should Vote for Bobby Seale and Elaine Brown*” (MALLOY, 2017).

Candi Robinson (1969, p. 85) ilustra:

Despertar nossos homens para o fato de que somos nem mais nem menos. Somos tão revolucionárias quanto eles. Durante muito tempo temos estado sozinhas. Durante muito tempo temos sido mulheres sem homens, durante muito tempo temos sido duplamente oprimidas, não somente pela sociedade capitalista, mas também pelos homens. Agora já não estamos mais sós, nossos homens estão junto a nós. Nós, mulheres e homens revolucionários, somos um a metade do outro (ROBINSON, 1969, p. 85).

Apesar da predominância dos homens na história divulgado do partido e a natureza masculinista do projeto nacionalista, a participação das mulheres no grupo é central em todas as fases da experiência da facção (AUSTIN, 2016) - eram mais do que figurantes na ascensão, na reforma e na queda; eram protagonistas³⁴, uma vez que, sem elas, o PPN não teria mantido os programas comunitários nem teria vivido uma renovação a partir da campanha “*Free Huey!*”. Militantes como Kathleen Neal Cleaver, Elaine Brown, Phyllis Jackson, Ericka Huggins³⁵ e Tarika Lewis (a primeira mulher filiada, aos 16 anos, em 1967) são exemplos alegóricos do que ocorria no cotidiano do partido (FARMER; PHILLIPS; SPENCER; YELLESETTY, 2021).

Hoje a narrativa oficial é bastante homem-centrada, e devido a isso a comunidade acadêmica explorou pouco as inovações políticas promovidas por essas mulheres³⁶, em especial em temas específicos de suas experiências, como a violência de gênero experienciada na repressão policial às militantes grávidas ou até mesmo as diferentes vivências que somente a intersecção raça e gênero resulta (FARMER; PHILLIPS; SPENCER; YELLESETTY, 2021). Inclusive algumas dessas Panteras utilizavam uma vertente teórica chamada *Black Power Feminism*, comungando os principais objetivos e táticas do movimento *Black Power* mas centrando gênero nas análises promovidas (FARMER; PHILLIPS; SPENCER; YELLESETTY, 2021).

Apesar desses percalços, em certo momento a igualdade de gênero foi firmada como um princípio do grupo. O mesmo ocorreu com os direitos dos homossexuais, fazendo com que os Panteras Negras fossem a primeira organização de grande alcance do campo revolucionário a abraçar a pauta (BLOOM; MARTIN, 2013).

³⁴ Consultar a imagem presente no anexo F.

³⁵ Ericka Huggins (1948-) é uma poeta, professora estadunidense e ativista dos direitos humanos, do antirracismo e das questões de saúde pública. Compôs o Partido dos Panteras Negras por 14 anos, desde seus 18 anos, inicialmente no comitê de Los Angeles, fato que causou sua prisão política em maio de 1969. Contribuiu intensamente no jornal *Black Panther*. Hoje coordena o projeto social *World Trust* (HUGGINS, 2021).

³⁶ As autoras Armer, Phillips, Spencer e Yellesetty trabalham hoje na construção de um projeto chamado “*Intersectional Black Panther Party History*” justamente para construir uma antologia que resgate e valorize as contribuições dessas mulheres, visto que seus trabalhos foram esquecidos, escanteados ou vivem na tradição da oralidade.

Outro tópico de grande relevância, servindo como motivação inicial para o grupo, a perseguição policial era a expressão mais intensa e brutal do processo de insulação e segregação. Antes mesmo de começarem a formular teorias próprias e desenvolverem outros projetos, os Panteras Negras priorizaram patrulhar o comportamento das forças policiais que rondavam os bairros negros. Naturalmente, a violência tomava um lugar central nesse contexto. Segundo Frantz Fanon em “Os Condenados da Terra” (1961), é através desse sentimento-prática da instrumentalização da violência que os oprimidos tomariam consciência da dominação que os mantém inferiorizados, saindo da prática passiva de defesa e se reorganizando para o ataque. Comungando dessa visão, para os *panthers*, violência revolucionária é progresso e é legítima.

A fiscalização do trabalho policial por partidários fortemente armados buscava impedir abusos da força, e esse trabalho os aproximava das comunidades afligidas tanto quanto os fortalecia enquanto instituição que deveria ser respeitada (PANTERAS NEGRAS, 2014). Quando havia prisões, panteras versados em Direito como o próprio Newton intervinham para soltá-los e/ou para instruí-los sobre seus direitos, às vezes arrecadando fundos para o pagamento de fianças (BLOOM; MARTIN, 2013).

De fato a presença do grupo inibia o comportamento policial - "*patrol the pigs!*"³⁷, como era o mote -, tática que aplicava lições fanonianas e dos camaradas do mundo inteiro. Na prática, era uma mistura de teatro, didática e aplicação em menor grau do que deveria ser o horizonte dos filiados e filiadas, a luta contra o braço armado do Estado (MALLOY, 2017). Sendo assim, o partido usava as prerrogativas legais da Califórnia a seu favor, como na possibilidade de expor armas, muito pautada na ideia seminal de autodefesa (MALLOY, 2017). A tática e a retórica comunistas, porém, colocaram o grupo na lista de ameaças à segurança nacional em abril de 1967, onde permaneceram até meados dos anos 1970 (BLOOM; MARTIN, 2013).

As armas exibidas com orgulho e imponência serviam para duas principais tarefas. A primeira, de despertar a consciência da população sobre a possibilidade de conduzir atividades com independência e altivez, e a segunda para garantir seu lugar na vanguarda do movimento, de forma a encabeçar as forças insurgentes de maneira ordeira e estratégica, nas táticas de enfrentamento e de guerrilha urbana (MALLOY, 2017). Ciente disso, os Poderes Executivo e Legislativo californianos editaram a Lei Mulford (*Mulford Act*), chamada de “*The Panther Bill*”³⁸ pela mídia, que justamente revogou a prerrogativa de exposição pública das armas,

³⁷ “Patrulhe os porcos”, em tradução livre.

³⁸ “A lei dos Panteras”, em tradução livre.

gerando alguns dias depois a altamente televisionada invasão ao Congresso Estadual de Sacramento como forma de protesto, que levou à prisão de Bobby Seale (PBS, 2002).

Justamente em uma dessas rondas, em outubro de 1967, Newton e outro Pantera - Herbert Heanes - trocaram tiros com a força, levando a morte de Heanes e de um dos policiais, com a subsequente prisão por homicídio para o Ministro da Defesa (MALLOY, 2017). A campanha “*Free Huey!*”³⁹ que seguiu o encarceramento, porém, foi um ponto de virada para a organização, inteligentemente utilizada pelo partido para atrair novos militantes e para angariar fundos, assim como abrir novos contatos internacionais. Verifica-se também que o sucesso da campanha se deve muito à coordenação de Kathleen Neal Cleaver. A partir do fortalecimento das ações em prol da liberdade de Newton, os Panteras reverteram a tendência de queda no número de filiações, aumentaram o espaço na mídia e puderam contar com um elevado volume de doações, assim como uma intensa construção de alianças internacionais (BLOOM; MARTIN, 2013).

Ou seja, a dura repressão policial sofrida pela população afrodescendente - que é semelhante a de outros grupos oprimidos do mundo, fato consciente aos Panteras - foi a faísca inicial da organização do partido, e acabou por influenciar a criticidade sobre o uso legítimo da força enquanto responsabilidade do Estado. Sendo essa uma das suas principais atribuições, fica claro que as forças repressivas não atuavam para salvaguardar os e as cidadãs, mas sim para sufocar questionamentos de desigualdades e movimentos de contestação, mantendo os grupos subalternizados e explorados.

Fica claro dessa forma que o amadurecimento da organização a partir das teorias disponíveis - e das novas organicamente desenvolvidas - se encontraram com um ideário globalizado das lutas antissistema. Sendo através da organização comunitária ou da comunicação via jornal *Black Panther*, a incursão do PPN localmente ocorria a partir de uma herança, história e das lógicas da política internacional daquele período conflitivo de Guerra Fria e de luta anticolonial.

2.4. A POLÍTICA EXTERNA E AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA VISÃO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS

A partir da campanha “*Free Huey!*” que tinha como objetivo advogar pela libertação do Ministro da Defesa, entre 1968 e 1969 os Panteras foram ao Canadá, à China, à Cuba e ao

³⁹ “Liberdade para Huey!” ou “Libertem o Huey!”, em tradução livre.

Japão, além de terem feito denúncias à Organização das Nações Unidas sobre o processo viciado que era travado contra Newton (MALLOY, 2017). Nessa última, o intuito era criar um fato político, chamando atenção internacional para o caso. Para isso acontecer, entraram com uma solicitação de credenciamento como organização não-governamental na ONU, baseado no argumento de representarem uma minoria oprimida, conquistando apoio do governo cubano e tanzaniano. Logo após os trâmites burocráticos desse pedido⁴⁰, os militantes chamaram uma conferência de imprensa para tratar mais do que somente a prisão de Newton, clamando para que observadores das Nações Unidas fossem atestar e investigar as condições degradantes vividas pelos afro-americanos nos guetos, clamando pela ideia de direitos humanos, central para a instituição (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017).

Segundo Newton, a finalidade de se colocar nos espaços de holofotes globais era o de demonstrar as posições nacionalistas e internacionalistas do partido, educando seus pares e pressionando o governo estadunidense ao ferir seu prestígio internacional (MALLOY, 2017). Entretanto, desafiar a hegemonia do americanismo e o suposto universalismo de uma organização liberal era um crime inafiançável para as estruturas de poder. Os panteras, de maneira barulhenta, expuseram as fraturas e hipocrisias do sistema. Esse mesmo motivo pode sugerir a ausência de outras experiências insurgentes no estudo *mainstream* das Relações Internacionais, uma vez que há predomínio das narrativas dos Estados Unidos e da Europa.

Apesar de não terem conseguido espaço na Assembleia Geral, utilizaram esse momento para também explicar sobre a intenção do grupo de ter um plebiscito organizado e supervisionado pela Organização (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017; PANTERAS NEGRAS, 2014), dedicando tempo e energia para colocar em evidência a chamada “*land question*”⁴¹. Nas palavras de Huey Newton (1968, p. 33):

O Partido dos Panteras Negras acredita que é um direito do povo negro afirmar por eles mesmos o destino que desejam. Sentimos que a questão candente que apenas tal plebiscito pode fornecer a resposta é: Se o povo negro quer ser integrado à Babilônia, ou se querem se separar em uma nação soberana própria, com plenos direitos com as outras nações do mundo, incluindo a condição de membro da ONU e o reconhecimento diplomático pelas outras nações do mundo (NEWTON, 1968, p.33).

O grupo sabia que as chances disso acontecer eram remotas, mas acreditava que seria muito proveitoso para as massas negras se organizarem em uma pauta única, com a possibilidade de, no processo eleitoral, causarem um efeito de unidade, um sentimento

⁴⁰ Infelizmente os documentos da Organização das Nações Unidas disponibilizados on-line não contemplam o período em que isso ocorreu. A ONU também não publiciza esse tipo de pedido de credenciamento.

⁴¹ “Questão da terra” ou “questão do território”, em tradução livre.

comum de pertencimento mais semelhante a de um Estado consolidado (NEWTON, 1968). Esse é um dos vários momentos em que os Panteras Negras souberam utilizar os instrumentos dentro da ordem para fortalecer sua crítica ao caráter transnacional da opressão, que se manifesta na organização jurídico-política do Estado e seus tentáculos no direito internacional.

O movimento “liberdade para Huey” foi bem sucedido com a soltura do Ministro da Defesa em maio de 1970, que encontrou uma organização muito diferente da pequena experiência californiana que existia quando ele foi encarcerado (MALLOY, 2017). Outro efeito desses esforços em fóruns internacionais foi a troca com movimentos de trabalhadores, minorias étnicas, ativistas feministas e outros grupos rebeldes que compartilhavam suas experiências ao redor do globo e que, naturalmente, influenciavam as ações domésticas do partido (CLEMONS; JONES, 1999).

Esses contatos com diferentes grupos sociais também ficou evidente para o PPN que falar de movimento negro em qualquer parte do mundo é falar de pluralidade. As lutas negras acontecem de formas diferentes em toda a diáspora africana (BARRETO, 2020). Não há só uma forma de ser negro. Frequentemente, nas discussões de política internacional do século XX, a ausência de afro-americanos nas posições de poder nos altos escalões da política internacional dos EUA é equiparada com uma suposta apatia da comunidade com os assuntos globais - suposição que não tem lastro na realidade, quando se supera a análise estritamente estadocêntrica das Relações Internacionais. A partir disso, não é possível ignorar a atuação de ativistas como W. E. D. Du Bois, Anna Julia Cooper, Marcus Garvey, entre tantos outros que construíram muitas pontes em todo o mundo (CLEMONS; JONES, 1999; BARBOSA, 2020).

A atuação internacional do movimento negro estadunidense desta quadra histórica contou com organizações como a Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP, na sigla em inglês), *Revolutionary Abolitionist Movement* (RAM), *Organization of Afro-American Unity* (OAAU), Nação do Islã (NOI, na sigla em inglês), e o Partido Comunista dos Estados Unidos (CPUSA, na sigla em inglês), que já haviam tentado estabelecer contatos e angariar apoio fora das fronteiras nacionais, tanto por caminhos oficiais na ONU, como em conferências e viagens, até mesmo demonstrando apoio ao Movimento dos Não-Alinhados e produzindo juntos obras e análises políticas (CLEMONS; JONES, 1999; BLOOM; MARTIN, 2013; BARBOSA, 2020). O canal escolhido dizia muito sobre a linha política seguida pelo grupo, se eram liberais, pan-africanistas, terceiro-mundistas ou marxistas.

Essa diversidade de matrizes, inclusive, ilustra a dificuldade de se construir qualquer tipo de frente ampla⁴², pois o diagnóstico feito pelos grupos, assim como os remédios escolhidos para o tratamento, eram incompatíveis. A própria desilusão de Newton em fazer com que o RAM incluísse a visão colonial no movimento foi um dos motivos da fundação dos Panteras Negras (MALLOY, 2017). Entre os grupos negros, nem mesmo a ideia de “*Black Power*” era consensual (MALLOY, 2017). Algumas associações partiam da ideia de tomada de poder, outras orbitavam pela ideia da liberdade capitalista (JOSEPH, 2016). Apesar de não serem conceitos mutuamente excludentes, a escolha de um deles revelava uma visão diferente de como a sociedade estadunidense deveria se organizar, por exemplo, se deveria ser uma redistribuição de poder econômico ou a total subversão da ordem (BLOOM; MARTIN, 2013). O mesmo ocorria internacionalmente, com antirracistas mais conectados ao pan-africanismo essencialista - cultural, de defesa da unidade dos grupos do continente africano em uma só nação - e outros do marxismo mais materialista - com leituras mais voltadas para o papel do trabalho, da produção e da revolução anticapitalista (BARBOSA, 2020).

Ademais, algumas lideranças históricas relatavam um grande incômodo com a atitude confrontadora do marxismo-leninismo dos Panteras frente a consensos que foram construídos com muito esforço com estratégias mais moderadas e liberais (MALLOY, 2017), principalmente dos avanços conquistados pelo Movimento pelos Direitos Civis entre 1954 e 1965, que tinham como tática os boicotes, as marchas e os protestos não-violentos (JOSEPH, 2016). De qualquer forma, os erros e acertos dessas experiências prévias e/ou contemporâneas não passavam despercebidas pelo PPN. Afirma Malloy (2017, p. 101):

Algumas pessoas de esquerda, naquela época e hoje em dia, criticavam os Panteras Negras por sua heterodoxia e flexibilidade teórica. Porém, ao manter o foco nas demandas simples por “terra, pão e moradia” o Partido dos Panteras Negras foi capaz de articular sentimentos anticapitalistas para um público maior, sem se embrenhar nos dogmas marxistas ou embates internos sobre doutrinas que caracterizaram grupos como o Partido Comunista dos Estados Unidos ou o Partido Progressista Trabalhista” (MALLOY, 2017, p. 101)⁴³.

O desafio de fazer o cidadão e cidadã comum entender o porquê da atuação do partido na arena global não era desprezível. Questionamentos como “Por que a revolução? Quem é Che Guevara? Onde fica a China? Há necessidade de violência? Não é mais fácil uma reforma do sistema vigente?” eram comuns e incentivados. A proximidade dos formuladores

⁴² Domestically, alguns projetos foram desenhados com trabalhadores e outros grupos antirracistas de descendentes de japoneses, chineses e mexicanos (BLOOM; MARTIN, 2013; MANOEL; LANDI, 2020).

⁴³ No original: “*Some on the Left, then and now, have criticized the Panthers for their heterodoxy and theoretical laxness. But by keeping the focus on a simple demand for “land, bread [and] housing” the BPP was able to articulate anticapitalist sentiments to a large audience without becoming mired in Marxist dogma or the doctrinal infighting that had often characterized groups such as the CPUSA and PL.*” (MALLOY, p. 101, 2017)

intelectuais garantida pela obrigatória participação nos programas “*Serve the people*”, permitia a discussão dessas perguntas com o vocabulário acessível sem perder a qualidade teórica. Dessa forma, engajavam a comunidade e auxiliavam aos negros e às negras na tomada de consciência dos processos coloniais e racistas (MALLOY, 2017). Era necessário também compreender conjuntamente o que significava essa condição de condenado que vivia em uma superpotência. Na dúvida, era comum recorrer à analogia de Fred Hampton, na qual ele ilustrava que não se combate fogo com fogo, mas fogo com água, assim como não se combate capitalismo com capitalismo negro, mas sim com socialismo (NOVA CULTURA POPULAR, 2017).

De certa forma, os Panteras Negras herdaram muitos canais de comunicação internacionais das experiências citadas há pouco, conseguindo conectar grupos locais com a África, Ásia e Europa - realidade que explica em parte como um partido nascido na periferia de Oakland conseguiu contribuir de maneira central para discussões globais (MALLOY, 2017). A experiência inicial do partido com a ONU era também um sinal dos novos tempos da política internacional. O movimento de descolonização afro-asiática e a sua integração aos fóruns multilaterais permitiu que demandas antirracistas e antissistemas florescessem com certo respaldo institucional, facilitado por um crescente sentimento anti-americano, com manifestações claras no apoio às incursões internacionais dos Panteras. Do mesmo modo, é curioso perceber a clara diferença no tratamento que a Organização dava aos radicais e aos liberais estadunidenses, aos críticos e aos apoiadores. Se o alinhamento era com os valores ocidentais e estadunidenses, eram bem-vindos; se dissonantes, eram rechaçados.

A partir dessas ações, o crescente terceiro-mundismo asiático, latino-americano e africano, somado a “Nova Esquerda” de países ricos como o Japão e a Austrália, mantinham na ordem do dia a busca por uma sociedade marxista diferente da soviética, o fim da Guerra do Vietnã e o progresso nas pautas de gênero. Dessa forma, a agenda de relações exteriores dos Panteras se inseriu perfeitamente (CLEMONS; JONES, 1999; MALLOY, 2017).

Ao se tornarem agentes internacionais e fenômenos midiáticos, os Panteras Negras inspiraram muitas pessoas em diferentes nações, que arquitetaram versões locais do grupo. Apesar de não terem associação direta com a sede, contemplavam o ativismo desenvolvido pelo movimento *Black Power* dos EUA para desenvolverem suas próprias táticas, mimetizando do nome à iconografia. Destacam-se as seguintes organizações: *Black Panther Movement* (Inglaterra, 1968), *Black Beret Cadre* (Bermudas, 1969), *White Panther Party* (Inglaterra, 1970), *Black Panther Party of Israel* (Israel, 1971), *Black Panther Party of Australia* (Austrália, 1972) e os *Dalit Panthers* (Índia, 1987) (CLEMONS; JONES, 1999). A

partir de suas experiências objetivas de castas e etnicidades, como os aborígenes australianos e os intocáveis indianos, o fenômeno Pantera era sinônimo de subversão e reivindicação por justiça racial, uma vez que o modelo de ativismo urbano assentado em premissas antirracistas eram replicáveis por quem almejava objetivos semelhantes, de impor pressão política, se proteger de agressão policial e desenvolver programas comunitários de sobrevivência (CLEMONS; JONES, 1999).

Nesse ímpeto, Cuba, por sua vez, foi a escolha prioritária do primeiro momento de agência internacional dos militantes estadunidenses por uma miríade de motivos, como a proximidade da ilha aos Estados Unidos, a similaridade entre organizações marxistas-leninistas e a materialidade da revolução socialista através de um ataque de guerrilha (MALLOY, 2017). O tema era tão central, que o encontro entre Newton e Seale se deu em uma manifestação contrária ao embargo à Cuba em 1962 (BLOOM; MARTIN, 2013). A idealização do Movimento 26 de Julho, que deu cabo ao governo ditatorial burguês, inclusive, é uma das responsáveis pela visão anticolonial do grupo (JOSEPH, 2016). A aparente independência que o país tinha conseguido de Moscou e Pequim também eram fatores de inspiração.

Desde agosto de 1968, na ONU, David Hilliard, Chefe de Gabinete do PPN, já tentava contato mais direto com os cubanos (CLEMONS; JONES, 1999). Apesar da romantização da experiência latina nas páginas do *Black Panther* e nos inúmeros discursos das lideranças, os panteras queriam materialidade. A partir das articulações via Organização de Solidariedade com o Povo da Ásia, África e América Latina⁴⁴ (OSPAAAL, na sigla em inglês) da Conferência Tricontinental de 1966, buscavam um acordo com Fidel Castro, líder de Cuba, para que fosse possível montar na ilha instalações de treinamento dos membros do partido, para que de lá fosse possível a volta aos EUA, levando a cabo a conseguinte ação de guerra, assim como importação de armas para enriquecer o arsenal do grupo em Oakland, Nova York e Chicago (MALLOY, 2017).

A política externa cubana liderada por Che Guevara era de apoio irrestrito a insurgentes de todo o mundo, fato que assentava as bases dessa predileção do PPN pelo regime castrista (MALLOY, 2017), assim como o aparente contraste da violência racial nos Estados Unidos frente à imaginada superação da supremacia branca no jovem país socialista (JOSEPH, 2016). Cuba, inclusive, foi refúgio de muitos Panteras que precisaram se exilar depois de sofrerem diferentes tipos de perseguição. Esse foi o caso de Huey Newton, nos anos 1970, e de Assata Shakur, desde os anos 1980 (CLEMONS; JONES, 1999; SHAKUR, 2000).

⁴⁴ “*Organization of Solidarity with the People of Asia, Africa and Latin America*”, no original.

Eldridge Cleaver, Ministro da Informação⁴⁵ e o terceiro integrante do triunvirato do Partido, também foi recebido pelos latino-americanos, se tornando o primeiro do alto escalão dos Panteras a se exilar, depois de ter liderado um ataque ao Departamento de Polícia de Oakland, que se somou a ações de revolta pelo assassinato de Martin Luther King, em abril de 1968 (BLOOM; MARTIN, 2013; CLEMONS; JONES, 1999; PBS, 2002).

A tolerância de Castro, na realidade, se mostrou limitada. Em primeiro lugar, o país não lidava bem com as próprias tensões raciais, mal resolvidas pela formação nacional e escanteadas no processo revolucionário, materializada na Segunda Declaração de Havana de 1962, na qual o país bradava, erroneamente, que o problema do racismo havia sido erradicado. Na interpretação de Kathleen Neal Cleaver, Secretária de Comunicação Pantera e uma das primeiras afiliadas do movimento, para os brancos da Cuba revolucionária, falar de raça era ser subversivo e burguês (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017). As bases teóricas dos governantes os orientavam para uma leitura somente de classe, na qual não se incluía cor como fator importante. Sendo assim, a presença de ativistas vocais como os Cleaver tensionavam as questões raciais e causavam ruídos desconfortáveis para os governantes. Adicionalmente, a insistência de utilizar o território para treinamento de estadunidenses, mesmo que de esquerda, também desagradava a cúpula do Partido Comunista de Cuba, que não via com bons olhos a exposição. Além do mais, não era positivo para o país aumentar os pontos de conflito com a superpotência vizinha. Com esse conjunto de fatores e com a recusa dos Cleavers em se calarem sobre o tópico, ambos foram convidados a se retirar, se mudando para a Argélia, onde passaram três anos e meio (MALLOY, 2017).

O episódio expõe a enorme lacuna que existe nas experiências de mudança social - neste caso, uma marxista - que não se preocupam em centralizar as pendências de justiça racial junto com as de classe. Os Panteras experienciaram isso com o contato com o regime cubano que, mesmo marxista-leninista como eles, acreditaram que o solapamento da classe burguesa seria sinônimo de fim do racismo, o que não se verificou.

Em outro episódio importante, na Conferência Hemisférica pelo fim da Guerra do Vietnã⁴⁶ em 1968, por exemplo, a diplomacia transnacional do partido se apresentava madura, ao se destacar enormemente na costura de ações com 600 delegados de mais de 25 países do mundo, junto de lideranças como o então senador e futuro presidente do Chile, Salvador

⁴⁵ A revista conservadora *Nation Review* chegou a chamar Eldridge Cleaver de “Gobbels dos negros”, em referência a Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda da Alemanha Nazista, sugerindo que o que os Panteras Negras pregavam era um ideário da supremacia negra (FIRING LINE WITH WILLIAM F. BUCKLEY JR. THE BLACK PANTHERS. EPISODE 124, 1968).

⁴⁶ “*Hemispheric Conference to End the War in Vietnam*”, no original.

Allende, e uma das grandes referências dos revolucionários, o então Ministro da Cultura do Vietnã do Norte, Hoang Minh Giam. A palavra de ordem colocada pelos Panteras era o fim à tirania racista dos Estados Unidos e de seus aliados, através da união e da revolução (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017). Apesar de divergências naturais do processo político, o sucesso foi tamanho que, ao final do evento, os estadunidenses foram aplaudidos intensamente e saudados com a frase “*Panther Power to the vanguard!*”⁴⁷ (MALLOY, 2017).

Pela mesma razão, apoio expressivo também chegava de países europeus industrializados, ricos e descontentes com a condução da experiência da União Soviética, que falhava claramente em entregar a igualdade prometida desde a Revolução de 1917. Decepcionados e à procura de uma solução de esquerda para o progresso social, militantes da Dinamarca, Suécia e Noruega, por exemplo, se somaram ao processo de pressão política internacional pelo “*Free Huey!*” (MALLOY, 2017), utilizando estratégia semelhante à da campanha “*Free Angela and All Political Prisoners*” pela liberdade da também insurgente (do Partido Comunista, e não Pantera Negra) Angela Davis (CLEMONS; JONES, 1999; DAVIS, 2019). Essas nações forneceram financiamento, armas e pressão midiática para que os ativistas estadunidenses tivessem fôlego no enfrentamento da repressão do governo.

Na Europa, destaca-se também o relacionamento com grupos de esquerda da Alemanha Ocidental, que se identificava com os militantes dos Panteras Negras que apresentavam a mensagem de um marxismo revisado e aplicável para países altamente industrializados, otimistas em relação ao poder da cooperação internacional e da resistência socialista (MALLOY, 2017). A interface direta das duas nações, do lado alemão, era principalmente pela aproximação da Liga dos Estudantes Socialistas do país, marcada por uma juventude que queria um novo projeto marxista para a Alemanha. Na cidade de Frankfurt, por exemplo, existia até mesmo um Comitê de Solidariedade aos Panteras Negras. Através dessas conexões, afro-americanos que serviam nas bases militares no país (o *Black Panther Task Squad*) eram cooptados pelo discurso socialista resultante da interação entre alemães e estadunidenses, flanco aberto pela experiência objetiva do racismo da instituição militar americana, da sociedade germânica e do caráter desumanizador da guerra (MALLOY, 2017). A luta pela libertação, dessa forma, construiu improváveis alianças dentro do complexo beligerante da Guerra Fria, praticamente ignorado pelo Liberalismo e Realismo, que não disponibilizam ferramentas analíticas capazes de assentir a relevância delas.

É importante, porém, não sanitizar essas experiências. Mesmo versados sobre o racismo do sistema imperial ocidental, os ativistas brancos reproduziam preconceitos e

⁴⁷ “Poder Pantera na vanguarda!”, em tradução livre.

esterótipos da posição dos negros e negras americanos nesta luta. Exotização e romantização da negritude revolucionária era comum, apesar de secundária, e estava clara na maneira em que se dirigiam aos visitantes e na reprodução do estilo de vestuário dos Panteras (MALLOY, 2017). Ao se vestirem como os estadunidenses do movimento *Black Power*, essa juventude delimitava seu lugar político nas suas nações, expressando o referencial do mundo urbano e industrializado nas jaquetas de couro e óculos escuros, consumindo músicas afrodiaspóricas como jazz e o soul, ao mesmo tempo que escolhiam um lado da luta, o dos subversivos do contexto ocidental (MALLOY, 2017). Esses distintivos se tornaram, claramente, insígnias aglutinadoras da luta anticapitalista (BARRETO, 2020).

Já na Argélia, exilados desde junho de 1969, os Cleaver se engajaram de maneira mais frontal em nome dos Panteras na geopolítica da Guerra Fria (MALLOY, 2017). A capital, Algiers, facilitava o processo, uma vez que era o ponto de encontro de muitos movimentos insurgentes da ordem, como o Fatah palestino, o Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) e muitos outros, se consolidando no que Fanon chamava de “Meca dos Revolucionários” (CLEMONS; JONES, 1999; MALLOY, 2017). No mesmo ano, o Festival Cultural Pan-Africano foi sediado no país, e contou com a presença de Panteras dos Estados Unidos, que pela primeira vez em muito tempo se encontravam com os exilados (BLOOM; MARTIN, 2013). Curiosamente, o evento se iniciou no dia que o homem pisou pela primeira vez na Lua, fato desdenhado pelo Ministro da Informação, que dizia que a humanidade não teria nada a comemorar enquanto pessoas sofressem discriminação, passassem fome e fossem bombardeadas por forças imperialistas em diferentes partes da Terra (MALLOY, 2017).

O engajamento internacional dos Panteras também fortalecia a crítica e os esforços antiamericanos dos países revolucionários, uma vez que tinham acesso em primeira mão aos relatos de lideranças sobre a situação doméstica da população negra no país (MALLOY, 2017). Além do próprio princípio de solidariedade, o simbolismo e a presença das lideranças dos Panteras era uma motivação em si mesma para receber e apoiar o grupo.

A militância anti-apartheid também foi um tópico agregador dessas lutas. O internacionalismo estadunidense foi atuante nesse tópico, além do Movimento Negro Brasileiro, forças socialistas e ativistas brancos europeus, que viam na segregação da África do Sul um símbolo extremo da opressão do capitalismo racial. Na verdade, houve um reforço tripartite entre os brasileiros, os Panteras e a resistência sul-africana, que mantinham uma troca de referenciais, ideais, ferramentas de análise e solidariedade (FERNANDES, 2019).

Optando pela “estratégia asiática”, os Cleaver buscaram alianças entre o grupo e Estados revolucionários do continente, com destaque ao Vietnã e à Coreia do Norte, que os

tomou como representantes legítimos da luta do povo negro (MALLOY, 2017). Kathleen Neal Cleaver já tinha experiência em política externa tanto na sua vivência universitária quanto por ter sido criado em diferentes países, como Serra Leoa e Libéria, devido ao trabalho com relações exteriores de seu pai (NATIONAL ARCHIVES, 2019). Em pouco tempo o esforço da dupla foi recompensado. Historiadores apontam, por exemplo, que foi a legitimidade que veio junto com o reconhecimento de Estados-nação para o grupo que permitiu à Argélia e seu governante Houari Boumédiène, encampar, proteger e financiar a primeira sede internacional do partido, marco na história do internacionalismo negro de qualquer matriz (MALLOY, 2017). O objetivo do comitê na África era publicizar as ações dos Panteras, desenvolver a unidade revolucionária e angariar recursos (CLEMONS; JONES, 1999).

Para o alto escalão do PPN, o caso exemplar era o da China. Uma nação não-branca, revolucionária, com quase 1 bilhão de habitantes, com poderio nuclear e que se afastava da ortodoxia soviética, mantinha um lugar especial na imaginação de todos (MALLOY, 2017). É seguro afirmar, inclusive, que ao lado de Fanon, a produção chinesa era a mais influente e importante para os Panteras (CLEMONS; JONES, 1999). Mao, ao contrário de Castro, colocava raça e a supremacia branca lado a lado com a questão de classe (MALLOY, 2017). O ápice da relação entre os revolucionários foi na viagem de Huey Newton e Elaine Brown como convidados de honra ao país, em 1972 (BLOOM; MARTIN, 2013).

Ciente da importância que os Panteras davam para a China, o Secretário de Estado dos Estados Unidos à época, Henry Kissinger, em contato com os asiáticos, listou lideranças que o país considerava perigosas para reforçar a aversão da administração republicana de Nixon ao grupo. O afastamento dos chineses do partido era uma das condições para o avanço da parceria sino-americana - que seria materializada a partir de 1972 -, entre outras demandas (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017).

As lideranças e os filiados eram leitores assíduos e dedicados da produção comunista chinesa, que apresentava no papel e na prática os caminhos da revolução e, principalmente, de como se manter socialista, uma vez que casos como o assassinato do Primeiro-ministro da República Democrática do Congo, Patrice Lumumba, alguns anos antes, servia como um lembrete sangrento da reação das forças capitalistas para com os revolucionários (JOSEPH, 2016; MALLOY, 2017). O gigante asiático também agradava por ter se apresentado ao mundo como entusiasta das lutas terceiro-mundistas depois do afastamento da ortodoxia que havia se agravado desde a ruptura sino-soviética do início dos anos 1960 (MALLOY, 2017).

Nessa estratégia de projeção internacional, as lideranças não previram que se associar a países socialistas os expunha à natureza conflitiva e altamente incerta da Guerra Fria,

navegando em mares perigosos. De fato contavam com a solidariedade dos camaradas, mas foram de certa forma ingênuos sobre o quão valiosos eles seriam para essas sociedades. Foi isso que aconteceu, por exemplo, a partir da visita do Presidente Nixon à China em 1972, quando a Argélia buscou acordos comerciais com os Estados Unidos, com o fim da Guerra do Vietnã em 1975, tanto quando a readequação da política externa norte-coreana e com a Détente da Guerra Fria durante a década de 1970 (MALLOY, 2017). Assim como a efervescência anticolonial dos anos 60 os ajudou a crescer, a resignação dos anos 70 os desacelerou.

O internacionalismo nato da experiência dos Panteras Negras fica, dessa forma, muito clara. Os questionamentos e tensionamentos a ordem teoricamente imaculada do liberalismo da Organização das Nações Unidas, apontam para a hipocrisia da falta dos direitos humanos em solo americano e nos outros rincões de opressão racial. As incursões internacionais dos Panteras localizam o antirracismo como um dos eixos de construção das Relações Internacionais.

A hegemonia do americanismo enquanto prática e ideia também é questionada, desaguando na síntese máxima dessa crítica ao provocarem a discussão sobre o direito da soberania estadunidense sobre os territórios de maioria negra. Como visto, a popularidade do programa do PPN e suas críticas ao sistema político liberal, rodou o mundo e inspirou emuladores comprometidos com resolução dos problemas locais com dimensões globais.

2.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO NA VISÃO DO PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS

Com a perspectiva da revolução em mente, parte expressiva da política internacional dos Panteras Negras se norteava pela crença de estarem em um momento histórico excepcional, na Era do Confronto (NEWTON, 1968). Isso ocorria tanto nas ações domésticas do “*Serve the people*”, o patrulhamento policial, os questionamentos nas OIs, etc, quanto com as ações do Cleavers partindo da África, em busca ativa, embora frequentemente difusa, por financiamento das atividades, treinamento militar, refúgio para expatriados e acesso a armas (CLEMONS; JONES, 1999; MALLOY, 2017). Entretanto, com a assimetria de qualquer uma dessas parcerias em relação à grandeza do poderio tecnológico e militar dos Estados Unidos, o que o partido realmente conseguia, na maioria das vezes, eram avanços simbólicos que de fato eram importantes na construção de uma frente de solidariedade internacional, mas

insuficientes para a consolidação de uma armada que pudesse fazer danos reais ao sistema capitalista (FERNANDES, 2021).

Mesmo com uma visão crítica do mundo e das suas relações de poder, os membros dos Panteras Negras acabavam reproduzindo uma visão hierárquica sobre o papel dos americanos no mundo. Se os estadunidenses brancos viam seu papel nas linhas do excepcionalismo americano e do Destino Manifesto⁴⁸ como os responsáveis divinos por guiarem o mundo para a civilização e para a modernidade, os militantes negros acreditavam que pela posição privilegiada de serem afro-americanos, tarefa semelhante recairia em seus ombros, mas para guiar a revolução, e que, na verdade, eles seriam os únicos capazes de orientar o caminho da liberdade (MALLOY, 2017). O antirracismo, nesse caso, era o tema aglutinador. A liderança exercida por eles foi, como relatado, eficiente e valorativa, mas em alguns momentos limitada por conflitar com outros lócus de poder. Este fato contribuiu para a crise de direcionamento do PPN.

Outro elemento que contribuiu para a recessão do Partido foi a irreparável fratura entre a estratégia reformista de Newton nos EUA e a insistência pela luta armada de Eldridge Cleaver (PANTERAS NEGRAS, 2014), evidenciando que não existia um consenso hermético sobre o papel do revolucionário. Em Oakland, não havia condições objetivas de armamento e apoio popular, além do apertado cerco de repressão, fazendo o cofundador que estava em solo americano acreditar que o melhor caminho seria uma retração tática para o fortalecimento comunitário, para, futuramente, retomar a estratégia de confronto. No resto do mundo, os grupos de resistência sofriam para levar à frente seus projetos ou para que eles não fossem desmontados.

De qualquer forma, as leituras da realidade objetiva divergiam, chegando a um embate público e televisionado em fevereiro de 1971, no qual o Ministro da Informação, na Argélia, ao telefone com o Ministro da Defesa, nos Estados Unidos, trocaram ofensas ao vivo, em um momento que tinha sido planejado para publicizar uma nova fase de união interna (BLOOM; MARTIN, 2013; PANTERAS NEGRAS, 2014). Newton, poucos minutos depois, ligou para Cleaver e o expulsou do partido, o acusando de ser irresponsável, enquanto ele se defendia apontando “corrupção burguesa e reacionária” nas decisões de Huey (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017; PANTERAS NEGRAS, 2014).

⁴⁸ O Destino Manifesto é uma ideia que assenta as bases da crença dos Estados Unidos de uma missão divina que recairia sobre o país na responsabilidade social de expansão e imposição de seus valores e filosofias para o resto do mundo (DEVINE, 1992).

A partir disso, o isolamento dos Cleaver e de seus 20 apoiadores na Argélia ficou ainda mais evidente. Prejudicados pela falta de legitimidade que o comitê central os dava depois de oficialmente comunicar para Cuba, Coreia do Norte e Vietnã que a facção internacional não fazia mais parte da rede, somado ao abuso de drogas e diversos problemas causados pelo líder local com o governo que os abrigava, as operações desorganizadas da sede internacional se tornavam cada dia mais insustentáveis. Em um momento de procura pela estabilidade econômica do país, o governo argelino começou a orbitar em volta de um possível contrato de bilhões de dólares com os Estados Unidos na comercialização de gás, se tornando cada vez mais antipáticos aos indisciplinados ex-Panteras Negras (MALLOY, 2017), que se tornaram mais uma fraqueza do que uma força (CLEMONS; JONES, 1999).

Essa tensão também ficou clara na edição do *Black Panther*, o jornal-instrumento do PPN, que por muito tempo servia como a ponte entre o mundo e as comunidades, e que cada vez mais se afastava dos tópicos do dia a dia, com menos esforço para embasar a visão anticolonial e anticapitalista com os problemas das “masmorras urbanas” relegadas aos afroamericanos (MALLOY, 2017). Insatisfação dos membros de Nova York encabeçadas por Shakur também faziam parte de uma seleção de problemas que corroía a unidade partidária. Com essas crises e discordâncias, 40% dos membros foram expulsos ou se desfilaram nos meses subsequentes (BLOOM; MARTIN, 2013; MALLOY, 2017).

Ademais, desde as primeiras ações do Partido em Oakland, os filiados conviveram com um intenso monitoramento pelo Departamento de Investigação Federal dos Estados Unidos, o FBI. Com a direção do anticomunista J. Edgar Hoover, o Programa de Contraineligência (COINTELPRO, na sigla em inglês) do departamento policial teve enorme sucesso na implosão das atividades do PPN e de outros grupos insurgentes do país (BLOOM; MARTIN, 2013). Para se ter uma noção da escala, somente no primeiro triênio de existência o partido foi alvo de 233 ações advindas do Departamento (HOLLEY, 2021). O Programa não era uma anomalia, era uma manifestação da visão do Estado de como lidar com o povo negro (FERNANDES, 2021; MANOEL; LANDI, 2020).

Ao classificar os Panteras Negras como a maior ameaça de segurança interna da América, o FBI tinha respaldo legal para uma diversidade de táticas de boicote, que passavam por falsificação de cartas, sabotagem aos programas comunitários, implantação de informantes e assassinatos (BLOOM; MARTIN, 2013). Se os Panteras não tinham consenso sobre o lugar do revolucionário, as forças repressivas tinham: prisão ou morte.

Com tamanha liberdade e afinco na destruição de organizações contrárias à ordem, o COINTELPRO teve enorme sucesso. Por exemplo, em agosto de 1968, em uma viagem ao

Japão por uma delegação de militantes Panteras, com bloqueio de vistos de representantes do grupo, o enviado para o evento internacional foi um espião do FBI que havia crescido nas estruturas partidárias (MALLOY, 2017). Lograram sucesso também no assassinato⁴⁹ de Fred Hampton, vice-presidente nacional do Partido e líder de Illinois, de apenas 21 anos, que era caracterizado como um possível “Messias Negro” por conseguir eletrizar corações e mentes, e ser um possível articulador de uma coalização de diversas classes oprimidas (VOX, 2021). Sendo assim, Hampton precisava ser urgentemente neutralizado (NATIONAL ARCHIVE, 2019). Profético e ciente da perseguição, o Presidente da sede de Chicago não se acuava, acreditava no movimento, afirmando meses antes da sua morte: “você podem matar um revolucionário, mas não podem matar a revolução” (HAMPTON, 1969, p. 118).

Todos os conflitos internos eram investigados e alimentados pelo FBI, que buscava também convencer a opinião pública do perigo proveniente do grupo e da natureza hedionda que eles teriam, caracterizando-os como a “Ku Klux Klan dos negros”, em referência à organização terrorista e supremacista branca. Nos meios de comunicação, por mais que os Panteras tivessem se tornado extremamente habilidosos em lidar com as câmeras e microfones, estima-se que 73% das notícias veiculadas no principal jornal impresso do país, o *New York Times*, eram falsas, escritas nos escritórios subordinados a Hoover (CURTIS 2008 apud BLOOM; MARTIN, 2013). Para a imprensa, vazavam falsos planos de atentados e assassinatos de figuras públicas (BLOOM; MARTIN, 2013). A paranoia criada pela Programa de Contraineligência era tamanha que foram registradas algumas dúzias de execuções sumárias de suspeitos informantes, como no caso da seção de New Heaven e o assassinato de Alex Rackley, afiliado do comitê de Nova York, que se provou ser infundado (JOSEPH, 2016).

Já nos anos 1970, a retração se consolidou no plano de cessar todas as sedes espalhadas pelos EUA e receber militantes que se interessassem na Base de Operações, no núcleo original de Oakland, sob a supervisão da presidência de Elaine Brown, acompanhada por Ericka Huggins e pelos cofundadores Huey Newton e Bobby Seale, caracterizando uma nova função para o antirracismo e o antirracista. A nova fase do partido seria de foco nos programas de sobrevivência, tentativa de adequação ao sistema eleitoral para influenciar uma mudança de dentro do sistema e de retração revolucionária, buscando o poder negro primeiramente no município. Ao internacional, se relegou a função de troca cultural, longe do potencial insurgente que um dia inspirou milhares de pessoas. Evidentemente, o argumento de

⁴⁹ Até hoje, como rito de passagem, policiais do departamento de Chicago alvejam a lápide de Fred Hampton como rito de passagem. Consultar a imagem presente no anexo G.

Hampton de que “o poder político nasce da ponta do fuzil” (HAMPTON, 1969, p. 89), havia sido abandonado.

No fim das contas, e em especial depois da revisão do Programa de 10 pontos do partido em março de 1972, os Panteras Negras se assemelhavam mais a uma ala de esquerda do Partido Democrata do que uma vanguarda revolucionária de seus dias de glória (MALLOY, 2017; PANTERAS NEGRAS, 2014). A ascensão da hegemonia neoliberal como regra transnacional e as reformas domésticas que amorteciam aspectos mais urgentes da população negra, por mais que fossem insuficientes para a justiça completa, foram efetivas na desarticulação do ímpeto revolucionário (FERNANDES, 2019).

A aproximação do grupo com o tráfico de drogas e outras atividades ilícitas contribuiu para o afastamento da comunidade, que não compartilhava mais dos valores pregados pelo grupo e que um dia foi central no pensar e agir de suas ações (BLOOM; MARTIN, 2013). A violência, que um dia significou autodefesa e avanço, tornou-se vazia.

Somado isso com um sentimento generalizado de desilusão (JOSEPH, 2016), a maior representação eleitoral dos afroamericanos, a queda do desemprego, a desarticulação da Guerra Fria, o fim da Guerra do Vietnã e as reformas dos países socialistas (BLOOM; MARTIN, 2013), o PPN sucumbiu. Os Panteras originalmente não buscaram inclusão, e sim revolução (BARRETO, 2020), porém, perderam o *momentum*. A emancipação não estava feita, mas o discurso revolucionário não funcionava mais (FERNANDES, 2019).

Na experiência dos Panteras Negras, mesmo que apoiando em uma dinâmica difusa da política internacional, o lugar do indivíduo, o fator humano, se mostra um essencial fator de estudo deste caso e de outros. Através de identidades diversas, as compreensões dissonantes sobre o papel do cidadão e da cidadã entre a coordenação do Partido abriu mais um flanco de perseguição governamental antinegro. Se o antirracismo era tema aglutinador das reivindicações do grupo - que também poderia ser visto em fóruns internacionais e conflitos globais - mexer em uma estrutura tão vital para a manutenção do arranjo liberal-capitalista-ocidental justificou violenta resposta do Estado, da mídia e de outras expressões burguesas e capitalistas de manutenção da ordem que se espalha pelo mundo.

2.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Neste capítulo foi possível entender como a história do Partido dos Panteras Negras e suas incursões na política internacional se fazem relevantes frente ao impacto que tiveram

principalmente durante o período de sua atividade, entre 1966 e 1982. A intensa participação do grupo em matérias caras ao campo das RIs somada à intensa atividade intelectual de seus membros tecendo críticas ao Estado, o uso legítimo da força, à estrutura econômica global, aos valores ocidentais hegemônicos e às Organizações Internacionais, assim como as reflexões geradas sobre cultura, conexão afrodiaspórica e anticolonial, demonstram que este grupo é primordial para se entender lutas que não são enxergadas pelas lentes do Liberalismo e do Realismo *mainstream*.

As experiências políticas, contribuições intelectuais e biografias apresentadas auxiliaram dessa forma a elucidação de contribuições práticas do antirracismo marxista e anticolonial para os estudos internacionalistas. O próximo capítulo, por sua vez, focará no Marxismo Negro que foi simbiótico ao Partido dos Panteras Negras.

3 O MARXISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Lá vem o canto, o berro de fera / Lá vem a voz de qualquer primavera
Lá vem a unha rasgando a garganta / A fome, a fúria, o sangue que já se levanta”
(MILTON NASCIMENTO)

Este capítulo tem como objetivo identificar de forma sintética autores, autoras, conceitos e ideias do Marxismo Negro que podem ser instrumentalizados tanto no campo das Relações Internacionais quanto no estudo de caso dos Panteras Negras. Para tal, passará por diferentes tópicos como a história do Marxismo Negro, a atuação do capitalismo racial, o papel da raça na construção política, do Estado e do nacionalismo, a centralidade da violência na política internacional, o papel das organizações internacionais na manutenção de hierarquias, a importância da cultura no processo de emancipação e, como não poderia deixar de ser, as experiências de descolonização e o papel do Marxismo Negro nesse processo.

Parte da hipótese desta dissertação é de que o Marxismo Negro pode contribuir com a compreensão do sistema internacional, em especial às dinâmicas que estruturam e são estruturadas pela raça. Com esse objetivo, o presente capítulo é dividido em 6 seções: Linha do tempo e contexto histórico do nascimento do Marxismo Negro; Contribuições teóricas do Marxismo Negro; O papel do Estado e dos partidos políticos para os Marxistas Negros; A Política Externa e as Organizações Internacionais na visão do Marxismo Negro; O lugar do antirracismo e do antirracista na revolução na visão do Marxismo Negro; Considerações parciais.

Alguns autores e autoras são apresentados com mais detalhes historiográficos por terem tido influência direta no comportamento do PPN, porque suas contribuições teóricas auxiliam a entender exatamente tópicos relevantes da experiência dos Panteras no ver e agir na Política Internacional ou ainda porque sua biografia demarca o internacionalismo das suas reflexões, por onde o/a intelectual andou ou atuou.

Ou seja, uma vez que é impossível abarcar todos os aspectos do marxismo tradicional e do Marxismo Negro, a escolha de destacar alguns teóricos e regiões (em especial os estadunidenses, africanos e caribenhos) se fez necessária por motivos metodológicos, sublinhando os que conversam com aspectos essenciais da história do Partido dos Panteras Negras, objeto desta pesquisa, e que discutem temas clássicos das Relações Internacionais - Estado, ideologia, estrutura, papel da lei e da ordem, funcionamento das OIs, tensões da Guerra Fria, entre outros. Busca-se, dessa forma, contribuir frontalmente à inserção das

contribuições dos e das marxistas negros/as, se opondo a silenciamentos do *mainstream* das RIs à essas críticas.

3.1 LINHA DO TEMPO E CONTEXTO HISTÓRICO DO NASCIMENTO DO MARXISMO NEGRO

O racismo epistemológico é a principal estrutura responsável pela ausência de múltiplos conhecimentos e ontologias nos diversos campos da ciência (GROSFUGUEL, 2018). Isso não é diferente no campo das ciências sociais tradicionais nem nos estudos que se propõem a uma criticidade maior nas investigações da realidade imediata. Neste sentido, distintas vertentes de pensamento reproduzem uma lógica eurocêntrica ao excluir das possibilidades de análise produções intelectuais feitas a partir de outros lugares geográficos como a América Latina, a Ásia e a África, e de outros lugares políticos das identidades objetivas que atravessam os produtores de conhecimento, demarcadamente pesquisas com ênfase em gênero ou raça.

No campo dos estudos marxistas, se por um lado é essencial que se leia e compreenda Friedrich Engels (1820-1895), Karl Marx (1818-1883), Lenin (1870-1924) e Rosa Luxemburgo (1871-1919), é imperativo ir além de suas produções, reservando lugar para a teorização de Angela Davis (1944-), Cedric Robinson (1940-2016), C. L. R. James (1901-1989), Frantz Fanon (1925-1961), Oliver Cox (1901-1974), W. E. B. Du Bois (1868-1963) e tantos outros.

A tradição do Marxismo Negro, vale ressaltar, é diversa e heterogênea, e o motivo para estudá-la vai além da superficial “representatividade”, é para expandir as possibilidades de solução dos problemas sociais, destacadamente o racismo perene e estruturante do capitalismo, a brutalidade da exploração dos trabalhadores e a perpetuação das diferentes formas de violência na política internacional, amarradas pelo capitalismo e suas metamorfoses, como o imperialismo, o colonialismo e o patriarcado.

Segundo Rocha (2021, p. 345),

O marxismo enquanto ciência busca entender a realidade, seus movimentos, suas contradições e suas múltiplas determinações – objetivas e subjetivas – com a finalidade de instrumentalizar ações conscientes dos sujeitos sociais (seres humanos) sobre problemas concretos. Isso confere pertinência ao marxismo para analisar os mais distintos fenômenos históricos e sociais, justamente por não se tratar de um método pré-concebido no qual diferentes realidades são moldadas e artificialmente acopladas (ROCHA, 2021, p. 345).

Dessa forma se faz necessário um recuo histórico para entender o marxismo tradicional, a lógica da utilização desta vertente para a luta antirracista e sua difusão. No período da vigência da escravidão, vale ressaltar, Karl Marx e Friedrich Engels eram abertamente contrários ao modelo e suas variações, uma vez que, segundo eles, a maneira correta de se perseguir a emancipação seria explicitar o caráter “aboliconista, emancipatório e antioligárquico, de modo a mobilizar as massas de condição livre e aqueles que ainda permaneciam escravos para o desenvolvimento de uma guerra popular e revolucionária” (LOSURDO, 2011, p. 107). Para os dois, era claro que era na periferia do sistema que as piores expressões do capitalismo “passeavam nuas” (MANOEL, 2021). Marx, durante a Guerra Civil (1861-1865), chegou a se comunicar via carta com o presidente dos EUA à época, Abraham Lincoln (1861-1865), transmitindo sua opinião da mais alta importância que a questão do racismo e do trabalho tinham na constituição do sistema econômico mundial e do próprio Estados Unidos. Marx, inclusive, defendia que:

A escravidão direta é o eixo da indústria burguesa, assim como as máquinas, o crédito, etc. Sem a escravidão, não teríamos o algodão, sem o algodão, não teríamos a indústria moderna. A escravidão valorizou as colônias, as colônias criaram o comércio universal, o comércio que é a condição da grande indústria. Por isso, a escravidão é uma categoria econômica da mais alta importância (MARX, 1847).

Recaía aos comunistas negros da fase pós-Guerra Civil americana - que tinha a utilização da mão de obra escrava e o capital industrial no centro do conflito - explicitar o paralelo entre a expansão do capitalismo representado pelos anseios do Norte e a continuidade da opressão aos radicais brancos, que se limitavam a entender a experiência do racismo somente como preceitos morais (DAVIS, 2017). Frequentemente, “pessoas brancas abolicionistas ou defendiam os capitalistas industriais ou não demonstravam consciência de identidade de classe” (DAVIS, 2017, p. 75).

Os comunistas negros estadunidenses também foram muito ativos no antirracismo dos anos 1920 e 1930, em especial na defesa da população negra contra os linchamentos, perseguições e assassinatos da organização de extrema-direita e supremacista branca Ku Klux Klan. Na década seguinte, a participação dos marxistas negros nos movimentos de trabalhadores também era expressiva, a despeito da hostilidade de seus contrapartes brancos (MANOEL; LANDI, 2020).

Apesar de todas essas lutas bárbaras contra o povo negro, no conjunto de ideias liberais, “a política é a esfera construída pelo diálogo, a palavra, entre homens livres e iguais, e a violência, a negação da palavra, a negação da política” (MANOEL; LANDI, 2020, p. 34), porém as condições objetivas de parte da população, apesar das leis e da retórica que

deveriam assegurar o não-uso da violência, segundo o Marxismo Negro, não possibilitam outro caminho para a construção de uma justiça mais ampla a não ser pelo caminho revolucionário.

A partir de visão de mundo semelhante é que se funda a primeira nação socialista em 1917. Recorrendo ao marxista italiano Domenico Losurdo (2017):

Na esteira desses dois acontecimentos históricos [Primeira Guerra Mundial, 1914 e Revolução de Outubro, 1917], o marxismo conhece uma difusão planetária que o projeta para além das fronteiras do Ocidente em que permanecera confinado na época da Segunda Internacional. No entanto, há o outro lado da moeda desse triunfo: o encontro com culturas, situações geopolíticas e condições econômico-sociais tão distintas entre si estimula um processo interno de diferenciação, com o surgimento de contradições e conflitos antes desconhecidos. (...) O cansaço, o desgosto, a indignação pela interminável carnificina, tudo isso promove a rápida difusão do movimento comunista (LOSURDO, 2017, p. 17).

A partir da Revolução Russa, portanto, um farol de esperança se acendia para povos colonizados e oprimidos, estando eles no sul dos Estados Unidos da América, no coração da Europa, nas costas africanas, nas nações latino-americanas ou cidades asiáticas. Confiando na revolução proletária como a força insurgente a caminho de uma sociedade mais justa e igualitária, diferentes grupos sociais se voltam ao “Manifesto Comunista” (1848) e ao “O Capital” (1867) para organizar a revolução dos trabalhadores em nome de uma nova ordem. A produção de Lenin (1902, 1917) sobre imperialismo, por exemplo, era seminal, uma vez que para ele este fenômeno não era nada menos do que a fase superior do capitalismo. Para o líder soviético,

[O] capitalismo se constituía em um sistema cuja base econômica e política não poderiam ser dissociadas. Assim, se na base econômica encontravam-se as grandes corporações internacionais que em sua expansão territorial produziam os lucros necessários para a manutenção do sistema, na base política produzia-se a legitimação necessária, por meio de acordos internacionais ou guerras (CHADAREVIAN, 2016, p. 77).

Adicionalmente, em um caráter geopolítico, ele defendia que “além do saque econômico, a opressão política e a hierarquização das nações também caracterizavam o imperialismo”, marcado pelas diferenciações raciais (LOSURDO, 2017, p. 24). A partir dessa noção além-fronteiras do poder capitalista, “o tratamento marxista do problema racial ganha, em seguida, um novo impulso nos primeiros congressos da Internacional Comunista⁵⁰ que, à

⁵⁰“Em 1919, logo após a vitória dos comunistas na Revolução Russa, foi criada a III Internacional, ou Internacional Comunista, ou ainda *Komintern*. Seu principal objetivo era criar uma União Mundial de Repúblicas Socialistas Soviéticas. Dominada pelo Partido Comunista da União Soviética, a Internacional emitia diretrizes que deveriam ser seguidas por todos os seus filiados, inclusive o Partido Comunista do Brasil. Em 1943, em plena Segunda Guerra Mundial, a Internacional Comunista foi dissolvida com a finalidade de tranquilizar os aliados ocidentais da União Soviética.” (FGV CPDOC, 2021)

iniciativa de Lenin, colocam em pauta a análise do problema das minorias oprimidas em diferentes nações” (CHADAREVIAN, 2016, p. 75).

Bebendo dessas fontes, há então uma tentativa dos próprios marxistas de superar a explicação insuficiente de que a opressão racial seria meramente um fenômeno natural ou somente uma manifestação da opressão de classe, até porque processos violentos motivados por diferenciações raciais existiam antes da consolidação do sistema capitalista, mesmo que em uma escala muito menor (ROBINSON, 1983). Deste acúmulo em diante, nasce o que pode ser chamado de Marxismo Negro.

Além da centralidade do papel da raça em suas formulações, a produção desse pensamento é diversa: é africana, estadunidense, caribenha, brasileira, entre outras nacionalidades afrodiaspóricas. Nessa mesma linha e para evitar ambiguidade, é importante caracterizar o que é um marxista negro. Compartilhando Grosfoguel (2018, p. 18):

O que define um marxista negro? Se é um marxista negro por causa da pigmentação, porque se autoproclama como um, pela cor de pele? O marxismo negro não se define pela cor da pele, mas sim como uma maneira de entender o mundo. Os marxistas negros pensam na experiência histórica e social da articulação entre exploração capitalista e dominação racial, desde a experiência de um escravo negro em um mundo capitalista dominada por brancos ocidentais, da experiência de um sujeito negro inferiorizado racialmente em um mundo de Estados modernos brancos e ocidentalizados (GROSFOGUEL, 2018, p. 18, tradução nossa).

É verdade também que, apesar de utilizarmos o Marxismo Negro como esse guarda-chuva de características em comum previamente citadas, não havia uma coordenação intelectual entre eles, existindo até hoje discordância no campo marxista até onde essa segmentação se sustenta. No caso da produção africana do século XX, Barbosa (2020, p. 88) alerta:

O que os coloca como “participantes” do “grupo” é que todos partilhavam da crença de que era possível construir uma nova África, modernizando certas particularidades histórico-culturais dos povos africanos. Algo que lhes dava certo distanciamento das correntes ideológicas europeias mais relevantes da época: marxismo e liberalismo. Ou pelo menos lhes parecia dar uma possibilidade nesse sentido. O termo socialismo não nega tal fato, pois se tratava de construir um socialismo muito próprio, distante do modelo soviético dominante à época (BARBOSA, 2020, p. 88).

A necessidade de mudanças estruturais era ponto pacífico nesses dois grupos descritos por Barbosa, porém com os marxistas, com uma expectativa da substituição da “estreita tirania de uma burguesia desumanizada” por uma sociedade sem classes (CÉSAIRE, 1968). Apresentavam, então, uma dialética atualizada que, dessa vez, seria a dialética do corpo e do mundo (FANON, 1963), na expectativa de uma nação em devir (FANON, 2021), independente, socialista e sem racismo.

O marxismo tradicional de Marx e Engels é em si mesmo pouco visto nas Relações Internacionais. Mesmo com dezenas de revoluções relevantes da política internacional pautadas neste espectro político e uma grande possibilidade de expansão intelectual a partir do estudo da crítica de Lenin ao imperialismo, a hegemonia do ocidente liberal é regra das RIs contemporâneas. O Marxismo Negro então, passa longe de figurar nas bibliografias e discussões do campo, a despeito da renovação geopolítica da inserção da categoria raça na elucidação da construção da sociedade internacional.

3.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO MARXISMO NEGRO

Nos séculos de opressão anteriores à Revolução Russa (1917) e aos movimento de descolonização a partir da década de 1950, a população negra não foi passiva, como muito bem documentado por Cedric Robinson em “*Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*” (1983), que aponta que o problema principal do marxismo tradicional⁵¹ é ter olhado para um suposto excepcionalismo europeu (da Grécia clássica à Revolução Industrial, do Império Romano às grandes revoluções liberais) no processo da construção da modernidade, fazendo com que o método do materialismo histórico se encaixe com maestria na experiência da burguesia europeia, e imperfeitamente⁵² na generalização da economia mundial (ROBINSON, 1983). Para o autor:

O internacionalismo marxista não era global, seu materialismo foi exposto como uma explicação insuficiente das forças culturais e sociais; seu determinismo econômico frequentemente comprometeu lutas de liberação que ocorriam fora da metrópole. Para os radicais negros, historicamente e diretamente ligados às bases sociais constituídas predominantemente por camponeses e fazendeiros das Índias Orientais, trabalhadores rurais da América do Norte, ou trabalhadores forçados das

⁵¹ Segundo Costa e Clemente (2021, p. 151) “O uso da linguagem hegeliana e da antropologia evolucionista da época, a qual abusava de termos como civilizados, semicivilizados, bárbaros e semibárbaros, aliado com a visão de que o capitalismo, de fato, representava um notável progresso histórico, apesar das profundas e violentas desagregações sociais que provocava em modos de vida até então independentes, permeia os textos de Marx do início dos anos 1850 sobre o colonialismo”, vem daí muitas das críticas a Marx, mesmo que mais para frente ele tenha readequado a linguagem e seu pensamento. Vale adicionar que “embora haja problemas na visão de Marx sobre o colonialismo com a presença de elementos eurocêntricos, isso não se constitui como uma parte essencial e indissociável das conquistas teóricas do materialismo histórico ou dos horizontes revolucionários da dialética marxista.”

⁵² Segundo Costa e Clemente (2021, p. 146) “Uma das teses centrais aqui sustentadas é a de que a *magnum opus* do marxismo – uma obra por excelência inacabada devido à persistência de Marx em revisar seus passos teóricos e metodológicos toda vez que novas determinações históricas eram impostas pela dinâmica própria dos movimentos revolucionários, sendo essa, talvez, uma das razões para a não conclusão dos livros segundo e terceiro de O Capital – não pode ser apreendida em suas múltiplas e ricas dimensões sem que se leve em conta as mudanças de orientação dos dois pensadores quanto à questão colonial. Marx e Engels mudaram de posições quanto à maneira de considerar o colonialismo e tais reviravoltas se devem à necessidade de enriquecer a reconstrução do concreto com a incorporação de novas determinações históricas.”

colônias da África, o marxismo aparecia afastado das crueldades e manifestações específicas da economia mundial (ROBINSON, 1983, p. 30, tradução nossa)⁵³.

A obra de Robinson (1983), lançada um ano após o fim oficial do Partido dos Panteras Negras, tem duas principais contribuições: a primeira é de apontar com lastro histórico que o capitalismo é um sistema dependente do processo de racialização - formando o capitalismo racial -, a segunda de apresentar experiências radicais de resistência que ocorreram antes da formação da classe proletária demonstrando que com elas, epistemologias e técnicas próprias foram arquitetadas e utilizadas para obtenção de vitórias importantes a partir de mecanismos coletivos de insurgência, como revoltas, levantes, construção de comunidades, desenvolvimento cultural e intelectual, aquilombamento, entre outros. Essas estratégias perduraram enquanto legado teórico para os radicais negros do século XX, e se mantém até os dias de hoje, apesar de não serem incluídas no marxismo tradicional.

A alavanca da formação do capitalismo racial, que permitiu a rápida expansão do comércio global, foi o mercantilismo praticado com as vidas dos africanos e africanas, o que garantiu a longevidade do papel da burguesia no comando social e seu fortalecimento por toda a Europa, e robusteceu as lógicas de racialização que já existiam no próprio continente à época do surgimento do sistema (ROBINSON, 1983). Sendo assim, segundo Robinson (1983, p. 24, tradução nossa), “a civilização europeia não é produto do capitalismo. Pelo contrário, o caráter do capitalismo só pode ser entendido pelo contexto histórico e social de seu surgimento”⁵⁴, uma vez que a tendência nas diferentes regiões europeias era a de diferenciar os habitantes em uma pletera de categorias, como origem, gênero, etnia, língua materna, etc., sendo algumas novas e algumas históricas, desaguando, aí sim, no Estado-nação (ROBINSON, 1983).

Fanon (1963) comunga desse relato histórico, afirmando que “os portos da Holanda, as docas de Bourdeaux e Liverpool eram especializados no tráfico de escravos, e que devem o seu renome aos milhões de escravizados que partiram deles” (FANON, 1963, p. 102), sendo assim, a riqueza da Europa se deve ao roubo do valor do trabalho negro. Já Bernardino-Costa (2018, p. 248) recorre à Lugones (2008) e aponta que com a expansão europeia, a raça e o gênero, “pass[aram] a ser uma dimensão estrutural da vida nas Américas e no Caribe para

⁵³ No original: “*But Marxism's internationalism was not global; it's materialism was exposed as an insufficient explainer of cultural and social forces; and its economic determinism too often politically compromised freedom struggles beyond or outside of the metropole. For Black radicals, historically and immediately linked to social bases predominantly made up of peasants and farmers in the West Indies, or sharecroppers and peons in North America, or forced laborers on colonial plantations in Africa, Marxism appeared distracted from the cruelest and most characteristic manifestations of the world economy*” (ROBINSON, 1983, p. 30).

⁵⁴ No original: “*European civilization is not the product of capitalism. On the contrary, the character of capitalism can only be understood in the social and historical context of its appearance*” (ROBINSON, 1983, p. 24).

definir a posicionalidade dos atores em relação ao trabalho, ao controle político, à produção do conhecimento e à existência”. Nas colônias, o humanismo ocidental nunca foi uma realidade.

Resumidamente, Robinson (1983) refuta a história única da teoria marxista que afirma que a humanidade resiste e progride somente a partir dos trabalhadores brancos. Ou seja, em “*Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*” Robinson apresenta uma nova versão dos marcos de resistência das populações negras. A obra demonstra que lutar procede, mas não independente, da teoria.

A partir das contradições e limitações da experiência soviética e da ascendência de movimentos marxistas africanos e asiáticos, críticas começaram a surgir de diferentes lados ao “marxismo ocidental” e às suas estruturas teóricas, uma vez que a realidade material mostrava que era impossível ignorar alguns tópicos não previstos com detalhes nas obras marxianas clássicas, destacadamente a questão da raça e da revolução guiada por um grupo que não era exclusivamente proletário. No campo da política internacional, o problema se repetia, uma vez que o comportamento imperialista das potências capitalistas nas colônias em pleno século XX escancarava que a luta anticolonialista era também um combate contrário à expansão e à reprodução do capital, orientada pela ideia corrupta da supremacia branca (LOSURDO, 2017).

Como será apresentado nas próximas seções, em diversas obras do Marxismo Negro que se propunham a refletir sobre outras facetas do capitalismo, a ideia da ação de massas continuava central. Se as classes sociais não-europeias eram diferentes das do Velho Mundo, com a demarcação clara da classe proletária e burguesa, nas sociedades colonizadas as linhas eram mais turvas mesmo que a opressão da elite para a base seguisse a mesma lógica. O marxismo negro, como colocado, não busca solapar o marxismo tradicional, mas aperfeiçoá-lo. A justificativa central é na interpretação de que a raça está intrinsecamente vinculada à exploração, complementando, dessa forma, a teoria da luta de classes (NKRUMAH, 1970). Os Panteras Negras, por exemplo, nunca fugiram de apresentar a luta de classes como parte da desconstrução do racismo, contrastando com os movimentos liberais contemporâneos a eles.

Neste mesmo sentido, Hall (1980) discute que a raça é um princípio articulador que ainda se perpetua, uma vez que o preconceito racial vai além do seu papel de superestrutura ideológica. O autor argumenta, adicionalmente, que o racismo é a própria estrutura que mantém o capitalismo funcionando, pois é a partir dele e da experiência abominável da escravidão, que foi possível a extrema acumulação do capital, refletida hoje na estrutura de

poder internacional e no trabalho moderno, que é ao mesmo tempo livre e coercitivo (HALL, 1980). Adicionalmente, se o sistema é constituído pelo racismo, tentar utilizar os canais formais para mudá-lo é, dessa forma, inútil (FANON, 2021).

Essas contradições são gritantes também em “cada negação da justiça, cada blitz policial, cada manifestação operária afogada em sangue (...), cada expedição punitiva, cada viatura, cada policial” (CÉSAIRE, 1968, p. 26). É esperado que parte das forças ocupantes - sendo nas cidades segregadas, sendo nos países colonizados - utilize diferentes técnicas para suprimir focos revolucionários. Os brancos capitalistas não querem perder os ganhos garantidos pelo sistema burguês, tampouco os privilégios da branquitude⁵⁵, e esperam que o negro seja passivo, que peça por favor e com licença, que agradeça as migalhas da sociedade moderna quando há possibilidade de banquete. Mas o Marxismo Negro insurge os oprimidos no sentido contrário. O poder é requisitado imediatamente, a independência é inadiável, e a autodefesa na organização antirracista é condição urgente.

A autodeterminação desses povos que requerem um espaço para viverem seguros e em paz é um dos elementos mais essenciais de todo o processo, é o horizonte que enxergam, uma vez que é neste lugar imaginado onde a vida se vive, a cultura se desenvolve, o progresso se desbanca e a dignidade se firma (FANON, 1963). Uma vez que o direito ao pão e à terra é negado no sistema capitalista, pois os burgueses os mantêm sob seu domínio (FANON, 1968).

A filosofia do complexo capitalismo-racismo-colonialismo, evidentemente, prevê uma dose de terror para manter o sistema azeitado, podendo ser exercido por policiais, soldados, administradores e ideólogos (FANON, 2021), o importante é manter a exploração do sujeito não-branco e, conseqüentemente, o máximo de lucro na produção. A discussão da colonização, expressão máxima dessa lógica, é central para o Marxismo Negro. A ocupação dos europeus fora de seu continente de origem também se propunha a ser uma missão civilizatória, com uma falsa justificativa de salvar as “pobres almas” do Novo Mundo, quando, na verdade, a faziam para garantir a construção de uma civilização de dominação capitalista. Isso se dava através da manutenção do lugar de subalternidade dos colonizados com um novo sistema hipócrita e destrutivo, os delegando um lugar de morte, onde as pessoas são menos do que humanas, as zonas do não-ser, de completa escassez, fome e violência, que existe em contraste com as zona do ser, que são marcadas por bonança e excessos (FANON,

⁵⁵ “Como afirma Lélia Gonzalez (1981, p. 62), é o capital que reproduz o racismo, mas ‘a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo ao partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas’. Esse é um elemento fundamental na criação das condições de superexploração da classe trabalhadora como um todo, assentado na sua hierarquização e fratura ideológica.” (SOUZA, 2021, p. 38).

1963) na qual “(...) o privilégio racial é entrecortado por diversos outros eixos de poder: classe, gênero, religiosidade, idioma, sexualidade, nacionalidade, etc.” (BERNARDINO-COSTA, 2018, p. 262). Desde então, “as populações inferiorizadas racialmente têm estado e estão em crise, tanto durante os períodos de expansão quanto durante os períodos de contração do sistema-mundo” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 70).

Assim como argumentavam os *panthers*, basta olhar para os bantustões, favelas e comunidades periféricas para enxergar uma zona do não-ser. Contribui Faustino na discussão da construção da sociedade capitalista, a partir da leitura de Fanon (2021, p. 12):

Sem as colônias como principais depositárias das contradições sociais criadas pela ordem do capital, a gestão burguesa da luta de classes nos centros não seria possível. Essa transferência, no entanto, seria inviável - tanto nas colônias quanto nos centros capitalistas - sem a existência do racismo, a racialização e de todo um complexo ideológico de dominação, com efeitos sobre a psique, a cultura e as formas de existir do colonizado. São esses dois movimentos, bem como sua articulação dialética na realidade concreta, que Fanon acusa de não serem entendidos adequadamente pela esquerda democrática e socialista europeia e seus satélites localizados na periferia capitalista (FAUSTINO, 2021, p. 12).

Negro, martinicano, psiquiatra, filósofo, ensaísta, marxista revolucionário e intelectual do mais alto nível, Frantz Fanon foi capaz de articular teses e prática nos seus 36 anos de vida como poucos na história. Obras como “Pele negra, máscaras brancas (1952)” e “Os condenados da terra (1968)” foram responsáveis, através de uma escrita poderosa, por entregar reflexões sobre o efeito do colonialismo nas mentes e corpos das pessoas negras, assim como inspirar grupos antirracistas por todo o globo, inclusive o Movimento Negro Brasileiros e os Panteras Negras (FERNANDES, 2019). Recusando o mito da simplicidade do homem negro e/ou a imagem de selvagem promovida pelo racismo científico, ao versar sobre a potencialidade do negro, o autor o faz analisando o contexto socioeconômico que violentamente desumaniza os seres racializados, demonstrando o efeito nas mentes e corpos causadas por essa estrutura, sem deixar de apontar para os responsáveis disso: o capitalismo e o colonialismo (FANON, 1963).

No prefácio da edição de 2020 de “Pele negra, máscaras brancas”, a escritora e professora portuguesa Grada Kilomba discute a ausência do martinicano na Academia brasileira, e atribui esse apagamento justamente à sequência de adjetivos “negro” e “comunista” que recaem sobre o autor, que passa a ser considerado contra a civilização ocidental (KILOMBA, 2020), apenas corroborando a crítica decolonial de que, frequentemente, para a academia, criticar as raízes dos pensamentos é criticar a si mesma, mesmo na área marxista.

Seguidamente em “Os Condenados da Terra” (1968), Fanon articula justamente as lutas anti-coloniais com marxismo e antirracismo. Julga o capitalismo e suas artimanhas pseudocientíficas (como o darwinismo social e o racismo científico) que se uniam a farsas jurídicas (como as justificativas burocráticas para se manter territórios dominados) e organizações internacionais viciadas nas lógicas hierárquicas que justificavam o colonialismo. Conhecedor das relações de poder emanadas da França, na sua coletânea “Frantz Fanon - Escritos políticos” (2021) é possível observar nos textos escritos durante a revolução argelina, quando o filósofo compunha a direção da Frente de Libertação Nacional, que o autor era alguém que escrevia e lutava, como tantos outros marxistas negros. Ao versar sobre a revolução negra como uma “violenta retomada de consciência vital” (FANON, 2021, p. 63), se caracterizava como uma das principais inspirações dos Panteras Negras e dos estudos raciais. No prefácio dessa obra, recorre-se mais uma vez a Faustino (2021, p. 12), que compartilha:

A originalidade de Frantz Fanon está, pois, em primeiro lugar, em evidenciar os elementos psíquicos, ideológicos e subjetivos que compõem a violência objetiva da dominação e exploração colonial, mas, acima de tudo, a centralidade do colonialismo para o movimento desigual e combinado de universalização do capital. Se Karl Marx reconheceu a importância do colonialismo para a acumulação primitiva do capital, Fanon, que foi testemunha ocular da colonização empreendida pelo capital monopolista e, sobretudo, do neocolonialismo, se colocou do lado da análise histórica dissonante de Rosa Luxemburgo para argumentar que as conquistas coloniais de povos não europeus e a consequente subordinação de sua sociabilidade ao modo de produção capitalista tiveram como função não apenas a universalização do capital, mas também a criação de zonas “externas” de transferência das principais contradições capitalistas para a sua periferia [...] (FAUSTINO, 2021).

O que Fanon argumentava era que a infraestrutura (economia) era orientada pelo racismo (superestrutura), ou seja: a causa é a consequência (FANON, 1963). Segundo o filósofo, a mudança social e a liberdade da Argélia da França, por exemplo, seriam possíveis a partir da práxis popular anticolonialista, liderada por um partido revolucionário. No processo da luta, “o povo poderia se libertar da dominação psicológica e cultural do colonialismo, para formar uma nova cultura popular, híbrida, positiva, em constante movimento”, que se caracterizaria pela “mescla de práticas autóctones e europeias” (BARBOSA, 2020, p. 66).

Pode-se observar que o marxismo negro de Fanon afirma que os processos maniqueístas de racialização sistêmica e o racismo são os fiadores da reprodução do capital em diferentes partes do mundo (BARBOSA, 2020; FANON, 1963; ROBINSON 1983), mais uma vez, com a expressão máxima no colonialismo vigente. Junto disso, na sua produção há uma leitura da luta de classes e o papel da violência nestes espaços.

Fanon é, na perspectiva desta pesquisa, o autor central para entender o radicalismo negro e as revoluções anticoloniais do século XX. O martinicano clama pela revolução em todos os lugares e ao mesmo tempo, dispendo as próprias forças e recorrendo ao apoio de países progressistas que por ventura já tenham avançado para o socialismo, até porque, segundo ele, o oprimido não está sozinho - ele tem sua classe e seus camaradas em todo o mundo para o apoiar (FANON, 1963).

Frantz Fanon é, indubitavelmente, um autor que deve ser reivindicado pelo campo das Relações Internacionais. Segundo Jeanson (2020):

Voltemos a Fanon, a seu sentido dialético dos fenômenos humanos. Sobre o nacionalismo, sobre a cultura, sobre a prática revolucionária, nunca acabaríamos de citar os textos nos quais ele reivindica que tudo seja levado em conta e mostra, na mais desconcertante das linguagens, como é possível dizer, de fato, que tudo está interligado: a violência libertadora e a invenção cultural, a transformação dos homens e do Estado (JEANSON, 2020, p. 287).

Contemporâneo e conterrâneo de Fanon, Aimé Césaire carimbou sua contribuição ao campo a partir de sua vasta militância e produção, sendo uma das mais célebres e elementares obras o “Discurso sobre o colonialismo” (1968). Ao afirmar que a civilização construída à imagem e semelhança da Europa é incapaz de resolver os problemas criados por ela mesma (o problema do colonialismo e do proletariado explorado), Césaire balançava as estruturas das metrópoles colonizadoras que insistiam em se enxergar como os arautos da civilização e do desenvolvimento positivista, e versava diretamente sobre as hierarquias que se reproduzem até a contemporaneidade (FERNANDES, 2021). Essa curta obra é uma inspiração para o que viriam a ser os estudos pós-de-anticoloniais e para todos aqueles e aquelas que buscam compreender o desenvolvimento da política, da história e da economia que organizou a geopolítica nos moldes que se mantêm até hoje.

Se há silenciamento destes nomes, é porque existe uma estrutura intelectual - e ciências sociais viciadas - que permitem isso. Se as Organizações Internacionais modernas são sanitizantes quando enfrentadas por grupos críticos ao liberalismo que hegemoniza às experiências dos povos, é porque elas foram desenhadas à imagem e semelhança dos poderosos que assim o são por causa do capitalismo racial.

Para Césaire (1968), a modernidade constitui a civilização da morte (GROSFOGUEL, 2018), carregada pelo fenômeno burguês da construção de uma “nação” uniformizante e sectária, que reduz a diversidade social, econômica e cultural a um monólogo branco e europeu (CÉSAIRE, 1968), sendo assim, insuficiente e estéril (GROSFOGUEL, 2018; CÉSAIRE, 1968). Sua argumentação é acertada, uma vez que o peso normalmente dado à

história da construção do Estado-nação a partir do fortalecimento dos exércitos nacionais - frequentemente utilizado nas Relações Internacionais, inclusive -, não tem lastro nas evidências históricas, já que os próprios exércitos inaugurais eram constituídos por estrangeiros de regiões pobres adjacentes aos Estados burgueses em formação (ROBINSON, 1983).

Teóricos como Fanon e Césaire sempre se recusaram a cumprir o papel de fácil reprodução da teorização europeia sobre a realidade dos povos oprimidos (BARBOSA, 2020), e a presença intelectual incontornável dos dois se deve à inovação que eles sempre buscaram fazer a partir das bases assentadas do anti-capitalismo, defendendo a necessidade do marxismo ser afiado para servir como a ponta de lança da luta negra, capaz de quebrar o bloco político-ideológico do capitalismo. Este bloco, inclusive, apresenta-se como o auge da civilização, que supostamente, por causa de sua moral, instituições e costumes, seria mais humano do que outros, principalmente por imputar aos próprios brancos o título de detentores do progresso, atribuindo de maneira unilateral a representação do que é ser humano. Segundo essa versão, a produção europeia reivindica um lugar no lado positivo das dicotomias criadas por ela entre o moderno e o selvagem, o branco e o negro, o naturalmente bom e o naturalmente ruim, a ciência e o exotismo (MALDONADO-TORRES, 2018).

Verifica-se também inúmeros exemplos de conceitos desenvolvidos por marxistas negros que foram indevidamente apropriados por seus pares e apresentados como originais, inclusive com teorias caras às Relações Internacionais, como a Teoria do Sistema-Mundo, a ideia de Colonialidade do Poder e do Colonialismo interno. Isso é especialmente evidente na produção crítica latino-americana, que bebe muito das fontes da produção negra e antirracista, frequentemente ocultando essas fontes (GROSFOGUEL, 2018). Destaca-se, por exemplo, o assalto feito da ideia dos ciclos hegemônicos desenvolvida por Oliver C. Cox (autor que será apresentado ainda nesta seção) e não referenciado por Immanuel Wallerstein (GROSFOGUEL, 2018). No fim das contas, a validação do conhecimento permitido ao branco reforça o comportamento da área científica em hierarquizar a produção apresentada por eles em detrimento a dos negros.

Dos grandes produtores de conhecimento e prática antirracista, destaca-se também William Edward Burghardt “W. E. B.” Du Bois (1868-1963). O sociólogo acreditava que a vanguarda das mudanças radicais viria do Marxismo Negro estadunidense, opinião amadurecida a cada um dos seus mais de 20 livros. Considerado um dos fundadores do campo da sociologia nos EUA, o intelectual frequentou universidades como Fisk e Harvard (BARBOSA, 2020). Ativo na militância da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas

de Cor (NAACP, na sigla em inglês) fundada por ele em 1908 (BARBOSA, 2020), Du Bois atuava dentro e fora do que era permitido pelo sistema. Nos marcos liberais, mantinha uma forte atuação jurídica contra as leis segregacionistas vigentes, engajando também na educação do povo negro. A partir de 1926, após a primeira visita do sociólogo à União Soviética, ele estava convencido que o socialismo era o caminho para a dignificação dos afrodescendentes, e sua posição eloquente neste sentido gerou desde diferentes conflitos dentro da NAACP, da qual ele foi afastado por suas posições insurgentes, até perseguição pelo Departamento Federal de Investigação (FBI) (BARBOSA, 2020). A brutalidade na sociedade americana observada por ele era tamanha que Du Bois chegava a comparar o nazismo à democracia estadunidense, uma vez que ambas as experiências se baseavam antes de tudo na supremacia branca, domesticamente e internacionalmente (LOSURDO, 2017).

De suas contribuições teóricas que foram referenciadas e compartilhadas por outros marxistas negros, destaca-se, por exemplo, a ideia da dupla consciência do negro, construída por uma face comunal e compartilhada com outros afrodescendentes, e por outra face nacional, do país em que cresceu e se formou (BARBOSA, 2020). O que ele exprime com esse conceito é que a partir da contradição de ser um americano, mas um *afro*-americano, boa parte dos direitos não eram acessíveis e, sendo assim, era necessário ao cidadão negro distorcer a realidade, se cobrir com um véu de ignorância, para que se mantivesse a identidade nacional, mesmo que assentada em mentiras objetivas da história dos EUA, nas quais práticas sociais incompatíveis com a casca liberal, democrática e de igualdade prometidas pelo país permaneciam (GORDON, 2018). O próprio processo de inserção do segmento negro na sociedade americana também era motivo de análise, uma vez que, segundo ele, a absorção deste grupo nunca foi pela cidadania plena, mas pelo trabalho, reduzindo seu papel na sociedade americana como mão-de-obra e nada mais (ROBINSON, 1983).

Pela mesma razão, partindo de críticas recorrentes feitas por Marx, Du Bois apontava que a retórica da liberdade dos Estados Unidos contradizia a prática real no país, até mesmo pelo processo de patologização social dos não-brancos, que eram apresentados como naturalmente perigosos e não-americanos e, por causa disso, justificar-se-ia a repressão, perseguição e encarceramento em massa, assim como a negação de direitos como sufrágio, acesso à alimentação e a outros serviços básicos (GORDON, 2018). Na conceitualização do capitalismo, o racismo reserva aos negros um lugar de objeto, não de ser humano pleno.

Sabendo do caráter estruturante e global disso, o sociólogo Du Bois teve uma atuação internacional intensa orientada pela ideia de cooperação antirracista, guiado por uma solidariedade negra que poderia unir forças pelo fim da estrutura racista internacional (a

“*international pig structure*” dos Panteras). Sua agência além das fronteiras dos EUA foi em um primeiro momento focada em outros países com forte presença negra, e em um segundo momento, principalmente no pós-II Guerra Mundial, com países marxistas, como a URSS e a China (BARBOSA, 2020).

George Padmore, por sua vez, em uma primeira fase da sua juventude, foi filiado ao Partido Comunista dos Estados Unidos já na década de 1920, tendo inclusive contribuído com a Internacional Comunista e no Comitê Sindical Internacional dos Trabalhadores Negros, servindo como ponto de apoio entre as redes anticoloniais da África, ativistas estadunidenses, seus pares europeus e a sede na União Soviética (BARBOSA, 2020), com enorme trânsito facilitado pelo seu alto cargo de Diretor de Propaganda em Moscou (LOSURDO, 2017).

Padmore, assim como outras lideranças, morou e estudou na URSS por algum tempo, onde pôde aperfeiçoar sua leitura da realidade e da teoria marxista, onde contribuiu com Lenin na virada dos anos 1920 para 1930 para colocar as questões de libertação nacional como item importante da agenda da Internacional Comunista (BARBOSA, 2020). A produção de Padmore dialogava com grandes teóricos como Eric Williams (“Capitalismo e escravidão”, 1944) e C. L. R. James (“Jacobinos Negros”, 1938), na qual:

(...) havia a intenção de mostrar a relevância da raça à época como um fenômeno derivado da consolidação do capitalismo imperialista, tanto em sua expansão colonialista para fora da Europa quanto em sua expressão fascista dentro da Europa. Padmore foi um dos que mais escreveram sobre tal fato global, buscando compreender a imbricação entre raça e classe no entreguerras a partir de uma perspectiva internacional. Ambos os tipos de trabalho visavam mostrar a centralidade e contemporaneidade da classificação racial para as dinâmicas do capitalismo. Afinal, só assim seria possível incluir a discussão sobre a descolonização da África e das questões étnico-raciais do negro no debate marxista de então (BARBOSA, 2021, p. 20).

Futuramente, Padmore iria se aproximar do movimento pan-africanista, demarcado em sua biografia pelo lançamento do livro “*Pan-Africanism or Communism? The Coming Struggle for Africa*” (1956), no qual se afasta do marxismo negro, mas defende que os africanos e os afrodescendentes em diáspora deveriam tirar o melhor de cada teoria e elaborar a partir disso uma solução para a sua independência. Para chegar nessa conclusão, o autor fez um aprofundado estudo geopolítico no calor do momento das crises das experiências soviéticas, assim como apontou a ineficiência das promessas liberais de dignificar os negros em países capitalistas do mundo todo. Esta obra compôs uma visão menos restrita da situação das relações internacionais no século XX por não utilizar de maneira hermética as ideologias em disputa, capitalismo e comunismo.

Assim como Padmore, C. L. R. James (1901-1989) foi um profissional altamente internacionalizado, atuando como jornalista, crítico de arte, escritor e intelectual orgânico, desenvolvendo trabalhos pensados a partir da dialética hegeliana (ZANIN, 2020). Adicionalmente, James contribuiu vivamente com o comunismo, sendo cofundador da Quarta Internacional⁵⁶, e atuou como “promotor de uma abordagem e método de trabalho político que influenciou o chamado marxismo autônomo (*autonomous marxism*)”, trabalho que antecipou “temas e características da chamada *New Left*, sem, no entanto, compartilhar com ela tendências anti operárias ou antimarxistas.” (ZANIN, 2020, p. 200). A Nova Esquerda ou *New Left*, vale lembrar, contribuiu para um cenário fértil da pressão por mudanças sociais nos Estados Unidos, em especial na Califórnia, em toda a segunda metade do século XX, dando base para as lutas feministas e do *Black Power*, onde se inseriam localmente os Panteras Negras.

C. L. R. James foi redescoberto nas últimas décadas principalmente pela sua contribuição na discussão da identidade, muito utilizada pelos estudos decoloniais e do transnacionalismo negro que, por vezes, deixam de lado a centralidade que o autor dava para o potencial disruptivo dos trabalhadores negros no sistema internacional, para focarem em questões mais afastadas da luta de classes (ZANIN, 2020). James afirmava que a história da civilização ocidental é antes de tudo a história negra, uma vez que a partir do sequestro das massas africanas é que se permite o acúmulo do capital que viria a caracterizar a burguesia. Dessa forma, a luta antirracista é a luta anticapitalista (JAMES, 1969). Fica evidente na obra do autor, em especial a partir de 1938 com o lançamento do “Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingo” que aos afrodescendentes não cabe mais as franjas da historiografia, mas um papel de protagonismo que deveria retomar as contribuições feitas à humanidade (JAMES, 1938). Na obra dele, fica explícito que os negros e negras colonizados são potência da mudança social.

Estudando suas concepções, é clara a “diferença de James em relação às correntes dominantes do marxismo” ao demonstrar que em certo momento o “proletário mais avançado dos processos revolucionários (...) est[eve] nos escravos de plantações nas colônias indo-ocidentais” (ZANIN, 2020, p. 204), principalmente por apontar uma revisão histórica na qual é possível “[reconstruir] o impacto da revolução haitiana na crise dos regimes escravistas

⁵⁶ “A Quarta Internacional é o Partido Mundial da Revolução Socialista. Ela foi fundada por Leon Trotsky em 1938, para levar adiante a luta pelo marxismo em oposição à degeneração stalinista da União Soviética e da (Terceira) Internacional Comunista. Trotsky havia fundado a Oposição de Esquerda em 1923 para se opor à usurpação do poder por uma burocracia nacionalista encabeçada por Joseph Stalin, e defender o programa do internacionalismo socialista que havia animado a Revolução Russa de 1917.” (WORLD SOCIALIST, 2021).

americanos, que força e acelera a transição de um regime manufatureiro para um regime industrial como a forma dominante em escala internacional de comando capitalista sobre o trabalho e a sociedade” (ZANIN, 2020, p. 205), destoando dessa maneira da história oficial da luta de classes, inserindo um caráter internacionalista das lutas negras como seminais. Apesar das críticas e tensões, James nunca retirou o reconhecimento desta mesma luta como o principal motor produtivo da história geral, muito menos duvidando do caminho comunista.

Também é figura essencial nesse processo Kwame Nkrumah (1909-1972), líder da independência de Gana, realizada em 1957. Após o árduo processo de descolonização, Nkrumah representou internacionalmente a utopia concreta, que se organizaria em moldes próprios, afastado do comunismo soviético, mas ainda no campo socialista, delegando um papel central ao Estado. Tanto Nkrumah quanto a sociedade civil ganesa se engajaram na expansão do campo das ideias, das pesquisas, das soluções inovadoras e do foco inteligente que davam às questões do racismo e do capitalismo. De orientação pan-africanista, a obra “Neocolonialismo: Último estágio do imperialismo” (1965), por exemplo, é a materialização disso, assentada na crítica anticapitalista e antirracista (BARBOSA, 2020).

Contando com apoio de grupos radicais dos EUA e da URSS, Gana pós-revolução soube usar do momento geopolítico turbulento para fortalecer a revolução, para se modernizar e para replicar apoio a outros grupos anticoloniais. Por isso também que a partir da Conferência de Bandung (1955)⁵⁷ o alinhamento na política internacional de revolucionários marxistas negros com outras forças do terceiro mundismo ganha força (BARBOSA, 2020). O revolucionário, inclusive, defendia uma revolução mundial a partir da África unida, e não media palavras para apoiar movimentos afrodiáspóricos que se preparavam para lutar contra o *status quo*; vem daí, sabidamente, o apoio dado para o movimento *Black Power* estadunidense desde a década de 1960 (BARBOSA, 2020).

Na mesma época, os Estados Unidos foram palco de muitas expressões do Marxismo Negro, tanto na teoria quanto na práxis, com destaque aos Panteras Negras, objeto desta pesquisa. Há uma versão oficial da história americana que trata deste ativismo comunista, na

⁵⁷ “A Conferência Afro-Asiática ou Conferência de Bandung, como também é conhecida, foi um marco, uma referência e uma inspiração no período da Guerra Fria para povos e países do chamado Terceiro Mundo. Aconteceu em um momento em que a solidariedade entre as nações recém-independentes foi de encontro aos conflitos bélicos e diplomáticos da Guerra Fria, desafiando o *modus operandi* de atrito contínuo entre as superpotências. (...) O evento realizado em Bandung destaca-se por ser o primeiro de seu tipo a gerar euforia em torno da ideia do domínio dos meios diplomáticos como possibilidade para a criação política e a promoção do diálogo terceiro-mundista. O principal diferencial de sua proposta era o incentivo à tomada de decisões em um novo eixo geográfico e político. A Conferência Afro-Asiática deu destaque a um palco estratégico de negociações e alianças ligado ao conceito de Terceiro Mundo, que se referia a países que não se definiam como potências capitalistas ou comunistas em razão da economia, que quase sempre não era nem industrializada nem autossuficiente” (REIS; REZENDE, p. 312-313, 2019).

qual existiria na América uma excepcionalidade moral, econômica e histórica do liberalismo e da democracia burguesa, e que por isso não haveriam produções marxistas relevantes nem terreno fértil para tal. Na terra da liberdade, alegam, há mobilidade social, progresso, proteção ao trabalhador, igualdade de direitos e, sendo assim, não haveria motivos para uma subversão da ordem, argumentos que compunham o mito do sonho americano. Essas afirmações, além de serem superficiais, são ainda mais problemáticas se analisadas pela ótica da população afro-americana, que sofria duplamente a opressão de classe e de raça, apesar de desdenhados enquanto problema social, uma vez que na versão inverídica mas tradicional, o problema racial teria terminado na abolição da escravatura. O padrão de dominação contava também com o mercado patriarcado, sufocando de uma maneira ainda mais intensa as mulheres, brancas ou racializadas (HILL COLLINS, 2018).

Havia uma nuance nessa interpretação, especialmente no que diz respeito à demarcação de gênero e a situação das mulheres, que não era desprezível, uma vez que o comportamento da fase escravocrata do capitalismo mantinha uma relação “(...) regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas” (DAVIS, 2019). Isso se mantém, uma vez que “raça e gênero podem até ser analiticamente distintos, mas na vida cotidiana das mulheres negras eles operam conjuntamente” (HILL COLLINS, 2018, p. 165).

Segundo Ashley Farmer, Mary Phillips, Robyn C. Spencer e Leela Yellesetty (2021) - acadêmicas estadunidenses - quanto mais conscientes as mulheres do PPN ficavam sobre a simbiose entre capitalismo, imperialismo e papéis de gênero, mais transparente ficava para elas como a dinâmica de classes as influenciava duplamente, por abarcar expectativas sobre família, reprodução e consumismo. As responsáveis por essas articulações intelectuais riquíssimas tem, frequentemente, na professora emérita da Universidade da Califórnia, filósofa e militante do movimento negro Angela Yvonne Davis (1944-) uma fonte de conhecimento e referência intelectual, uma vez que sua produção é imensa e articula capitalismo, patriarcado e raça embarcando história, filosofia, sociologia e economia como poucos na história (MACHADO; COSTA, 2021). Davis foi filiada ao Partido Comunista dos Estados Unidos, foi perseguida pelo FBI e por consequência disso, presa injustamente, gerando a campanha “*Free Angela and All Political Prisoners!*”, que virou uma força

aglutinadora de PCs do mundo inteiro⁵⁸ (LIBERTEM ANGELA DAVIS, 2014) - Davis superou todas essas adversidades e as transformou em combustível intelectual .

Figueiredo (2018, p. 216) elucida que:

Esse compromisso histórico com a sobrevivência coloca as mulheres negras em uma posição importante no sentido de construção de um novo horizonte histórico, na defesa das condições de suas próprias vidas e na defesa das demais vidas do planeta. Não queremos subverter a ordem hierárquica, nos colocando agora no topo da hierarquia, em vez de ocupar a base. Queremos transformar, subverter e desintegrar a colonialidade global do poder contra toda forma de dominação e exploração da existência social (FIGUEIREDO, 2018, p. 216).

Infelizmente, a produção feita pelas mulheres negras que contribuíram para o crescimento do campo do Marxismo Negro é de menor escala, além de difícil acesso, sendo esse um reflexo do machismo e da estrutura de silenciamento epistêmico que age sobre as experiências transnacionais das mulheres, distorcendo e invalidando o conhecimento produzido por elas (HILL COLLINS, 2018). É inegável, no entanto, que elas sempre estiveram ativas na luta antirracista radical, dos tempos da escravidão às lutas de vertente marxista e operária, sendo efetivamente as pioneiras do movimento pelos direitos das mulheres nos Estados Unidos, ombro a ombro com as operárias (DAVIS, 2017), comportamento que nunca cessou, evidente, por exemplo, na administração do Partido dos Panteras Negras, na luta pela educação, no auxílio aos boicotes a favor dos direitos civis, na luta antiapartheid e hoje sendo as agentes das produções mais inovadoras e revolucionárias na Academia.

Outro importante pilar da discussão desta abordagem é o papel da identidade e da cultura no processo revolucionário e pós-revolucionário. A partir das experiências de descolonização da África fortemente influenciada pelos movimentos marxistas, Barbosa (2020, p.63) reflete que “[s]e a independência, uma vez recuperada, significa algo mais que uma concha vazia ou um pretexto para se apegar ao antigo sistema colonial, os atos políticos pressupõem necessariamente uma base cultural”. Base esta que dialoga com a questão da identidade revolucionária, muito cara aos movimentos antirracistas, muitas vezes servindo como uma ideia-força, percebida na produção imagética e no vestuário, que são capazes de traduzir ideias complexas através da arte.

Nessas novas culturas emergem também “projetos políticos, que trazem em seu bojo não somente a dimensão da resistência, mas também a dimensão da esperança” (BERNARDINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSGOUEL, 2018, p.17). C. L. R. James, por exemplo, buscou entender a influência da cultura popular, marcadamente a

⁵⁸ Consultar a imagem presente no anexo H.

televisão e os quadrinhos, para realizar uma “análise das formas de recepção, reinterpretação e influência de e sobre as mesmas [culturas populares] que o público proletário exprime e exerce” (ZANIN, 2020, p. 207). Parte do incômodo gerado na burguesia sobre essas novas formulações, é que o branco constitui o seu ser em oposição ao outro, e quando este outro decide ser por si, produzir para os seus, uma grande revolta é gerada no opressor, especialmente porque a segurança de ser o único sujeito-cidadão pleno (MALDONADO-TORRES, 2018) é abalada.

As contribuições das mulheres são muito marcadas neste tópico também. Nos apresenta Hill Collins (2018, p. 140) que “a supressão das ideias de mulheres negras no interior de instituições sociais controladas por homens brancos levou as mulheres afro-americanas a usar a música, a literatura, as conversas” como “espaços importantes da construção de uma consciência feminista negra”, que acaba sendo expandida para os movimentos que elas participam.

Já segundo Figueiredo (2018), “as imagens são representações de si construídas pela sociedade através de seus discursos que nos constituem como sujeitos”. A autora desenvolve esse argumento a partir da premissa fanoniana na qual ao colonizado é negado o direito de se autoconstruir, que para o oprimido, só há ausência e negação ontológica, logo, construir uma nova imagem e uma nova identidade que não dependam da construção da classe dominante é um passo essencial para a insurgência, para tornar-se, e a produção artística tem papel central nesse processo. Da mesma forma, esse movimento permite, mais uma vez, solapar a narrativa do opressor de que os oprimidos seriam desprovidos de cultura e história própria, apesar dessa afirmação ser essencial para que o próprio dominante se reconhecesse como tal (SILVÉRIO, 2018).

A linguagem, nesse caso, “não se refere somente à língua como mero instrumento de comunicação, mas também uma instituição social permeada pelos valores de uma cultura” (BERNARDINO-COSTA, 2018, p. 261) mais ampla e diferente da que a precede. À vista disso produzir arte, escrever, se comunicar, é uma maneira de “combater os efeitos da separação ontológica e da catástrofe metafísica” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 47) que é a opressão, ou seja, a identidade através da arte é uma resistência ao apagamento homogeneizante do racismo e do universalismo capitalista.

A arte neste caso, visa o futuro. No fim das contas, o marxismo negro clama por ação, com o horizonte temporal e utópico do futuro imediato. Recorrendo a Césaire (1968, p. 38):

Para nós, o problema não é uma tentativa utópica e estéril de reduplicação, mas uma superação. Não é uma sociedade morta que queremos reviver. Deixemos isso para os

amantes do exotismo. Tampouco é a atual sociedade colonial que queremos prolongar, a mais podre que já apodreceu ao sol. É uma nova sociedade de que precisamos, com a ajuda de todos os nossos irmãos escravos, para criar, rica com todo o poder produtivo moderno, acolhedora como toda fraternidade antiga. Que isso seja possível, a União Soviética nos dá alguns exemplos. (CÉSAIRE, 1968, p. 38)

Esse rico conjunto de teorias, críticas, biografias, encontros, visões, estratégias políticas, análises sociológicas, econômicas e psicanalíticas formam um conjunto diverso, científico e frutífero para o avanço dos estudos sociais, pois deixam claro que é impossível fugir do papel que a raça tem e continua a ter no desenho das sociedades em todo o globo. As Relações Internacionais se propõem a explicar as dinâmicas do sistema internacional, e o Marxismo Negro deixa explícito que não tem como realizar isso sem admitir que as lógicas que orientam o sistema são derivadas do capitalismo racial.

3.3. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS PARA OS MARXISTAS NEGROS

A partir desse acúmulo teórico, entende-se a partir das obras apresentadas na seção anterior que o Estado moderno que existe hoje é a expressão político-jurídica do capitalismo racial. Na leitura feita pela hierarquia do sistema internacional, “[a]s nações exploradas e oprimidas são consideradas incapazes de se autogovernar e de constituir um Estado independente; a luta para remover esse estigma é uma luta pelo reconhecimento” (LOSURDO, 2017, p. 24). Não é à toa que grande parte da produção feita durante o século XX nos países subdesenvolvidos localiza o debate sobre o papel do Estado em um lugar central. Para muitos marxistas negros, por exemplo, a independência nacional - além de ser inegociável - é casada com a soberania una e indivisível comandada pelo povo (FANON, 2021). A revolução para as regiões subjugadas, trata-se, portanto, de “liquidar a submissão colonial a fim de erguer um Estado nacional independente”, e o que inspira a revolução dos povos colonizados não é a promessa de um “Estado em via de extinção”, mas sim de um “Estado em via de formação”, vide o plano do plebiscito da independência afro-americana desenhado pelos *panthers*.

Por exemplo, enquanto a União Soviética (URSS) e os comunistas europeus discutiam a estrutura burguesa do Estado, os países revolucionários africanos e asiáticos se preocupavam com as estruturas coloniais promotoras de genocídios e situações análogas à escravidão que se operacionalizavam a partir deste Estado que não era deles. Nos países

não-industrializados, o debate era de como superar o atraso causado pela estrutura de muitos séculos do colonialismo, resultando em algumas soluções como a chinesa, que defendia a assimilação crítica da ciência e das técnicas de produção dos capitalistas para o autodesenvolvimento (LOSURDO, 2017).

Interessante adicionar que essa é uma crítica compartilhada também pelos anti-coloniais latino-americanos, que criticam o Estado como unidade final de análise, ou a suposta igualdade entre sociedade e Estado-nação, pois limita as possibilidades de se entender os processos sociais que existem independentes da constituição dessa figura política-jurídica (MALDONADO-TORRES, 2018). Uma falha do marxismo tradicional e da modernidade, absorvida pelas RIs, é o processo de universalização das experiências de resistência, ao desdenharem as comunidades vivas em nome de uma sociedade nacional fictícia (MALDONADO-TORRES, 2018).

Se o marxismo tradicional amadurecia ao admitir que havia um limite teórico que a produção e a experiência cotidiana da União Soviética atingiam, elas permitiam também um terreno fértil de estudos que conseguiam articular imperialismo e anti-imperialismo, colonialismo e anti-colonialismo, de forma a preencher lacunas e responder às contradições do sistema. E foi exatamente isso que aconteceu com Mao Tsé-Tung, Fidel Castro, Che Guevara e no Marxismo Negro estadunidense com os Panteras e com Angela Davis, com uma argumentação séria, partindo do ponto de vista dos oprimidos e dos condenados. É verdade, também, que “[p]ara a esquerda ocidentalizada, primeiro vem a economia e segundo o racismo, como epifenômeno da primeira” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 59), fato desmentido pelo marxismo negro, que aponta a simbiose entre os dois, expressa no Estado burguês.

A análise, portanto, apontava para a revolução que, segundo Fanon (1963), nos países não-industrializados e ainda mais orientados pelas divisões raciais, a subversão da ordem seria organizada por um partido de vanguarda comprometido e popular, que conseguiria aglutinar os camponeses, o lumpemproletariado - classe ainda mais marginalizada e abandonada - e os sujeitos racializados oprimidos. Seria necessário também levar em conta a experiência psíquica da sociabilidade colonial, sem negar que a violência da acumulação primitiva do capital e da pilhagem das primeiras fases do capitalismo se mantém na atual fase de capital monopolista com outras vestes (FANON, 1963; FAUSTINO, 2021).

Uma vez que o processo de descolonização e da luta de classes é desordeiro (FANON, 1963), a necessidade de se ter um grupo organizado e comprometido é condição sine qua non. C. L. R. James concordava com esta leitura, e defendia que a tarefa estratégica do grupo a

frente do movimento seria de “dirigir sistematicamente a atenção e captar as expressões aparentemente pré-políticas ou mesmo consideradas apolíticas dos mundos proletários a eles contemporâneos” e assim “enquadrá-las no arcabouço de mais amplos processos históricos de resistência e emancipação da exploração e da opressão político-econômica e sociocultural” (ZANIN, 2020, p. 201).

A partir dessa visão os Panteras Negras foram capazes de organizar uma célula antirracista justamente para enfrentar o mítico Estado e suas manifestações burguesas na violência, segregação e exploração dos negros e negras. Tomar o Estado acriticamente como única unidade de análise, mostraram os teóricos do Marxismo Negro e os Panteras, é um erro grave por não abarcar a totalidade das experiências que existem na sociedade que o compõem, assim como peca em não admitir os mecanismos que mantêm este Estado em pé, calcados na estrutura e na superestrutura racista desenhada pela burguesia.

3.4. A POLÍTICA EXTERNA E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS NA VISÃO DO MARXISMO NEGRO

Se Césaire (1968) está certo, a experiência da barbárie europeia e as tragédias promovidas por ela só são superadas pela sua contraparte norte-americana e a monstruosidade de sua máquina militar, apoiada pelos seus tentáculos institucionais. Entretanto, a moralidade estadunidense construída no individualismo e na racialização como pilares fundamentais da organização social doméstica e internacional, não foi suficiente para coibir totalmente o radicalismo negro em boa parte do século XX, mesmo utilizando de métodos violentos, vulgares e atroz para este objetivo, por todos os cantos do globo (CÉSAIRE, 1968), como é a perseguição da COINTELPRO aos Panteras Negras.

A experiência da Guerra Fria dentro dos EUA, por exemplo, foi representada pela perseguição a partir do macarthismo⁵⁹, sendo prova do esforço que foi despendido pelos governos americanos para tentar impedir o crescimento desse fértil campo de disputa do radicalismo comunista negro (MANOEL; LANDI, 2020). Minoritário, é verdade, mas relevante. Tanto que autores como C. L. R. James comungavam da leitura de Du Bois que seriam as “massas do proletariado afro-estadunidense como elo entre a classe trabalhadora mais avançada socialmente do mundo (...), por um lado, e as populações submetidas ao

⁵⁹ O Macarthismo é o conjunto de ações do governo estadunidense que se voltam contra os comunistas e ao comunismo. É vulgarmente chamado de “caça aos comunistas”. Em outras palavras, é o sectarismo anti-comunista dos Estados Unidos. A prática foi inaugurada na década de 1950 e ecoa até hoje dentro e fora do país (MANOEL; LANDI, 2020; LEVITSKY; ZIBLATT, 2018).

domínio colonial ou discriminadas como minorias, sempre a nível mundial, por outro.”, pois seriam esses grupos que estariam mais bem colocados para a disrupção social (ZANIN, 2020, p. 211), argumento absorvido pelas *panthers*.

Internacionalmente, a máquina repressiva estadunidense também atuou para conter revoluções diversas em todo o globo, principalmente na América Latina, em especial quando as revoltas eram contrárias à qualquer fator desviante do liberalismo (MANOEL; LANDI, 2020), ficando ainda mais evidente no seu papel de colonizador nas Filipinas ou no exercício da Doutrina Monroe⁶⁰ (LOSURDO, 2017). Os EUA não realizavam essas operações sozinhos, contavam com organizações internacionais que no melhor dos cenários validavam as atrocidades, e no pior, apenas condenavam o regime de maneira incipiente.

Vale lembrar que as organizações que existem para manejar esse sistema são dotadas de significado a partir da prática social (GORDON, 2018) e, neste caso, da práxis capitalista. Este comportamento também contribuía para a análise de política internacional dos marxistas negros, que não eram relapsos a isso, uma vez que entendiam que a política externa dos EUA é indispensável para a compreensão do papel do império americano no sistema internacional e da justificativa encontrada por eles para realizar a repressão doméstica (MANOEL; LANDI, 2020).

Em um contexto de segurança nacional de disputa com a União Soviética, no imaginário das forças capitalistas dirigentes, a mínima possibilidade de uma ruptura social que os retirasse do poder, como objetivava os Panteras Negras, era suficientemente perigosa para necessitar de uma ação enérgica. Sendo assim, falar da Revolução Cubana, Revolução Chinesa ou outras experiências de resistência que não estavam alinhadas aos princípios liberais vigentes, seria imoral, injusto, inconstitucional, anti-capitalista, anti-americano e anti-cristão. O Estado atuava com argumentos desumanos, no qual defendia que se existem pessoas negras segregadas, perseguidas e empobrecidas, a sociedade americana desses estratos deveria deixar de lado a infelicidade porque esse seria um mal menor perto dos horrores de uma dominação soviética. Atuando assim, apesar de tudo, dentro da legalidade.

A democracia burguesa, dessa forma, funcionava como retórica, não como prática, a democracia com a liderança real do poder popular era impensável, e se reivindicada, vinha à superfície como sinônimo de comunismo. A partir dessa interpretação, justificar-se-ia a perseguição da tão falada liberdade de expressão, chegando a casos graves com a inauguração

⁶⁰ A Doutrina Monroe orientou a política externa estadunidense a partir de 1823, e expressava seu entendimento ideológico e geopolítico de que o Hemisfério Oeste - com destaque à América Latina - era seu por direito para influenciar e explorar (BRITANNICA, 2021).

de diferentes programas de conRAINTeligência que atuavam às margens das leis, e do fatídico impedimento do exercício da docência da professora Angela Davis, na Universidade da Califórnia (RIBEIRO, 2019).

A própria União Soviética entrava nessa discussão, tanto dentro do país, no qual elogiava marxistas negros como os Panteras Negras os quais eram descritos como aliados comprometidos com a justiça social, como utilizava o racismo latente dos EUA como ponto de questionamentos e diminuição de prestígio no âmbito das Nações Unidas, acusando os americanos na organização em 1970 de um genocídio ativo contra seus cidadãos afrodescendentes (DESLANDES, 2019). Na suposta questão colonial dos povos negros em solo americano, a URSS concordava com as análises de parte dos marxistas negros⁶¹, divulgando fotos, por exemplo, comparando os presos de guerra do Vietnã e os Panteras Negras encarcerados, querendo demonstrar a paridade entre as duas realidades. A experiência soviética, vale ressaltar, era respaldada nesse tema pela própria constituição vigente à época, na qual vedava qualquer tipo de discriminação racial, de forma inquestionável e irrevogável desde 1936 (UNIÃO SOVIÉTICA, 1936), passo que só seria dado pelo Ocidente na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948.

A experiência soviética, inclusive, ocupava um lugar muito importante na vida e na produção do previamente citado Du Bois, que a via como a antítese dos Estados Unidos nesse tópico, uma vez que a União Soviética buscava compreender e proteger as individualidades étnicas a partir da argumentação da supremacia da identificação proletária, enquanto os EUA tentavam suprimi-las. Lá, relatavam diferentes comunistas, os negros eram vistos como camaradas, aliados revolucionários, humanos iguais. Dessa forma, as lideranças comunistas inspiravam a luta doméstica e internacional, pois acreditavam que apesar da falta de afinação perfeita na questão do racismo como ordenador do sistema, a leitura geral era correta, que o principal culpado da perpetuação do racismo é o capitalismo.

No fim das contas, os processos que criaram e que fazem a manutenção do capitalismo são atravessados pela violência. Diferentes autores e autoras apontam que a violência é elemento constitutivo desse sistema. Segregação é violência. Escravidão é violência. Racismo jurídico-político é violência. A mesma que a do colonizador e do racista? Não, pois ela é utilizada pelo colonizado como defesa, como mote de liberdade, ou seja, é uma violência revolucionária para a sua sobrevivência. Sendo assim, pegar em armas seria inevitável, afinal, os condenados e oprimidos não tinham nada a perder a não ser os seus grilhões (CÉSAIRE, 1968; FANON, 1968; BARBOSA, 2020).

⁶¹ Consultar a imagem presente no anexo I.

Fanon (1963) aprofunda o tópico, defendendo inclusive que os processos de violência são também psíquicos, uma vez que o branco e o negro, o Eu e o Outro, são condicionados inconscientemente pelo racismo a se desumanizarem, a não se reconhecerem como humanos para que assim fiquem confortáveis com a degradação extrema da opressão. Nas palavras de Césaire (1968, p. 23):

(...) a colonização, repito, desumaniza até o homem mais civilizado; que a ação colonial, o empreendimento colonial, a conquista colonial fundada no desprezo pelo homem nativo e justificado por esse desprezo, inevitavelmente, tender a modificar a pessoa que o empreende; que o colonizador, ao acostumar-se a ver o outro como animal, ao treinar-se para tratá-lo como um animal, tende objetivamente, para tirar o peso da consciência, a se transformar, ele próprio, em animal (CÉSAIRE, 1968, p.23).

Justamente por existirem aspectos mentais e materiais específicos às sociedades colonizadas é que o marxismo deveria ser nacionalizado, refinado, assim como fizeram outros povos revolucionários no mundo, evitando uma reprodução acrítica da teoria tradicional. Se Lenin orientava uma “análise concreta da situação concreta”, Fanon e seus camaradas atingiam esse objetivo com maestria, utilizando o materialismo do contexto argelino com as ferramentas teóricas de suas diferentes formações na filosofia, medicina e ciência política, até porque Marx assentou sua produção em uma filosofia da história europeia (ROBINSON, 1983) que, vale reforçar, não é sinônimo da história da humanidade.

Outra hipótese central do Marxismo Negro que aparecia em diversas obras, era a ideia dos afroamericanos serem um povo semi-colonial ou internamente colonizado. Du Bois em 1945 já desenhava paralelos entre o grupo e as condições de vida dos povos colonizados na Ásia e na África, assim como Harry Haywood (1948), que dava forma a esse argumento ao apontar a existência de um cinturão negro produzido pelo imperialismo estadunidense, que tinha o mesmo DNA das opressões em outros continentes (GROSFOGUEL, 2018). O mesmo acontecia com Fanon, que quando escrevia sobre a realidade dos afroamericanos - retomando a ideia de superestrutura e infraestrutura - reforça a semelhança entre a situação colonial de outros povos (MANOEL; LANDI, 2020).

Esta ideia nem sempre foi muito bem vista nos Partidos Comunistas tradicionais (como visto no caso dos Panteras em Cuba) por não compreenderem com profundidade como o racismo e o direito à autodeterminação em sociedades como a dos EUA se encaixava na leitura da luta de classes (BARBOSA, 2020). Essa confusão era causada também pela forte tendência do marxismo ocidental nos primeiros anos pós-Revolução de Outubro de exaltar um internacionalismo abstrato, no qual supostamente as identidades nacionais não teriam papéis

relevantes se não fossem articuladas estritamente enquanto proletariado (LOSURDO, 2017), sendo que a submissão colonial adicionava outras variáveis para essa conta⁶².

Foi por compartilharem essa visão que os Panteras Negras se empenhavam tanto ao redor do mundo na construção de uma frente de solidariedade internacional para combater o imperialismo estadunidense, pois analisavam que é por conta da liderança e proteção dos EUA que as forças capitalistas continuavam incólumes à exploração no mundo todo. Segundo eles, sendo o sistema onusiano apenas mais uma ferramenta desse sistema, também se caracterizaria como espaço de disputa e alvo de críticas. Apesar dos Direitos Humanos expressarem o que os *panthers* queriam, havia críticas à maneira enviesada que esse instrumento era invocado. Portanto, as OIs e a política externa não estão livres das questões raciais e do interesse ideológico de seus gestores.

3.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO NA VISÃO DO MARXISMO NEGRO

É importante relembrar que apesar da frequente reverência dos estadunidenses à Revolução Americana, à Constituição e aos valores liberais embutidos nessas experiências, nenhuma das duas aboliu a escravidão, pelo contrário, a sancionaram (MANOEL; LANDI, 2020). Historicamente, os EUA receberam milhões de africanos sequestrados para comporem o complexo econômico da escravidão, que assentou não somente a acumulação primitiva do capital, como o próprio desenho de um Estado - e futuramente, um império - racial, pensado para os senhores (LOSURDO, 2017). Na experiência nefasta da escravização, as pessoas negras tinham o mesmo valor de uma enxada ou de uma carroça, eram puramente fatores de produção. Segundo Müller (2021, p 222):

Ao converter-se em cidadão, e posteriormente em proletário, o negro conheceu, de modo brutal, a condição alienada da liberdade que lhe foi oferecida. O negro foi integrado à lógica capitalista, dentro de uma determinada base estrutural, subjugado às piores condições de emprego, moradia, saúde e educação. Tal situação condiciona os negros e negras a estratificação social fechada. Entender os processos sociais e históricos aos quais os grupos negros estão determinados, por um ordenamento social, que abre poucas brechas de superação dos elementos sociais, econômicos e culturais, não pode ser feito de forma distanciada da história, pois os elementos estruturais transbordam para diversas evidências de desigualdade, mantidos pelas bases já trabalhadas do pensamento social. (MÜLLER, 2021, p. 222)

⁶² É verdade, também que a Internacional Comunista, em 1920, alterou o mote para “Proletários de todos os países e povos oprimidos do mundo, uni-vos!”, concedendo uma validação de outros caminhos para a revolução (LOSURDO, 2017).

Essa linha do tempo desenhada pelo autor é representatividade da situação da raça negra no mundo inteiro. O PPN e outros partidos marxistas que centralizavam a raça na sua atuação, entendem que o mais relevante para um participante do movimento é entender que junto do embate com armas, existe uma disputa por mentes, e quando se trata do racismo, é também a disputa por projetos societários (SOUZA, 2021). Desta forma, o lugar do antirracista para o Marxismo Negro é simples: é em todo lugar que essas confrontações estão acontecendo, sendo elas na Academia, no bairro, na organização popular, entre outros.

3.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Os apontamentos feitos aqui foram pensados para a localização dos Panteras Negras em uma tradição teórica e política que permitiu a eles o exercício de uma experiência que se propunha revolucionária nos Estados Unidos e no mundo. Fica evidente em Barbosa, Césaire, Chadarevian, Cox, Davis, Deslandes, Du Bois, Fanon, Farmer, Faustino, Figueiredo, Grosfoguel, Haywood, Hill Collins, James, Jeanson, Kilomba, Manoel, Nkrumah, Padmore, Phillips, Robinson, Souza, Spencer, Yellesetty e Zanin que afirmar a negritude vai além de uma estratégia emancipatória, é a maneira correta de se ler a estrutura do complexo capitalista que é inquestionavelmente geopolítico. Fica evidente que o capitalismo racial é uma força-ideia-estrutura central para se entender a política e o atual estado das populações negras do mundo.

Se confirma portanto a importância dos marxistas negros e sua rica contribuição acadêmica pois expandem as possibilidades de análise, assim como por impedirem simplificações que o liberalismo social, encontrado no Liberalismo e no Realismo por exemplo, tentam impor. Os Panteras Negras tinham contato com essas ideias (em alguns casos, contribuíram para essas leituras) e, sendo assim, são causa e consequência do desenvolvimento do Marxismo Negro do século XX e da política internacional que estavam inseridos.

Com o objetivo deste capítulo cumprido - “Identificar os principais autores, autoras, conceitos e ideias do Marxismo Negro que podem ser instrumentalizados no campo das Relações Internacionais -” o próximo capítulo avançará sobrepondo o que foi discutido nos dois primeiros capítulos para focar em como articular esses ensinamentos nas Relações Internacionais.

4 O PARTIDO DOS PANTERAS NEGRAS, O MARXISMO NEGRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

“Mil nações moldaram a minha cara / Minha voz, uso pra dizer o que se cala
Ser feliz no vão, no triz / É força que me embala
O meu país é meu lugar de fala”
(ELZA SOARES e DOUGLAS GERMANO)

Este capítulo analisa os Panteras Negras através da lente do Marxismo Negro, sintetizado no capítulo anterior. Além disso, se verifica o que pode ser extraído dessa experiência política para a compreensão do sistema internacional e de suas estruturas de poder. Procura-se também potencializar críticas e desenhar caminhos específicos para o campo das Relações Internacionais a partir da interação teoria/prática, do Marxismo Negro com os 16 anos de Panteras Negras, cumprindo, dessa forma, o terceiro objetivo específico desta dissertação.

Uma vez apresentado atores, atrizes e conceitos previamente de maneira mais robusta, esta parte do trabalho repete a organização das seções e utilizará o conhecimento apresentado para uma análise mais desimpedida e específica dos *panthers* a partir do pensamento que os formou. Ou seja, serão 6 seções, sendo elas: Linha do tempo e contexto histórico; Contribuições teóricas da experiência dos Panteras Negras sob as lentes do Marxismo Negro; O papel do Estado e dos partidos políticos a partir da experiência dos Panteras Negras sob a lente do Marxismo Negro; Política Externa e Organizações Internacionais a partir da experiência dos Panteras Negras sob as lentes do Marxismo Negro; O lugar do antirracismo e do antirracista na revolução a partir da experiência dos Panteras Negras sob as lentes do Marxismo Negro; Considerações parciais.

Dessa forma será possível completar a análise da hipótese - de que o Marxismo Negro é capaz de contribuir diretamente às Relações Internacionais em análises históricas e desenvolvimentos teóricos sobre o sistema internacional, em especial nos estudos sobre raça, assim como nas pesquisas sobre agentes internacionais não-tradicionais, que se organizaram fora do escopo do Estado e das OIs. Para tal, utilizo também autores e autoras críticas que mesmo não pertencentes a grupos racializados, estão cientes do papel da raça na construção do conhecimento acadêmico. Este segmento também termina de escrever a resposta a pergunta de pesquisa: A partir do estudo de casa do Partido dos Panteras Negras, quais são as contribuições do Marxismo Negro para o campo das Relações Internacionais?

A utilização do Programa de 10 pontos dos Panteras Negras servirá como o ponto de encontro das discussões e dos tópicos, considerando a versão original (da fundação do grupo) publicada em 15 de outubro de 1966, escolha metodológica que tem como propósito facilitar a compreensão dos argumentos. O Programa dos 10 pontos dos Panteras Negras é o seguinte:

1. Queremos liberdade. Queremos o poder para determinar o destino de nossa comunidade negra.
2. Queremos emprego para nosso povo.
3. Precisamos acabar com a exploração do homem branco na comunidade negra.
4. Nós queremos moradia, queremos um teto que seja adequado para abrigar seres humanos.
5. Nós queremos uma educação para nosso povo que exponha a verdadeira natureza da decadente sociedade americana.
6. Nós queremos que todos os homens negros sejam isentos do serviço militar.
7. Nós queremos o fim imediato da brutalidade policial e assassinato do povo preto.
8. Nós queremos a liberdade para todos os homens pretos mantidos em prisões e cadeias federais, estaduais e municipais.
9. Nós queremos que todas as pessoas pretas quando trazidas a julgamento sejam julgadas na corte por um júri de pares do seu grupo ou por pessoas de suas comunidades pretas, como definido pela constituição dos Estados Unidos.
10. Nós queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz. E como nosso objetivo político principal, um plebiscito supervisionado pelas Nações Unidas a ser realizado em toda a colônia preta no qual só serão permitidos aos pretos, vítimas do projeto colonial, participar, com a finalidade de determinar a vontade do povo preto a respeito de seu destino nacional. Partido dos Panteras Negras, 15 de outubro de 1966. (PANTERAS NEGRAS, 2014).

4.1. LINHA DO TEMPO E CONTEXTO HISTÓRICO

Desde a chegada dos europeus ao “Novo Mundo” e da inauguração do crime inafiançável da escravidão negra, os povos afrodescentes nunca deixaram de estar em crise. O marxismo, como discutido, atribui essa condição ao sistema capitalista, que depende da exploração para sobreviver - seja ela das raças, dos trabalhadores ou dos recursos naturais. O qual, verifica-se, criou dicotomias a nível planetário, que consolidou um centro que emana poder e outro que obedece, um setor que vive e um que morre.

Após a Revolução de Outubro (1917), a partir dessa compreensão, Lenin defendia que “para questionar o capitalismo-imperialismo, temos duas lutas pelo reconhecimento: da primeira são protagonistas nações inteiras que querem se ver livres da opressão, da humilhação e da desumanização inerentes à dominação colonial” e “da segunda são protagonistas a classe operária e as massas populares, que se recusam a ser ‘matéria bruta’ à

disposição das elites.” (LOSURDO, 2017, p. 47). Pouco depois já se ventilava na União Soviética a tese de que os negros e negras, em especial estadunidenses e sul-africanos, seriam povos colonizados (BARBOSA, 2020) - ideia de “colonialismo interno” que seria desenvolvida por Du Bois (1945) mais para frente -, podendo ser encaixados nas duas lutas previstas por Lenin, tanto por se caracterizarem como nações subjugadas e quanto como massas populares. Àquela altura, porém, o Partido Comunista da União Soviética (PCUS) não validava essa hipótese como algo correto, uma vez que não se encaixava na leitura estritamente de classe realizada por ele.

Essa uniformidade não se sustentou, e as cisões internacionais do movimento socialista abriam caminhos para uma ala, a Terceira Internacional, que a partir de 1920 passou a entender as lutas antirracistas e anticoloniais como centrais para a conformação da revolução anticapitalista - inclusive absorvendo elementos menos economicistas e mais político-culturais (MANOEL; LANDI, 2020) que viriam a enriquecer, e não a contrapor, o processo revolucionário. Foi nessa linha capitaneada por Lenin que George Padmore e C. L. R. James, importantes nomes do marxismo negro, atuaram e desenvolveram grandes obras discutidas no capítulo anterior.

Nessa mesma tônica, com o apoio intelectual e burocrático da União Soviética (a maior nação socialista até então), o intenso processo das guerras populares de libertação nacional da África e da Ásia se iniciou, colocando em prática muitas dessas produções. Conflitos estes que, vale ressaltar, escancararam a relação capitalismo-racismo-colonialismo. As independências africanas representadas por figuras como Kwame Nkrumah (Gana), Amílcar Cabral⁶³ (Guiné-Bissau e Cabo Verde) e Frantz Fanon (Argélia), e as asiáticas, com Mao Tsé-Tung (China) e Ho Chi Minh⁶⁴ (Vietnã) faziam eco em toda a organização geopolítica dos anos 1950, 1960 e 1970, inspirando populações racializadas em todo o mundo.

A partir desse panorama e do papel basilar que essas experiências tiveram nos grupos oprimidos, a fundação do Partido dos Panteras Negras em 1966 se dava com os pés em Oakland, com a cabeça na teoria marxista negra e com o coração nos processos insurgentes de todo o mundo. Ao publicarem como objetivos do grupo “1. Queremos liberdade. Queremos o poder para determinar o destino de nossa comunidade negra.” e “3. Precisamos acabar com a

⁶³ Amílcar Cabral (1924-1973) foi um “revolucionário guineense que idealizou e pavimentou caminhos para a independência de Guiné-Bissau e Cabo Verde. (...) Foi co-fundador e principal liderança do Partido Africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (PAIGC)” (INSTITUTO GELEDÉS, 2020).

⁶⁴ Nguyen Sinh Cung, Nguyen Tat Thanh ou Nguyen Ai Quoc (1890-1969) foi o fundador do Partido Comunista Indochinês e Presidente do Vietnã do Norte entre 1945 e 1969. Foi uma das lideranças mais influentes do movimento anticolonial que se intensificou após a II Guerra Mundial. (BRITANNICA, 2021).

exploração do homem branco na comunidade negra.” (PANTERAS NEGRAS, 1966), Huey Newton e Bobby Seale entendiam que para que fosse possível atingir as demandas populares, seria essencial o fortalecimento da comunidade e a defesa diante dos ataques do poder estabelecido - neste caso, o governo dos Estados Unidos.

A fundação dos programas de sobrevivência sob o guarda-chuva “*Serve the people!*” - como as clínicas de saúde gratuitas, as escolas populares de alfabetização e formação política e o carro-chefe, o programa de café da manhã para crianças em idade escolar - surgia da necessidade imediata das populações segregadas que careciam dos serviços mais básicos negados pela administração pública. Cumprindo um papel estratégico, esse conjunto de ações visava aproximar o grupo das comunidades e servia para cacifar os membros do partido como agentes políticos legítimos junto aos seus, praticando também uma resistência sutil discutida por Davis (2017), na qual as ações revolucionárias são essenciais e enriquecidas por ações mais sutis de resistência, que ocupam um espaço central no processo de dignificação da população negra.

A proximidade do povo oprimido gerada nos programas de sobrevivência criou uma coesão social que consolidou os *panthers* como interlocutores legítimos de suas necessidades. Dessa forma, foi possível que se apresentassem nacionalmente e internacionalmente enquanto agentes eficientes e representativos de uma base necessitada e empobrecida, com demandas políticas de mudanças sociais que eram negadas pelo seu Estado. Como explorado na seção 2.3, havia um esforço do partido em cultivar com a população negra estadunidense um sentimento de pertencimento a uma sociedade internacional - no caso dos povos colonizados - por enfrentarem mazelas sociais semelhantes e vislumbrar um horizonte de justiça em comum.

Pelo caráter insulado que as teorias de Relações Internacionais têm, admitir a riqueza de uma experiência como a do PPN para os estudos de quem são os agentes internacionais - que, verifica-se, não se limitam aos Estados e Organizações Internacionais - e olhar com maior frequência para casos como esse, em especial os de resistência antirracista, pode ser de grande utilidade para incluir o caráter humano nas discussões dos caminhos por onde passa a política internacional.

4.2. CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO

O capitalismo e seus apêndices, como as instituições internacionais, os valores liberais da economia e os preceitos morais do patriarcado, do racismo e da propriedade, são homogeneizantes, sectários, e impedem a pluralidade de existir. Grosfoguel (2018) já alertava que o sistema econômico capitalista não existe apartado das relações de dominação hierárquicas e racistas que a sustentam, e essa realidade afeta inclusive os processos de racionalização que desencorajam a diversidade e o enfrentamento intelectual, no sentido de que, com o poder de validação que a ideologia dominante possui, o valor do pensamento desviante é diminuído e a ação contrária é classificada como abominável. Sendo assim, “[a] premissa é de que o racismo, estando enraizado na dominação colonialista e imperialista, exige, para a sua análise, ser situado histórica e geopoliticamente na dinâmica concreta da realidade sob a qual se manifesta”, uma vez que “[a] disputa epistemológica é necessariamente político-ideológica e econômica” (SOUZA, 2021, p. 22, p. 23).

Quando Fanon (1951) escancara que o racismo é sistêmico, binário e maniqueísta, ele articula o pensamento marxista com os estudos de raça e entrega novos pilares para as populações afrodescendentes que necessitavam de uma base sólida para avançarem para a ação. Parte da riqueza do desenvolvimento teórico dos marxistas negros como ele, comungado pelo PPN, se deve à correspondência entre a noção de que negros e negras formam um povo colonizado em regimes capitalistas e a leitura de que esse sistema é dependente das lógicas de racialização.

A interação entre a teoria e a prática é especialmente destacada nessa seara, como Fanon e a Revolução Argelina, Césaire e o movimento da Negritude e os Panteras Negras e a solidariedade antirracista mundial. Quando Robinson (1983) critica os malabarismos históricos do marxismo tradicional (discutido na seção 2.3) ele quer demonstrar que as lutas travadas em toda a história da humanidade não podem ser simplificadas nas teorias liberais-modernas, até porque elas continuam produzindo conhecimento que contribui com as explicações racistas sobre o sistema internacional e a geopolítica como um todo⁶⁵. Certos de que “o progressismo não podia ignorar as condições concretas do país ou da área em que

⁶⁵ A partir de uma abordagem decolonial, Carvalho (2018, p. 85) discute algo semelhante ao olhar para a o caráter eurocêntrica do ensino: “Não somente aceitamos como verdadeira e definitiva, mas também reproduzimos para nossa juventude a narrativa, historicamente falsa, da criação de uma civilização grega autônoma, sem influência egípcia nem semita, que foi continuada por uma civilização cristã autônoma, sem influência islâmica, seguida de um Renascimento puramente europeu que conduziu à civilização ocidental moderna, autocelebrada como o ponto mais alto jamais alcançado pelas ciências, as artes e as humanidades em nenhum outro lugar do mundo e em nenhum outro momento da história.”

ocorria a ação política” (LOSURDO, 2017, p. 11), as adaptações que os Panteras faziam às suas atividades eram para se assemelhar ao que ocorria globalmente, porém sem se desfazer da utopia concreta que propunham aos seus pares.

A figura analítica do intelectual orgânico (GRAMSCI, 1997) conectado a sua classe social, tão cara ao marxismo, encontra no movimento *Black Power* dos Panteras Negras um ótimo exemplar. Retomando Césaire (1968), estava claro para o partido que as soluções para o problema da extrema exploração dos trabalhadores e das perenes estruturas racistas não viriam daqueles que os criaram e, sendo assim, novas explicações precisavam ser desenvolvidas, com uma conseguinte e nova abordagem de mudança social. Desde o início, Newton, Seale, Hilliard, Brown e outros formuladores do grupo buscavam explicar a realidade de seus familiares, vizinhos e amigos, sem abrir mão da capacidade intelectual investigativa e embasada no marxismo, mas com um resultado que fosse claro e fincado na materialidade.

É verdade também que parte da necessidade da produção teórica própria - que, como destacado, se somava à vasta produção marxista negra estadunidense -, vinha da demanda de entender com maior clareza quais movimentações o partido deveria fazer, uma vez que nascera e atuava dentro do país mais poderoso e rico do mundo, diferente de seus contrapartes de luta. A escrita do programa de 10 pontos do partido é um claro exemplo disso. Assim como no Movimento Negro Brasileiro, muito da produção intelectual “surgiu na periferia, na experiência da pobreza, na ação cotidiana, nas vivências sociais, na elaboração e reelaboração intelectual de sujeitos negros e negras” (LINO GOMES, 2018, p. 240), vindo de lideranças que participavam ativamente dos processos emancipatórios e da linha de frente das disputas por mudança social (como Lélia Gonzalez, Abdias do Nascimento e Clóvis Moura).

A produção intelectual dos Panteras se mostrou capaz de interpretar a geopolítica da globalização antes do marxismo ortodoxo (MALLOY, 2017), argumentando que a nova fase do capitalismo renovaria a situação de degradação da população negra, e que manteria a repressão estatal como uma das principais estratégias, só que dessa vez, de maneira coordenada e mais consciente. Essa afirmação é acompanhada pela análise de Bernardino-Costa (2018, p. 250) que afirma que “(...) a escrita para muitos intelectuais negros e de cor é um evento fundamental”, uma vez que “é uma forma de reconstruir a si mesmo e um modo de combater os efeitos da separação ontológica”, em consequência do sistema vigente que desdenha a produção intelectual desses grupos.

Isso é especialmente demarcado na produção das mulheres negras. Percebe-se que raça e gênero operam conjuntamente na vida delas e, como já apontava Hill Collins (2018, p.

163), “[p]ara as mulheres negras que são agentes do conhecimento no interior da academia, a marginalidade que acompanha seu status de *‘outsider within’* pode ser tanto uma fonte de frustração quanto de criatividade”. A partir disso, nesse contexto também, as intelectuais negras passavam por um processo alternativo de validação do conhecimento (HILL COLLINS, 2018) que, infelizmente, não viria a atingir o mesmo nível de capilaridade que seus contrapartes homens. A verdade é que

No cerne do capitalismo, encontramos não apenas uma relação simbiótica entre o trabalho assalariado contratual e a escravidão, mas também, e junto com ela, a dialética que existe entre acumulação e destruição da força de trabalho, tensão pelas quais as mulheres pagaram o preço mais alto, com seus corpos, seu trabalho e suas vidas (FEDERICI, 2017. p. 37 apud CARVALHO; SANTOS, p. 185, 202).

Essa lacuna é crítica, uma vez que a desvalidação da mulher quanto agente social é algo grave, especialmente comungando da noção de que a produção intelectual é também luta antirracista. Isso é especialmente claro - e parcialmente explicado - por causa dos estereótipos construídos às custas das mulheres negras, que é relegada ao papel de forte, submissa e “apta a sobreviver a todo tipo de violência e abuso, assim, como as escravizadas fizeram” (CARVALHO; SANTOS, 2021, p. 193).

Dessa mesma forma, para instrumentalizar as diferentes ciências sociais (inclusive nas Relações Internacionais) para a superação da exploração da mulher negra, o Marxismo Negro nos aponta que é necessário “entender que, na sociedade capitalista, as opressões não se relacionam quantitativamente (mulher + negra + pobre), mas, sim, qualitativamente” (CARVALHO; SANTOS, 2021, p. 198). Ou seja, “não são opressões que se somam, são eixos que se entrecruzam de tal forma que, possuindo sentido e origem próprias, acumulam-se e incidem nos sujeitos de diferentes formas.” (CARVALHO; SANTOS, 2021, p. 198).

Essa mesma lógica de sociabilidade colonial é descrita por Fanon (1951) e tomada pelos Panteras como algo a ser desconstruído, dialogando com a ideia da colonialidade do ser, saber e poder (QUIJANO, 2005), que manifesta as diferentes formas em que o empreendimento de dominação da expansão do capitalismo ao redor do mundo se mantém. Cientes de que “a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 250), os *panthers* buscaram apontar também que é imperativo que se deixe claro as articulações entre racismo e capitalismo, poder e eurocentrismo, para que a verdadeira estrutura de poder seja exposta e investigada - sendo ela na educação ou na política internacional.

A desumanização promovida pelo constructo racista internacional, denunciada por Césaire (1968), Fanon (1968) e Davis (2017), encontrava na atitude confrontadora do partido um remédio. A partir da recusa de ocupar um lugar de subordinação, os membros do partido se apresentavam para seus “camaradas” como inegáveis líderes, donos da própria luta e da própria história.

Por esse ponto de vista, a teorização de Du Bois (1903) sobre dualidade e dupla consciência é clara na história do PPN, uma vez que “a dualidade envolve a contradição de os americanos negros serem cidadãos sem todos os direitos outorgados aos cidadãos brancos” (GORDON, 2018, p. 109), mesmo que em certo nível se identifiquem com essa ideia-sentimento de nação. Ainda que os formuladores do partido soubessem que os Estados Unidos forjavam uma imagem democrática, fica evidente também que suas ideias se misturavam com a fabricada noção do excepcionalismo americano ao afirmarem que seriam o grupo mais capaz de liderar uma revolução - a despeito de não terem um exército formal, um Estado demarcado ou mesmo o poderio armamentício necessário para tal. A balança da dualidade, nesse caso, pesou para a identidade americana calcada no princípio da superioridade.

Neste sentido, o 5º ponto da plataforma política do partido se encaixa bem: “5. Nós queremos uma educação para nosso povo que exponha a verdadeira natureza da decadente sociedade americana.”. Ao reivindicar a educação como uma das prioridades, o grupo se coloca de maneira consciente sobre a reprodução colonial e fraudulenta da história estadunidense. É seguro inferir que esse princípio também é iluminado pela denúncia de Du Bois (1909) de que o véu da ignorância, colocado pelo lado americano da dualidade, não demonstrava a verdadeira natureza.

Outra estratégia importante dos Panteras que tem respaldo no Marxismo Negro diz respeito à iconografia do grupo e ao atributo insubmisso da produção da arte. Como discutido na seção 2.3, a confecção gráfica do PPN tinha como objetivo criar novos sentidos políticos a partir do vestuário (jaqueta de couro, boinas e óculos de sol), ou subvertendo atributos estadunidense como as táticas de publicidade desviadas para representações que viessem a construir um novo mundo e um novo ser pós-capitalista. Acreditavam, por exemplo, que a subjetividade da arte mantém os questionamentos vivos, pois a partir de Fanon (1968), mesmo que o projeto de independência vingasse, seria necessário um esforço coletivo e vigilante para a superação do sistema colonial e dos valores capitalistas embutidos na arte e na linguagem.

Esse movimento também funcionou como resposta à missão civilizatória de “progresso cultural” que o capitalismo e a modernidade prometiam, por meio da utilização de símbolos e estéticas do poder estabelecido de forma crítica, representando assim uma estratégia de enfrentamento a essa máquina. Em uma sociedade marxista pautada pelo antirracismo, sabiam os *panthers*, uma nova base cultural deveria ser assentada, e por intermédio de charges, músicas, literatura, teoria política e vestuário, a cúpula do partido visava incorporar valores positivos na cultura ascendente.

Como já apontava Kilomba (2020), as ciências sociais rejeitam teorias que criticam ou que desaprovam consensos calcados na branquitude. Quando se visita as teorias *mainstream* das RIs, fica perceptível que reduções teóricas acontecem especialmente com as experiências não-brancas de vivências na arena global, e que todo esse arcabouço influente e relevante há pouco discutido, é silenciado. Isso ocorre também por um pretense multiculturalismo “sob o qual a perspectiva de identidade é fragmentada e esvaziada das suas conexões com a realidade social”, não sendo reservados espaços para os movimentos de massa revolucionários (SOUZA, 2021, p. 26). Há frequentemente uma exaltação das experiências de revolução estadunidenses, francesas e britânicas, assim como um foco nos valores que resultam delas, e que acabam por ocupar um lugar de privilégio no campo, assim como as teorias desenvolvidas por elas.

Nas Relações Internacionais no Brasil, a julgar por dois dos principais manuais da área, “Teoria das Relações Internacionais - O mapa do caminho - Estudo e Prática” (PECEQUILO, 2016) e “Relações Internacionais: estudos de introdução” (OLIVEIRA, 2003), o marxismo não tem espaço de destaque, e o Marxismo Negro não chega nem a ser mencionado. Enquanto que, no primeiro, o capítulo sobre marxismo divide espaço com suas teorias derivadas, como a Teoria da Dependência e a Teoria dos Sistemas-Mundos, configurando o menor capítulo do livro (PECEQUILO, 2016), no segundo, apenas 5 páginas são dedicadas ao tópico (OLIVEIRA, 2016). Ambos sem citação de quaisquer negros ou negras.

Adiciona Kretzer (2021, p. 13) sobre o tema: “[a]o fechar os olhos para a raça como categoria de análise, as RI sanitizam seu discurso e ignoram que foi justamente a partir de visões racializadas de mundo que alguns dos acontecimentos políticos mais importantes para a compreensão do sistema internacional ocorreram”. Por conta disso, “a história das RIs é reduzida para a história das grandes potências” e “naturalizam os processos de exploração coloniais e imperiais” (KRETZER, 2021, p. 85) como parte natural da construção do sistema internacional e da ordem econômica vigente.

O que fica claro ao navegar por essas teorizações é que a atuação coletiva que partiu da ideia fanoniana dos condenados e a práxis dos Panteras que reuniu em si as dimensões múltiplas da colonialidade, tem muito a apontar sobre a natureza do sistema internacional. Portanto, o argumento contido aqui é de que para as RIs e para o Brasil, muito poderia se ganhar se olhassem para as contribuições intelectuais de outros processos de mudança social, proeminentemente as experiências inspiradas no Marxismo Negro.

4.3. O PAPEL DO ESTADO E DOS PARTIDOS POLÍTICOS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB A LENTE DO MARXISMO NEGRO

Existe um problema nas ciências sociais eurocêntricas - como as Relações Internacionais - que é a insuficiente equivalência entre “sociedade” e “Estado-nação” nas investigações acadêmicas (GROSGOUEL, 2018). A objeção a isso se deve ao deslocamento de experiências múltiplas para construtos fixos que não se aplicam à história de todas as sociedades. Essas construções teóricas acabam forçando estratégias analíticas arbitrárias que não dão conta de elucidar a experiência de todos os povos.

Esta é a uma manifestação de um cenário ideológico e epistêmico maior, uma vez que

Os impérios ocidentais e os Estado-nações modernos usaram múltiplos mecanismos para inculcar um senso de segurança e legitimidade em seus sujeitos e suas constituições. Colonialismo, descolonização e conceitos relacionados questionam esse senso de legitimidade no qual o sujeito-cidadão moderno, o moderno Estado-nação e outras instituições modernas são construídas, gerando, desse modo, desestabilidade. (...) Nesses relatos, o ‘direito’ está sempre do lado do poder que propiciou a sua formação. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 33).

Neste caso, o Marxismo Negro aqui apresentado não é necessariamente consensual na questão. Entretanto, sabe-se que “[l]evantar a questão do colonialismo perturba a tranquilidade e a segurança do sujeito-cidadão moderno e das instituições modernas.” (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 33). Adicionalmente, vale lembrar que a colonização utilizou dos territórios indígenas para incursões burocráticas com a justificativa da “descoberta” da terra repleta de pretensos selvagens, assim como anexou nesse argumento uma suposta força civilizatória da escravidão (MALDONADO-TORRES, 2018), na qual teria ajudado o ser humano/animal - marcado como negro e indígena - a se tornar um ser humano superior, menos selvagem, já que teria sido “domado” pela socialização do trabalho e “salvo” pelos valores liberais (ROBINSON, 1983).

Partindo dessa leitura, não faria sentido fundar uma organização que defendesse a assimilação de uma parcela da população por um sistema que existe por causa da desigualdade, no qual as vidas negras não importam a não ser para a manutenção do poder central, e no qual o sistema jurídico é desenvolvido para manter os sujeitos racializados nas zonas de não-ser - em guetos ou prisões. Quanto mais se compreende o pensamento marxista que guiava o grupo, mais se entende suas decisões táticas de mirar a revolução. A visão do PPN, nesse caso, é que um Estado independente e socialista poderia ser construído com bases mais solidárias, no qual a ausência do capitalismo e da supremacia branca permitiria uma burocracia livre das lógicas hierárquicas que são típicas da ideologia vigente, como o encarceramento em massa, a falta de políticas públicas para os mais pobres e a exploração dos trabalhadores.

Os Panteras sabiam, por exemplo, que apesar da Constituição Americana começar com “Nós, o povo”, a Carta Magna do país não os incluía de verdade como cidadãos. Mais uma vez, juntando teoria e prática, esse entendimento se materializava em alguns princípios norteadores: “2. Queremos emprego para nosso povo.”, “6. Nós queremos que todos os homens negros sejam isentos do serviço militar.” e “9. Nós queremos que todas as pessoas pretas quando trazidas a julgamento sejam julgadas na corte por um júri de pares do seu grupo ou por pessoas de suas comunidades pretas, como definido pela constituição dos Estados Unidos.” (PANTERAS NEGRAS, 1966).

De qualquer forma, a condução da sociedade por uma certa estrutura é essencial. Baseado na experiência da revolução argelina, Fanon (2021) defendia que quem deveria tomar a liderança desse processo seria um partido revolucionário, através do qual “o povo poderia se libertar da dominação psicológica e cultural do colonialismo” (BARBOSA, 2021, p. 66). A organização desse partido seria a própria nova cultura política. Padmore (1931), por sua vez, negritava a necessidade de entender as tradições políticas locais nessa tentativa de construção política, para que o partido tivesse uma leitura mais rica da realidade e do seu contexto, possibilitando, assim, uma atuação mais eficiente.

Tendo em vista a construção dessa utopia concreta, o Marxismo Negro e o PPN acreditavam que para isso ser possível seria necessário agir a partir de uma linha de ação de massas organizadas por esse partido de vanguarda, que pegaria para si a responsabilidade de agitar, informar e delegar funções para a construção da luta. O modelo escolhido, então, seria o de um partido marxista-leninista⁶⁶. O marxismo-leninismo teve múltiplos significados durante o século XX, se adaptando a características específicas de cada país, com suas

⁶⁶ O termo foi melhor discutido na seção 2.2. desta pesquisa.

soluções e os caminhos táticos para mudanças marxistas na sociedade (MANOEL, 2021). Sob essa perspectiva, os programas “*Serve the people!*” se encaixavam muito bem, pois todos os militantes eram orientados a manter constante contato com a base, combinado com a autonomia política, cultural e teórica da classe trabalhadora, respeitada até certo ponto.

Baseados em James (1969), a consolidação do partido só foi possível por acreditarem que os negros e negras colonizados guardam enorme potencial de ação e mudança social. Apesar da defesa retórica e teórica de um modelo democrático para a organização do movimento, na prática o que se realizou foi um excessivo centralismo, que se revelou um problema na prática, especialmente em momentos de crises, já que a estrutura hierárquica não permitia a adaptação imediata de estratégias do partido.

Uma orientação aparentemente muito acertada fruto do Comitê Central de Oakland e alinhado com as descrições teóricas do papel de uma organização de vanguarda, era em relação ao jornal *Black Panther*. Em sua produção intelectual, havia um cuidado para mostrar que o que ocorria nas periferias dos Estados Unidos era semelhante a experiência de outros lugares do mundo⁶⁷. Essa caracterização se manifestava a partir da decisão consciente de não ter uma seção “mundo” no periódico, mas com as notícias locais e globais colocadas lado a lado. Dessa forma, não se fazia necessário a construção de novas pontes para dar ênfase na construção da política internacional, uma vez que a população que o consumia (negros e negras, membros do partido e radicais brancos) já se entendia como parte de uma sociedade internacional, gerando inclusive solidariedade e conscientização pública das mazelas ao redor do globo.

Mais uma vez, há importantes pontos que podem ser feitos dessas práticas. Dadas essas reflexões para o campo das Relações Internacionais, aparentemente admitir as problemáticas que a visão reducionista do Estado gera para uma análise mais justa parece algo produtivo a se fazer. Junto a isso, enxergar os partidos revolucionários e suas elaborações táticas pode elucidar também uma nova forma de se encarar a solidariedade entre os povos.

Frequentemente o foco acaba sendo os Estados Unidos da América, país protagonista das Relações Internacionais, no Marxismo Negro e em qualquer pesquisa que circunde a geopolítica. O país com a maior economia do mundo, o mais poderoso armamento militar e a representação mais significativa do sistema capitalista, mantém enorme influência no caminhar do mundo, os seus valores e as instituições multilaterais. Sua construção, como discutido, deve-se fortemente à contribuição da extração do valor do trabalho escravo nos séculos XVIII e XIX, que lhe permitiu uma gigantesca acumulação de capital. O país foi,

⁶⁷ O tema foi melhor discutido na seção 2.3. desta pesquisa.

inclusive, um dos principais receptores dos fluxos da forçada diáspora africana (BARBOSA, 2020). Os processos de independência da Grã-Bretanha (1776) e da Guerra Civil (1861-1865), que conviveram com esse sistema, apresentaram ao mundo valores republicanos de igualdade e liberdade. A partir dessa lógica, já no século XX, esses argumentos foram utilizados no desenvolvimento de uma falácia histórica de que, na sociedade bem desenvolvida e livre dos EUA, as críticas marxistas contrárias às desigualdades não teriam caráter fértil de desenvolvimento (MANOEL; LANDI, 2020).

Entretanto, vasta produção intelectual marxista foi desenvolvida pelos estadunidenses olhando para a realidade local, com destaque a Du Bois e Davis, ou americanos naturalizados como Padmore e Oliver Cox. Essas reflexões foram possíveis porque o mito da meritocracia estadunidense não incluía os milhões de afrodescendentes do país, pelo contrário, repelia-os com violência, desvalorização cultural e perseguição policial.

Segundo Manoel e Landi (2020), os EUA são um Estado burguês anti-negro, que continuou usando medidas de exceção justificadas em um processo de formação nacional iniciado no movimento de sua luta anticolonial e as mantiveram para garantir uma supremacia branca generalizada na construção do país. A nação se consolida, apontam, a partir de diferentes estratégias - como o fortalecimento do mito da ausência de pobreza extrema por causa de um sistema meritocrático em curso, a minimização da contribuição negra ao país e a desconsideração da sua política externa enquanto ferramenta de reprodução racista (MANOEL; LANDI, 2020).

Em contraste, os Panteras Negras, versados nas leituras marxistas, se opuseram em todos esses pilares, o que explicaria parte da ira de sucessivos governos contra eles. Primeiramente, a miséria existia nas zonas do não-ser dos bairros segregados. Pessoas negras passavam fome e adoeciam sem qualquer tipo de assistência governamental, e essa realidade foi alvo das ações do PPN e de suas denúncias nos fóruns nacionais e internacionais. Não é à toa que o 4º ponto do programa dos Panteras era “4. Nós queremos moradia, queremos um teto que seja adequado para abrigar seres humanos.” (PANTERAS NEGRAS, 1966).

De certa forma, defendiam os *panthers*, os bairros segregados onde eles atuavam eram as zonas de transferência das contradições do pujante sistema econômico dos Estados Unidos, cuja existência era justificada pelo racismo. Quando se discute essa hierarquia dentro da sociedade americana há de se entender, adicionalmente, que ela funciona “a partir de um raciocínio falacioso” no qual “alguém é inferior porque é negro e é negro porque é inferior” (GORDON, 2018, p. 120).

Além disso, a meritocracia que permitia o ingresso de parte da população no *american way of life* era dificilmente uma possibilidade, não só pelos resquícios das leis *Jim Crow* mas também pela linha de cor teorizada por Du Bois (1903), na qual a construção social capitalista de que o negro deveria ocupar um lugar inferior existia com intensidade. Para garantir que esse lugar de subalternidade fosse preservado, o sistema vigente sempre pôde contar com as forças policiais, uma vez que o racismo tipicamente americano sempre esteve vinculado com a instituição (DU BOIS, 1903). Foi em resposta a essa realidade, vale lembrar, que o PPN foi inicialmente fundado, para garantir uma autodefesa para a população perseguida.

A resistência ao apagamento, nessa mesma tônica, calçou os argumentos de Fanon (1968) e Davis (2017) tanto na adoção do antirracismo como estratégia política, como na reivindicação da negritude como algo positivo, na estética, nos costumes e nos valores a serem inseridos em uma nova sociedade, pós-americana.

A partir disso, sintetiza Souza (2021, p. 25):

Mas, sendo as relações sociais dinamizadas pelas contradições e conflitos, em todo o mundo os povos explorados e dominados responderam a essas construções ideológicas e aos processos de exploração por elas encobertos com luta pela afirmação pelo seu direito de *ser* [grifo da autora], desde as rebeliões e quilombos, na luta por libertação da escravidão, passando pelas lutas por libertação nacional, assim como as lutas contra a segregação racial, por autonomia, por participação democrática, etc. Em síntese: a racialização, a mistificação da desigualdade pela invenção do outro, bem como a lutas pela libertação das suas garras e pela afirmação ontológica por distintos povos destituídos, ideologicamente, da sua humanidade e, concretamente, das suas condições de existência autônoma e digna, conforma-se, historicamente, como um batalha, campo de aberta ou velada, mas sempre latente.” (SOUZA, 2021, p. 25).

4.4. A POLÍTICA EXTERNA E ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO

A política externa dos Estados Unidos, por sua vez, durante o período de atuação do PPN se chocava com as tensões com a União Soviética no período da Guerra Fria, que exacerbou toda e qualquer resposta aos movimentos insurgentes internos com a mesma truculência que utilizavam com as nações inimigas. Nessa conta geopolítica, os Panteras Negras eram vistos como danosos às estratégias americanas de liderança pelos valores liberais e da promessa do desenvolvimento capitalista que capitaneava toda a tática ocidental da época.

Nesta guerra ideológica, principalmente após 1945, os EUA se empenharam em desenvolver uma ordem que mantivesse os interesses estadunidenses e capitalistas no centro

de todas as ações. Os processos de independência das antigas colônias europeias na década seguinte, de 1950 para frente, intensificou o tipo e a frequência de manobras desenhadas pelo país (VIDAL, 2021). Por conta dos avanços nos direitos civis de 1964 e 1965, por exemplo, os EUA acreditavam que “já haviam redimido a imagem da América” agora se apresentando como “modelo de superioridade democrática” (DESLANDES, 2019, np).

Essas estratégias se baseavam na lógica de contenção do avanço do socialismo pelo mundo e, para tal missão, justificaram-se com boicotes às experiências democráticas e apoio às ditaduras, com especial marca na América Latina resultado da Operação Condor (ou Plano Condor), de terrorismo de Estado e sufocamento de movimentos sociais, inclusive os antirracistas, assassinatos de compatriotas ou líderes africanos, asiáticos e latino-americanos (VIDAL, 2021) (como o próprio Fred Hampton em 1969 e Thomas Sankara em 1987), e sendo sintetizado na Guerra do Vietnã (1955-1975). Neste mesmo momento se intensifica o já citado macarthismo, aplica-se o Plano Marshall (1947) de ampliação das alianças econômicas e se inicia o intenso projeto de criminalização dos comunistas, além da fundação do esquema militar Organização do Tratado do Atlântico Norte (1949) (VIDAL, 2021) que funciona até hoje.

Neste contexto, a corrida tecnológica, espacial, nuclear e armamentista entre as duas potências foi gigantesca. Como apontado por Césaire (1968) e Robinson (1983), a barbárie estadunidense foi capaz de superar a europeia, que apesar da herança deletéria do colonialismo e do racismo, não contou com a articulação extremada vista na máquina de guerra e de perseguição dos EUA. Na visão do Marxismo Negro, uma vez que os Estados Unidos se configuravam como patrocinadores da opressão em escala global, fazia sentido para o partido atacá-los diretamente.

Como se sabe, eventualmente os ocidentais venceram a Guerra Fria, dentro e fora de suas nações. Internamente, a perseguição anticomunista que afetou enormemente a experiência dos *black panthers* se materializou no COINTELPRO, Programa de Contrainteligência do governo federal, que como apontado na seção 2.5, foi eficiente para o sufocamento do ímpeto de mudança social. Se os Panteras não produziram ainda mais, não foram ainda mais longe e não impactaram ainda mais, foi em grande medida graças à eficiente estratégia estadunidense de aniquilação do partido. Se as vozes antirracistas já balançavam os pilares nacionais da falácia, uma experiência que era anti-sistêmica e que angariava enorme prestígio internacional era inaceitável.

Em 1970, por exemplo, Huey Newton escreveu uma Carta à Frente de Libertação Nacional do Vietnã do Sul, falando em nome do partido sobre sua estratégia internacional. No

documento ele considera os Estados Unidos da América a “cidade do mundo”, a “Babilônia”, enquanto as nações da África, América e Ásia seriam o “campo do mundo”, e que, sendo assim, o processo revolucionário deveria funcionar de maneira semelhante em todas as partes do planeta, uma vez que as elites dominantes só o são porque se apoiam na superexploração do capitalismo a partir dos EUA, oprimindo homens e mulheres em nome do lucro (NEWTON, 1970, p.139). Com essa análise ele afirma que o PPN apoia completamente a luta dos países subdesenvolvidos, disponibilizando inclusive membros Panteras, pois eles eram comprometidos com os interesses dos povos, atuando em qualquer território “onde o estalo do chicote do opressor possa ser ouvido”.

A partir disso, é fundamental refletir: se a Guerra Fria é um tópico tão frequente nos estudos da nossa academia, por que esses grupos não são colocados em evidência também? Os Panteras com tanta influência neste tópico (sendo parte até mesmo de negociação entre EUA e China nos anos 1970 como se viu na seção 2.4) não deveria estar nessa discussão? É interessante apontar aqui a farsa do campo das RIs, que coloca os Estados Unidos e sua história no centro da discussão e no coração de muitas teorias, mas não destaca sua sangrenta história contemporânea de manutenção do capitalismo racial. Sem ela, é inquestionável, não se enxergam pontos importantes do comportamento do país e de seu sistema de apoio nas instituições internacionais.

Historicamente os EUA enquanto império se consolidaram como uma força que atua a favor do *status quo*, caminhando conjuntamente com os poderes coloniais e dos sistemas escravistas (vide a chancela da Constituição Americana a escravidão e o boicote ao comércio com o Haiti depois da Revolução Haitiana). Este fato é perene, inclusive o discurso sobre a democracia “é um dos que se atualizou com sucesso desde o período pós-Guerra Fria como instrumento para justificar interferências externas em entidades soberanas independentes” (KRETZER, 2021, p. 102), criando uma falsa equivalência na política internacional entre raça e capacidade de governabilidade dentro dos marcos institucionais liberais. Os Panteras Negras, por sua vez, utilizaram do seu lugar estratégico de operação doméstica, para desenvolverem uma política externa ativa para com os outros povos oprimidos, como evidenciado em Fernandes (2021) e na seção 2.4., utilizando inclusive a Organização das Nações Unidas - um dos sustentáculos da sociedade internacional de valores americanos - como campo de disputa.

A leitura do Marxismo Negro e dos *panthers*, especificamente sobre as Organizações Internacionais, é de que elas seguem uma doutrina liberal que só existe por causa da exploração dos povos e só resiste por causa das artimanhas de boicote aos processos

verdadeiramente democráticos dos povos que questionam suas estruturas. Sobre essas entidades, vale elucidar:

(...) o significado e a estrutura de instituições, práticas e representações simbólicas ocidentais modernas já pressupõem conceitos de progresso, soberania, sociedade, subjetividade, gênero e razão, entre muitas outras ideias-chave que têm sido definidas como pressuposto de uma distinção fundamental entre o moderno e o selvagem ou primitivo, hierarquicamente entendidos ou não. (MALDONADO-TORRES, 2018, p. 30)

Como ressaltado, os trabalhos do marxismo negro utilizados até aqui abordaram de maneira crítica as OIs ocidentais. Fica claro, portanto, que as instituições são dotadas de significados que a sociedade lhes atribui (GORDON, 2018). Sabendo disso, vale retomar a história relatada na seção 2.4., quando em dezembro de 1970 a imprensa e o governo soviético acusaram os Estados Unidos na Organização das Nações Unidas de genocídio contra a população negra, calcando a denúncia na sistemática perseguição aos Panteras Negras, causando rusgas no plenário.

Apesar de algumas estratégias dentro da ONU terem auxiliado no processo de independência de diversos países da África e da Ásia, principalmente a partir da década de 1960, a Organização também deslegitimou pedidos e denúncias contra poderes centrais que violavam princípios defendidos oficialmente por esses regimes. Foi assim, por exemplo, com a previamente citada negação do pedido de credenciamento dos Panteras Negras como organização não-governamental no fim da mesma década, que indagava a autodeclarada disposição democrática das Nações Unidas para denunciar perseguição étnica do seu governo dentro do *framework* dos direitos humanos. A denúncia que gostariam de fazer se baseava em provas das sucessivas violações cometidas pelos EUA. O mesmo se repetiu quando no auge da campanha “*Free Huey!*” a Organização não outorgou outra acusação, dessa vez sobre o processo cheio de ilegalidades travado contra o Ministro da Defesa do partido (BLOOM; MARTIN, 2013).

Apesar dessas dificuldades, os Panteras buscavam levar a cabo o princípio número 10 da sua plataforma política:

10. Nós queremos terra, pão, moradia, educação, roupas, justiça e paz. E como nosso objetivo político principal, um plebiscito supervisionado pelas Nações Unidas a ser realizado em toda a colônia preta no qual só serão permitidos aos pretos, vítimas do projeto colonial, participar, com a finalidade de determinar a vontade do povo preto a respeito de seu destino nacional (PANTERAS NEGRAS, 1966).

Obviamente a ideia nunca foi bem recebida pelos países poderosos, até mesmo porque nesse momento “as nações ocidentais assist[iam] apavoradas ao nascimento de novos Estados afro-asiáticos” (FANON, 2021, p. 92), com pouca abertura para quaisquer novas demandas

que se contrapunham a Estado-nação tradicional e capitalista. De qualquer forma, essa era uma manifestação da consciência do grupo do papel que o internacional pode - e deve - ter na proteção das populações, onde quer que estejam, como ditava também a tradição marxista negra.

Travar táticas conjuntas não implicava em criar compromissos com antigas metrópoles (BARBOSA, 2020) e, sabendo disso, toda a performance e retórica dos Panteras tinham como objetivo, sobretudo, se colocarem como interlocutores legítimos dos afro-americanos, para dentro e para fora do país. Esse embate, adicionalmente, explicitava a hipocrisia liberal desses espaços, pois tratavam de filtrar a liberdade de denúncia e permitir oportunidade de fala apenas aos grupos que não travavam embate real com a constituição atual das forças. Existiam muitas dificuldades no caminho, por exemplo, incluindo situações em que a maioria numérica dos representantes onusianos eram contrários ao comportamento francês na África, mas as estruturas de veto e influência interna impediam maiores avanços.

Na prática, as soluções encontradas nas OIs ocidentais eram quase sempre insuficientes, por reproduzirem a própria lógica capitalista, imperial e racista que os pedidos feitos a ela buscavam combater (FANON, 2021). Nesse tópico, Fanon (2021) defendia, por exemplo, que não se replicassem as lógicas da Guerra Fria nas disputas dentro das instituições multilaterais, mas que os instrumentos e ferramentas delas fossem utilizados pelos condenados, pelos povos oprimidos, para uma readequação do sistema colonial-imperialista.

Nesse sentido, a discussão da soberania é central. Obviamente os Estados Unidos não apreciavam o requerimento do plebiscito dos *panthers* para averiguar o desejo dos afrodescendentes de se separarem oficialmente do poder central⁶⁸. De forma análoga, mesmo com a descolonização na pauta do dia, isso pouco se refletiu nas leituras clássicas de RI no tópico soberania, especialmente a partir das produções intelectuais que clamavam os Panteras ou até mesmo outras experiências marxistas negras, como a da Frente de Libertação Nacional da Argélia⁶⁹, que defendia que a autonomia nasceria do próprio exercício da independência,

⁶⁸ Com esse mesmo objetivo questionador, Eldridgle Cleaver defendia que os homens negros deveriam ser dispensados do serviço militar, tanto porque os generais e comandantes que os gerenciariam são racistas, quanto porque seria uma contradição defender o país que os oprime, e que no lugar disso, eles deveriam estar dentro do país lutando pela independência dos afro-americanos (FIRING LINE WITH WILLIAM F. BUCKLEY JR. THE BLACK PANTHERS. EPISODE 124, 1968).

⁶⁹ Escreve Fanon em 1957: “Em apuros na Argélia tanto no plano econômico e militar como no político, a França está ausente do tabuleiro do xadrez internacional. Mais ainda, para seus aliados ocidentais ela constitui um fardo pesado, pois não apenas devem suprir sua omissão na Europa, como precisam defender uma causa que não poderia ser pior. Também caiu muito o prestígio da França no mundo e mesmo entre seus aliados. Prova disso é não apenas sua incapacidade militar e política, como também sua decadência moral. O mundo está alerta aos métodos bárbaros utilizados contra o povo argelino e não há reunião internacional em que a França não esteja na berlinda, em que seu colonialismo não seja denunciado.” (FANON, 2021, p.51).

não apenas formal, mas prática, que requereria um processo de descolonização completo e não simplesmente jurídico.

É fato também que o ímpeto dessas estruturas multilaterais é o de promover reformas e de apaziguar os ânimos. Quando a resolução revolucionária é a da mudança do sistema econômico, jurídico e político, o processo trava. Era de conhecimento compartilhado pelos *panthers* e por outros marxistas negros que uma nova ordem social não viria apenas de mudanças domésticas de cada país em processo de independência, mas também do envolvimento contra as desigualdades entre as nações, pois os países ocupavam lugares muito distintos no sistema internacional capitalista, que, na prática, depende dessas hierarquias de para sobreviver (LOSURDO, 2017).

Pois bem, se questões de autodeclaração dos povos, direito à terra, segurança cultural e outros temas, são caras às RIs e ao sistema estabelecido, não é desprezível trazer a tona a estratégia que um grupo antirracista desenvolveu com atuação em dois níveis, calculando coesão social, apoio externo de países aliados e de certa forma conseguir pautar a discussão global. Junto disso, a participação intensa do PPN na arena global, não deixa dúvida de sua agência internacional. A atuação civil, mesmo que criminalizada pelo poder central, se mostrou capaz de acertar o tom e coordenar esforços dentro do sistema onusiano - com as moções propostas por países como Cuba e Tanzânia nas inserções do grupo na entidade - como fora, através da frente de solidariedade internacional. O acriticismo que impera sobre o papel das manifestações burocráticas dos poderes internacionais é prejudicial para o campo. Tantas tensões e teorizações não podem e não devem ficar de fora da discussão das Relações Internacionais.

Já o tópico da violência é central para os Panteras, para os marxistas negros e para boa parte dos teóricos das Relações Internacionais. As teorias tradicionais das RIs vão apontar que violência são distúrbios da ordem democrática, da civilidade, e fazem parte de uma condição anterior ao contrato social, porém, o Marxismo Negro vai discordar e defender que a violência é engrenagem política (MANOEL; LANDI, 2020).

Parte do problema de lidar com esse tema nas ciências sociais liberais é que existe “um pressuposto não declarado (...) que na política cotidiana, fora de situações de exceção, a violência não é elemento constitutivo” (MANOEL; LANDI, 2020, p. 40), quando, segundo o Marxismo Negro, a violência constante é o que azeita o capitalismo racial (FANON, 2021; ROBINSON, 1983) e permite que ele mantenha suas hierarquias e suas taxas de lucro. Na verdade, “[a] violência colonial (...) não foi exclusividade do período inicial de

desenvolvimento capitalista, mas seguiu atuando como elemento fundamental e historicamente determinado nas demais fases da acumulação” (FAUSTINO. 2021, p. 12).

Não é à toa que o nome original do grupo é Partidos dos Panteras Negras *para Autodefesa*, pois, como apresentado no capítulo 2, a perseguição policial aos afrodescendentes era intensa e foi a motivação seminal para a fundação do grupo, posto que o Estado burguês anti-negro agia como um garantidor da integridade da supremacia branca, com o sistema internacional validando esse comportamento. Uma vez que a violência é inevitável por parte do aparelho repressivo do Estado (BENTO DA SILVA, 2021) raciocinavam os Panteras, que ela sirva para um processo de revolução descolonizadora (FANON, 1961).

A relação do PPN com as armas, a disciplina e a organização militar e a própria existência de um “Ministro da Defesa” ocorriam justamente por entender que há uma legitimidade na violência revolucionária. Esse ímpeto figurava no princípio número 7 do programa político que afirmava “Nós queremos o fim imediato da brutalidade policial e assassinato do povo preto.”, seguido pelo oitavo, “8. Nós queremos a liberdade para todos os homens pretos mantidos em prisões e cadeias federais, estaduais e municipais.” (PANTERAS NEGRAS, 1966), pois sabiam que a fase seguinte da violência das forças repressivas era ou a morte, ou a prisão.

A experiência argelina ilustra bem o caso: “(...) o povo argelino reage com uma violenta tomada de consciência vital que tem como efeito, por um lado, um retraimento obstinado em seu Eu ameaçado e, por outro, um aprimoramento de suas faculdades de adaptação aos valores modernos.” (FANON, 2021, p. 63), uma vez que diante da ameaça de aniquilação representada pelo colonialismo, não havia outra opção disponível. Os horrores vividos na Argélia levaram 150 mil argelinos a serem presos, meio milhão de refugiados à época e 600 mil mortos - cifras que proporcionalmente superam as da Segunda Guerra Mundial. Mesmo com uma escala chocante, a experiência argelina também não é tratada como um dos eventos centrais das Relações Internacionais do século XX.

Apesar do resguardo teórico e o tom inspirador, a verdade é que os Panteras foram em certa medida ingênuos na leitura de suas capacidades em contornar a condição material do poderio militar e tecnológico das potências capitalistas por acreditarem que teriam chances contra o sistema. A soberba dos Panteras de acreditarem que seriam os únicos capazes de liderar a revolução pode ser atribuída além da juventude e da idealização da luta, como uma manifestação de sua parte americanizada da dupla consciência.

O capitalismo passa por uma violência sistemática - colonização, lutas de independência, repressão policial, resistência armada, terrorismo anticolonial, programas de

constrangimento, assassinatos, exploração do trabalhador, desvalidação cultural, etc. O ponto defendido aqui, portanto, é que entender a violência como parte integrante do sistema vigente, mais do que fenômenos isolados e domésticos, é essencial para uma maior clareza desses processos que figuram como pontos de discussão na área.

4.5. O LUGAR DO ANTIRRACISMO E DO ANTIRRACISTA NA REVOLUÇÃO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DOS PANTERAS NEGRAS SOB AS LENTES DO MARXISMO NEGRO

A invocação da raça e a apropriação da categoria pelos próprios negros serviu - e serve - como uma tática de sobrevivência (BARBOSA, 2020). Em primeiro lugar, é necessário admitir que raça é um fator primordial de qualquer análise e movimento de mudança, como ficou claro na construção de Robinson (1983), Chadarevian (2016), Davis (2017) e Hall (1980) do capitalismo racial. Isso é verdade a partir das teorias pós-de-anticoloniais, dos estudos críticos de raça e da branquitude, os estudos feministas interseccionais e do Marxismo Negro, espinha dorsal desta pesquisa. Ilustra Lino Gomes:

Trabalhar conceitualmente com a categoria raça ressignificada política e conceitualmente implica um processo de descolonização do conhecimento e dos sujeitos que o produzem. Trata-se de um processo complexo e potente. Representa reelaborar e ressignificar uma categoria produzida no contexto da colonização nos termos e na visão daqueles cujos ancestrais foram escravizados. Corresponde a virar a interpretação colonial inicialmente dada à raça de ponta-cabeça. E trabalhá-la enquanto construção histórica, cultural e política ressignificada de maneira afirmativa no contexto das lutas de emancipação de negras e negros política e academicamente cada vez mais organizados.” (LINO GOMES, 2018, p. 243)

É evidente, também, que “o internacionalismo negro ganhou densidade analítica e política a partir do trabalho criativo e coletivo construído por intelectuais e militantes marxistas” (MARTUSCELLI; SILVA, 2017, p. 12). O antirracismo visto no Marxismo Negro não propõe uma inversão da ordem, uma nova sociedade em que os brancos são subjugados pelos negros, mas sim uma total abolição das hierarquias de raça. O Marxismo Negro defende uma leitura geopolítica do processo de racialização, e a experiência dos Panteras Negras na construção de frente de solidariedade internacional com agentes anticoloniais de diferentes raças e das coalizões domésticas com os brancos radicais elucidam isso.

Se o negro quer ser branco para vir a ser, se quer colocar a máscara branca (FANON, 1951), os Panteras mostraram para uma parcela importante da população negra que isso não resolveria o problema. Aplicando Fanon em suas ações, o grupo defendia que o remédio da patologia do colonialismo é a afirmação do negro enquanto negro, ativo, valorativo, humano,

potente. A afirmação da negritude é uma estratégia política contrária às modalidades imperiais-nacionais da opressão racista - assim ditava Davis, Fanon, Du Bois, Robinson, Padmore, e assim praticavam Newton, Seale, Cleaver, Brown, Shakur, Hampton e tantos outros.

No campo das Relações Internacionais, diante da riqueza intelectual e prática que alça a raça como fator importante e fundamental para a constituição e sustentação do sistema internacional há mais de 500 anos, é incabível que a disciplina continue negando o papel central do capitalismo racial, assim como a influência da agência antirracista transnacional nas Organizações Internacionais e na geopolítica atual.

4.6. CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Este capítulo responde a pergunta de pesquisa ao sublinhar as contribuições marxistas negras que devem ser absorvidas pelo campo das Relações Internacionais. Argumentos foram tecidos durante e ao fim de cada seção contribuindo dessa forma com a análise da hipótese geral, de expandir as possibilidades de compreensão do sistema internacional a partir desses intelectuais.

Os tópicos discutidos contribuíram com o objetivo específico deste capítulo - Analisar os Panteras Negras sob a luz do Marxismo Negro e verificar o que pode ser extraído dessa experiência para a compreensão da política internacional e de suas estruturas de poder. Abordaram também a importância de derrubar mitos sobre os Estados Unidos e as Organizações Internacionais; a defesa da utilização de novos atores, conceitos e experiências para expandir as possibilidades analíticas do campo; a relação entre prática e teoria - tanto doméstica quanto internacionalmente -; o perigo do reducionismo do Estado-nação como unidade de análise; na insuficiência de focar apenas nos valores liberais dos EUA e não nas facetas contraditórias do regime; a defesa de se encarar a violência como integrada no sistema e não epifenomenal; e, finalmente, a chamada para inclusão definitiva de raça como fator central das RIs.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de ter sido extinto em 1982, o Partido dos Panteras Negras continua sendo objeto de pesquisas, de revisões, de admiração e de desaprovação. O objetivo geral desta dissertação - realizar um estudo de caso dos Panteras Negras e, a partir dele, compreender quais as principais contribuições do Marxismo Negro para o campo das Relações Internacionais - traz para o campo das teorias críticas um exemplo de experiência política que pode enriquecer as análises e possibilidades intelectuais no campo.

É interessante perceber enquanto acadêmico como a pesquisa foi amadurecendo em suas diferentes versões, principalmente no processo de encontrar a melhor maneira de organizar a construção lógica dos objetivos específicos, que dizem respeito a cada capítulo. Divididas essas que foram organizadas em subseções correspondentes entre si, sendo elas: Contexto histórico; O papel do Estado e dos partidos políticos; Contribuições teóricas; A Política Externa e as Organizações Internacionais; O lugar do antirracista e do antirracismo na Revolução; Considerações parciais

No primeiro capítulo dissertativo - O Partido dos Panteras Negras - escolheu-se seguir um caminho mais historiográfico para situar o objeto de maneira robusta, para que fosse possível situá-lo como ativo das lutas globais e rico produtor de conhecimento sobre o sistema internacional. Entendeu-se como necessário contar a história do partido e situar o leitor no momento político vivido pelos afrodescendentes e pelos povos oprimidos no mundo todo.

A atuação do PPN pautou e foi pautado na defesa de que raça não é recorte, é estrutura. As mazelas sociais eram atribuídas ao capitalismo racial, sistema que dependeu da exploração dos negros e negras na acumulação do capital, na reprodução do capital e continua na contemporaneidade, mesmo que em outros moldes, para manutenção dos privilégios reservados aos brancos. Os Panteras defendiam que o remédio para essa doença era o da revolução, e intercederam por esse objetivo na em Oakland, Chicago e Nova York, mas também na Argélia, em Cuba, em diferentes países da Ásia e Europa e na Organização das Nações Unidas.

Diante de problemas reais e concretos, buscavam soluções imediatas - serviços comunitários -, intelectuais - discussões na mídia, formações políticas para impulsionar a conscientização, artes visuais para fomentar o senso crítico - e políticas - concertação internacional, plebiscitos, tentativa de representação eleitoral, entre outras táticas. Frente disso, escancaram-se os limites da atual composição jurídico-político do Estado e das

instituições internacionais, assim como joga luz sobre como a violência age para perpetuar as injustiças causadas pelas contradições do sistema em todas as partes do mundo.

A geopolítica da supremacia branca, puderam verificar, está presente em praticamente todos os aspectos que envolvem poder, especialmente na economia e na ideologia que organiza a sociedade em classes, em segmentos e categorizações. As partes marginalizadas dessas hierarquias - em especial as de raça e gênero - são lugares de potência, não é à toa que em tão pouco tempo os *panthers* chegaram tão longe e contribuíram tanto para a formação de conexões entre povos insurgentes.

Ao discutir o fim do partido na onda de desaceleração das lutas revolucionárias e da eficiente conRAINTeligência dos Estados Unidos, destaco, não significa que o projeto da utopia concreta foi derrotada. Corroboram esse argumento Manoel e Landi (2020, p. 73):

Isso quer dizer, então, que o marxismo dos Panteras Negras não tenha coisas a nos ensinar? Muito pelo contrário. Além de nos oferecer uma oportunidade para refletir sobre problemas teóricos que emergem da prática até os nossos dias, o Partido dos Panteras Negras nos deixa uma lição de atualidade do marxismo-leninismo, um guia teórico para a ação, que demanda das forças revolucionárias constante desenvolvimento. São justamente as contradições não resolvidas do marxismo dos Panteras Negras que dão a prova da vitalidade de suas teorizações, colocando de forma inovadora os problemas que, até hoje, estão nas mãos da militância revolucionária resolver - na teoria e na prática.

O capítulo seguinte - O Marxismo Negro e as Relações Internacionais - se propôs a identificar os principais autores, autoras, conceitos e ideias desta abordagem que poderiam ser instrumentalizados no campo das Relações Internacionais e promover uma discussão teórica através dele. A partir das divisões metodológicas em seções, buscou-se apresentar uma diversidade de nomes e suas principais contribuições.

Destacadamente defendi a introdução de diversos autores e autoras ao campo, mas com ênfase em Frantz Fanon com “Os condenados da terra (1968)” e Cedric Robinson e seu “*Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition*” (1983) por considerar estas duas obras de evidente apelo às necessidades das Relações Internacionais. Adicionalmente, houve um cuidado de explicitar o caráter de intelectualidade orgânica que os Panteras e os marxistas negros preservavam.

Neste caso, o que a abordagem do Marxismo Negro também destaca, é que a existência das desigualdades não se devem apenas aos processos econômicos e produtivos derivados do trabalho e da exploração da mais-valia, são também processos sociais dos quais o capitalismo racial é dependente, e no qual a raça é um princípio articulador. Adicionalmente, essa lógica se aplica à política internacional, pois a raça é o eixo articulador destes mesmos processos desiguais.

A inovação dos Panteras Negras vem justamente disso, pois demonstram na prática que o antirracismo também é um eixo importante, pois pleiteia por mudanças estruturais em concertação do local e do internacional, não poupando de críticas e ataques à Academia, ao Estado ou os pretensos valores superiores de liberdade e desenvolvimento. É a visão de baixo de uma experiência marxista e antirracista que corrobora as análises do Marxismo Negro, que se prova mais do que subproduto do marxismo clássico, mas como uma adição, um refinamento, da teoria, que pode ser assimilado também pelas Relações Internacionais.

O capítulo mais marcadamente analítico é o terceiro - O Partido dos Panteras Negras, o Marxismo Negro e as Relações Internacionais -, no qual sob a luz da análise apresentado previamente, verificou-se o que poderia ser extraído dessa experiência para a compreensão da política internacional e de suas estruturas de poder, casada a críticas ao nosso campo. Entender dinâmicas raciais é uma tarefa difícil em si mesma, olhando para um país estrangeiro, uma nova camada é adicionada. De qualquer forma, a confiança dada pelo Marxismo Negro do entendimento sistêmico do capitalismo racial permite uma maior flexibilidade argumentativa, respaldada nas noções de justiça apontadas pelo campo.

Fica evidente, por exemplo, que ao menosprezar o entendimento das estruturas de hierarquização, se perde oportunidades analíticas que ajudariam a entender de forma mais precisa a realidade social, seja ela doméstica ou internacional, até porque é palpável que a raça continua sendo uma das ferramentas de opressão mais eficientes. O programa de 10 pontos dos Panteras vem dissolvido no capítulo justamente para pontuar a interação entre prática e teoria, uma vez que no documento fundante do partido expressava visões de mundo, orientações dos programas do “*Serve the people!*” e a conexão teórica com os diagnósticos anticoloniais e marxistas.

Ao incluírem a categoria raça no marxismo - os autores e autoras - e elencaram o capitalismo racial como a doença a ser tratada - como fizeram os Panteras - foi possível um aperfeiçoamento dos instrumentos de ação e de reflexão em todo o globo. Para uma leitura renovada das RIs, o mesmo deve ser feito.

Destaca-se também que a escolha do PPN como objeto de pesquisa e o Marxismo Negro como abordagem se mostrou acertada pois serviu de múltiplas formas: trouxe o caráter transnacional histórico dos grupos antirracistas, levantou questionamentos importantes sobre o apagamento desses movimentos e também as tensões geradas pela articulação raça-capitalismo-colonialismo na política internacional. Essas escolhas foram feitas, evidentemente, para realizar a análise da hipótese de que o Marxismo Negro é capaz de contribuir diretamente às Relações Internacionais em análises históricas e desenvolvimentos

teóricos sobre o sistema internacional, em especial nos estudos sobre raça, assim como nas pesquisas sobre agentes internacionais não-tradicionais, que se organizaram fora do escopo do Estado. A suposição se provou verdadeira.

O PPN e os marxistas negros apresentam também que o capitalismo se expande através dos controles: dos corpos, das mentes e da natureza. A luta contrária às lógicas que permitem essa perenidade, não cessaram. Além dos movimentos negros de todo o mundo, gostaria de destacar a atualidade referencial que diferentes militantes fazem aos Panteras até hoje.

Paulo de Lima, também conhecido como “Galo” ou “Galo de Luta”, é o líder da rede Entregadores Antifascistas, movimento de trabalhadores de aplicativos de entrega de comida fundado em 2020 para reivindicar melhores condições de trabalho e para se somar aos movimentos de defesa da democracia. Como boa parte dos empregados precarizados no Brasil, Galo é negro. Responsável por engajar e mobilizar centenas de entregadores, o líder deixa claro que não quer fazer o trabalho de luta por ninguém: “quero uma espécie de entregadores Panteras Negras, conscientes” (AGÊNCIA PÚBLICA, 2020), afirma ele. Seu objetivo é, desta forma, fomentar os que sentem a opressão racial e de classe sob as atuais condições socioeconômicas. A referência aos marxistas negros não param por aí, Galo fala sobre o capitalismo racial aos seus pares e se converteu ao islã inspirado na biografia e no pensamento de Malcolm X.

O tema da fome, do racismo, das desigualdades e da precarização do trabalho causadas pelo modelo capitalista de organização social tensionam o poder público, causando também uma perseguição do Estado ao Galo. No fim de 2021 uma estátua de um ícone paulista responsável pelo assassinato de dezenas de negros e indígenas, o bandeirante Borba Gato, foi incendiada em uma manifestação. Galo foi acusado do crime e preso, em um processo movido à margem da lei. Gessica Barbosa, militante e esposa de Gato, que nem estava na manifestação, também (FOLHA, 2021). Não se trata de, evidentemente, justiça, mas de intimidação e continuidade de processos jurídicos que vêm no antirracismo um mal que deve ser cortado pela raiz. Foi assim com os Panteras Negras nos Estados Unidos, é assim com os Entregadores Antifascistas no Brasil.

A potência do PPN vive também no imaginário artístico, seja na sessão de fotos de artistas como o *rapper* e pensador Emicida junto da cantora Elza Soares em que mimetizam o vestuário dos estadunidenses e erguem o punho em referência ao movimento *black power*⁷⁰; seja no lançamento de filmes como “Cabeça de Nêgo” (2020), na qual um estudante do ensino

⁷⁰ Consultar a imagem presente no anexo J.

médio, inspirado pela história dos Panteras, tenta promover mudanças em sua escola e enfrenta respostas duras e racistas às suas demandas.

Nos EUA, o movimento *#BlackLivesMatter* resgata símbolos, frases, fotos e material gráfico das *black arts* de Emory Douglas, músicas de Elaine Brown, discursos de Kathleen Neal Cleaver e táticas de organização social dos Panteras. Apesar do caráter mais liberal e reformista do movimento cotidiano, os ecos da experiência dos *panthers* podem ser ouvidos. Ainda mais barulhento são esses ecos quando tomamos consciência de que até hoje Assata Shakur vive exilada em Cuba e que ainda hoje no mínimo 18 militantes do PPN estão presos como consequência das ações da COINTELPRO, cidadãos e cidadãs que têm repetidamente seus pedido de revisão de pena ou *habeas corpus* negados (URBAN, 2021). Um deles, Russell Maroon Shoatz da sede da Filadélfia, estava preso há 50 anos e veio a falecer em 2021, vítima de um câncer diagnosticado, uma vez que o sistema prisional relegou tratamento de saúde na velocidade necessária (URBAN, 2021).

Mesmo contribuindo aos estudos de raça, é evidente que as agendas de pesquisa nessa temática não se esgotam. A partir do prisma do Marxismo Negro, faltam investigações sobre a experiência do movimento negro brasileiro, da construção das Organizações Internacionais e do papel do campo das RIs nos processos de apagamento dessas lutas. Outra proposta de investigação, apesar de distante, é a de buscar as fontes primárias - os Panteras Negras vivos até hoje - para medir o quanto a aplicação das análises do Marxismo Negro eram conscientes e o quanto foi inferido nas pesquisas.

Outro caminho interessante seria o da realização de um esforço de se debruçar sobre a obra de Du Bois, Fanon, Robinson e Davis para uma argumentação robusta do lugar privilegiado que eles devem ter nos estudos de política internacional. A herança desses nomes e das experiências em que eles se envolveram, argumento, deve ser instrumentalizada pela emancipação dos povos e pelo desenvolvimento intelectual. Apesar de em 2021, momento em que escrevo essas considerações finais, o antirracismo estar na ordem do dia nas Organizações Internacionais e dos movimentos progressistas, não se desenham grandes movimentos que se propõem abertamente a uma mudança social radical e coletiva, mesmo com os acúmulos teóricos e de exemplos de resistência de diferentes populações.

Sempre foi uma inquietação de pesquisa tentar entender porquê os movimentos antirracistas de longa tradição transnacional não fossem encaradas como importantes nas RIs, e o Marxismo Negro contribuiu para explicar esse motivo, ao mesmo tempo em que apresentou outras tantas histórias de resistência e potência antirracista, que devem estar

reivindicadas pela área. Porém, não há dúvida, enquanto a Terra não for livre, eu também não sou.

REFERÊNCIAS

ADI, Hakim. **Pan-Africanism and Communism: The Communist International, Africa and the Diaspora, 1919-1939**. Londres: Africa World Press, 2013.

African American Heritage. **Kathleen Cleaver (May 13, 1945)**. National Archives. Disponível em: <https://www.archives.gov/research/african-americans/individuals/kathleen-cleaver>. Acesso em: 6 jan. 2022.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 255 p.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. De Martí a Fidel: A Revolução Cubana e a América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998

BARBOSA, Muryatan S.. **A razão africana**: Breve história do pensamento africano contemporâneo. *Todavia*, v. 3, f. 108, 2020. 216 p.

BARBOSA, Muryatan. **Pan-africanismo e relações internacionais: uma herança (quase) esquecida**. *Revista Carta Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, 2016, p. 144-162.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. O marxismo dos intelectuais negros na luta contra o racismo. **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Rio de Janeiro. Dissertação (História Social da Cultura) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO, 2007.

BARUCH, Ruth-Marion; JONES, Pirkle. **The Vanguard**: A photographic essay on the Black Panthers. Boston: Beacon Press, 1970.

BATISTA, Kássius Kennedy Clemente. **O movimento negro norte-americano através do filme Panteras Negras (Mario Van Peebles, 1995)**. Uberlândia. Trabalho de Conclusão de Curso (História) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA, Uberlândia, 2011.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

BLAAUW, Lesley. **African agency in international relations: challenging great power politics?** In: BISCHOFF, P.; KWESI, A; ACHARYA, A. *Africa in Global International Relations: emerging approaches to theory and practice*. London: Routledge, 2016. p. 85-99.

Black Panther Party History and Geography. Civil Rights and Labor History Consortium - University of Washington. Washington. Disponível em: http://depts.washington.edu/moves/BPP_intro.shtml. Acesso em: 1 jun. 2021.

BLOOM, Joshua; MARTIN, Waldo E.. **Black against Empire: The History and Politics of the Black Panther Party**. Los Angeles: University Of California Press, 2013.

BHAMBRA, G. **Sociology and Postcolonialism: Another 'Missing' Revolution?** *Sociology*, v. 41, n.5, p.871-884, 2007a.

BRITANNICA. **Bobby Seale**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Bobby-Seale>. Acesso em: 5 jan. 2022.

BRITANNICA. **Fred Hampton**. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Fred-Hampton>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BRITANNICA. **Ho Chi Minh**: president of North Vietnam. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Ho-Chi-Minh>. Acesso em: 10 jan. 2022.

BRITANNICA. **Monroe Doctrine**: American history. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Monroe-Doctrine>. Acesso em: 6 jan. 2022.

BROWN, Elaine. **About Elaine**. Elaine Brown Online. Disponível em: <http://www.elainebrown.org/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

BROWN, Elaine. **A Taste of Power: A Black Woman's Story**. Anchor, v. 2, f. 192, 2015. 384 p.

BRUCE-JONES, Eddie. **EUA, Cuba e o problema do 'perdão' a Assata Shakur**. Opera Mundi. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/samuel/38946/eua-cuba-e-o-problema-do-perdao-a-assata-shakur>. Acesso em: 5 dez. 2021.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (Doutorado em Educação) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP). São Paulo, 2005.

CARVALHO, Mônica; SANTOS, Winnie. **A mulher preta no mundo do trabalho brasileiro: entre a sujeição e o prestígio social. Capitalismo e racismo - a práxis negra**, Marília, 2021.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sa da Costa Editora, 1978.

CHADAREVIAN, Pedro Caldas. **Os precursores da interpretação marxista do problema racial. Crítica Marxista**, Campinas. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo249artigo139artigo212artigo5.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

CHAVES, Wanderson da Silva. **O Partido dos Panteras Negras**. SciELO - Brasil. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/TvmkYWQhmtkPMGZWBZzgp9c/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 jun. 2021.

CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. **The COINTELPRO Papers: Documents from the FBI's Secret Wars Against Domestic Dissent**, f. 234. 1989. 467 p.

CLEMONS, Michael L.; JONES, Charles E.. **Global solidarity: The Black Panther party in the international arena**. 1999. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/07393149908429862>. Acesso em: 28 abr. 2021.

COLLIER, Andrea King. **The Black Panthers: Revolutionaries, Free Breakfast Pioneers.** National Geographic. 2015. Disponível em: <https://www.nationalgeographic.com/culture/article/the-black-panthers-revolutionaries-free-br-eakfast-pioneers>. Acesso em: 15 out. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro.** Revista Sociedade e Estado, [Brasília, DF], v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006>. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6081/5457>. Acesso em: 30 jun. 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminism thought: knowledge, consciousness, and politics of empowerment.** New York/London: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. **Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória.** PARÁGRAFO. JAN/JUN. 2017, V.5, N.1 (2017).

COMITÊ Internacional da Quarta Internacional. World Socialist Web Site. 2022. Disponível em: <https://www.wsws.org/pt/special/pages/icfi/history.html>. Acesso em: 6 jan. 2022.

CORREIA, Mariama. **Entregadores antifascistas: “Não quero gado. Quero formar entregadores pensadores”.** Agência Pública. 2020. Disponível em: <https://apublica.org/2020/06/entregadores-antifascistas-nao-quer-o-gado-quer-o-formar-entregadores-pensadores/>. Acesso em: 5 jan. 2022.

COSTA, Diogo Valença de Azevedo; CLEMENTE, Márcia da Silva. Karl Marx e a questão colonial: luta antirracista e método dialético, **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

COX, Oliver. **The Foundations of Capitalism.** Nova York. Philosophical Library, 1959.

COX, Robert W.. **Approaches to World Order.** Toronto: Cambridge University Press, 1996.

COX, Robert W. **Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory.** Nova York. Millenium, 1981.

DAMASCENO, Wagner Miquéias F.. Por que o capitalismo não pode ser antirracista?. **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.

DAVIS, Angela. **The Black Woman’s Role in the Community of Slaves.** San Francisco. Black Scholar, 1971.

DAVIS, Angela. **Uma autobiografia.** Boitempo Editorial, v. 3, f. 250, 2019. 500 p.

DEBURG, William L. Van. **New Day in Babylon: The Black Power Movement and American Culture, 1965-1975.** University of Chicago Press, f. 194, 1993. 388 p.

DESLANDES, Gabriel. **Guerra Fria dos direitos humanos: Panteras Negras x Dissidência soviética.** Revista Ópera. 2019. Disponível em: <https://revistaopera.com.br/2019/12/09/guerra-fria-dos-direitos-humanos-panteras-negras-x-dissidencia-sovietica/>. Acesso em: 28 jul. 2021.

DICIONÁRIO Político: Marxismo-leninismo. Marxists Internet Archive. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/m/marxismo_leninismo.htm. Acesso em: 10 nov. 2021.

DIXON, Janelle Harris. **The Rank and File Women of the Black Panther Party and Their Powerful Influence**. Smithsonian Magazine. 2019. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/smithsonian-institution/rank-and-file-women-black-panther-party-their-powerful-influence-180971591/>. Acesso em: 15 out. 2021.

DOTY, Roxanne Lynn. **Imperial encounters: the politics of representation in North-South relations**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996. (Borderlines, 5)

DU BOIS, W. E. B. **Black Reconstruction in America (1860-1880)**. New York: The Free Press, 1935.

DU BOIS, W. E. B. **The Philadelphia Negro: A Social Study**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1899.

BOIS, W. E. B. Du. **The Souls of Black Folk**: The Oxford W. E. B. Du Bois. Oxford University Press, v. 1, f. 88, 2014. 176 p.

EDWARDS, Brent Hayes. *The practice of diaspora: literature, translation, and the rise of Black internationalism*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.

ELZA SOARES; DOUGLAS GERMANO. **O Que Se Cala**. Guilherme Kastrup. 3min50seg.

EMICIDA. **Principia**. São Paulo: Laboratório Fantasma: 2019. 5min55seg.

FANON, Frantz. **Escritos políticos**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2021.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (Perspectivas do Homem. Série Política, 42).

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Frantz Fanon - Escritos Políticos. Prefácio. In: FANON, F. **Frantz Fanon - Escritos Políticos**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FAUSTINO, Deivison Mendes. Muito além do discurso: a relação entre colonialismo, capitalismo e racismo no pensamento de Frantz Fanon. **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

FERNANDES, João Pedro. **O ativismo negro nas relações internacionais na segunda metade do século XX: Os Panteras Negras, o Movimento Negro Brasileiro e a militância Antiparthoid**. Orientadora: Karine de Souza Silva. TCC (Graduação) - Curso de Relações Internacionais, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/201026>. Acesso em: 13 abr 2021.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e seus epistemicídios. **Monções**, Dourados, 2015.

FRANCISCO, Flávio Thales Ribeiro. **O novo negro em perspectiva transnacional. Representações afro-americanas sobre o Brasil e a França no jornal Chicago Defender (1916-1940)**. São Paulo, 2015. Tese (História Social) - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO.

Disponível em:
https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-26052015-115255/publico/2014_FlavioThalesRibeiroFrancisco_VCorr.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

Fundação Getúlio Vargas - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. **Anos de Incerteza (1930 - 1937)** > : Internacional Comunista. CPDOC FGV. Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/InternacionalComunista>. Acesso em: 6 jan. 2022.

GELEDÉS, Instituto. **Amílcar Cabral: ideólogo e pedagogo da revolução**. Instituto Geledés. 2020. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/amilcar-cabral-ideologo-e-pedagogo-da-revolucao/>. Acesso em: 9 jan. 2022.

GERRING, J. (2004). **What is a case studies and what is it good for?** American Political Science Review, v. 98, n. 2, may 2004.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. São Paulo. Editora 34, 2001.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p.223-246. (Coleção Cultura Negra e Identidades).

GONZALEZ, Flávio. **Brad: o Pantera Negra com deficiência**. Câmara Paulista para Inclusão da Pessoa com Deficiência. São Paulo. Disponível em:
<https://www.camarainclusao.com.br/artigos/brad-o-pantera-negra-com-deficiencia-por-flavio-gonzalez/>. Acesso em: 1 jul. 2021.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988. Disponível em:
<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-leliagonzales1.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2021.

GRAHAM, Jessica Lynn. **Shifting the Meaning of Democracy: Race, Politics, and Culture in the United States and Brazil**. Univ of California Press, f. 196, 2019. 392 p.

GROSGOUEL, Ramon. **¿Negros marxistas o marxistas negros?: una mirada descolonial. Tabula Rasa**, Bogotá, Colômbia, 2018. Disponível em:
https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo249artigo139artigo212artigo5.pdf. Acesso em: 1 jul. 2021.

HAAS, Jeffrey. **The Assassination of Fred Hampton: How the FBI and the Chicago Police Murdered a Black Panther**. Chicago Review Press, v. 3, f. 200, 2019. 400 p.

HALLIDAY, Fred. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. UFRGS/FAPA, 1999.

HAMPTON JR, Fred. **#FathersDay visit to the gravesite of #ChairmanFredHampton in Haynesville, LA..where his tombstone is annually shot up by law enforcement & the community church adjacent was burnt down**. Twitter: chairmanfredjr1. 2020. Disponível em: <https://twitter.com/chairmanfredjr1/status/1274871514110795778>. Acesso em: 23 jan. 2022.

HANCHARD, Michael. **Política Transnacional Negra, Antiimperialismo e Etnocentrismo para Pierre Bourdier e Loic Wacquant**. Revista Estudos Afro-Asiáticos, v.1, 63-69, 2002.

HAYWOOD, Harry. **A Black Communist in the Freedom Struggle: The Life of Harry Haywood**. 2011.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na Sala de Aula**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2008. 680 p.

HILLIARD, David. **The Black Panther Party: Service to the people programs - The Dr. Huey Newton Foundation**. University of New Mexico Press, 2008.

INTERNACIONAIS, Sementes. **Questão Racial e Relações Internacionais**. Youtube, 2021. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TERAzzrketo&list=LL&index=2>> Acesso em: 20 nov. 2021.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros: Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**, f. 198. 1999. 396 p.

JAMES, C.L.R.. **Black Power**. Marxists Internet Archive. 1967. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1967/black-power.htm>. Acesso em: 28 jul. 2021.

JAMES, C.L.R. **The Greatest Event in History**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/11/greatest.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JAMES, C.L.R. **The Revolutionary Answer to the Negro Problem in US**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/11/greatest.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JAMES, C.L.R.. **World Revolution**. Marxists Internet Archive. 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1968/world-revolution.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JESUS, Blena Santos de. Espaço social e simbólico do negro na produção acadêmica brasileira das Relações Internacionais. **Monções**, Dourados, Jan/Jun 2015.

JHONSON, J.R.. **[In Politics Instinct Is Not Enough]**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/10/negro3.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JHONSON, J.R.. **The Negro Question: The American Negro and the Proletarian Revolution**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/06/preliminary.html>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JHONSON, J.R.. **[The Place of the Negro Is in the Vanguard]**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/10/negro2.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JHONSON, J.R.. **What Do the Negroes Themselves Think About the War?**. Marxists Internet Archive. 1939. Disponível em:

<https://www.marxists.org/archive/james-clr/works/1939/10/negro6.htm>. Acesso em: 14 jul. 2021.

JONES, Branwen Gruffydd. **Introduction: international relations, eurocentrism, and imperialism**. In: _____ (ed.). *Decolonizing international relations*. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2006. p. 1-22.

JONES, Charles E.. **The Black Panther Party: Reconsidered**. Baltimore: Black Classic Press, 1971.

KILOMBA, Grada. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. Prefácio. In: FANON, F.. **Peles Negras, Máscaras Brancas**. 1ª. ed. São Paulo: Ubu editora, 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRETZER, Maria Clara. **A "amnésia intencional" em relações internacionais: colonialidade, branquitude e a educação das relações étnico-raciais nos cursos de graduação em Santa Catarina**. Florianópolis, 2021 Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal de Santa Catarina.

KRISHNA, S. **Race, Amnesia and the Education of International Relations**. In: JONES, Branwen Gruffydd (ed.), *Decolonizing International Relations*. Plymouth: Rowman and Littlefield Publishers 2006.

LIBERTEM Angela Davis. Direção de Shola Lynch. Produção de Shola Lynch, Sidra Smith, Carole Lambert, Carine Ruszniewski. Estados Unidos. Longa Metragem (97min.). Disponível em: https://canalcurta.tv.br/filme/?name=libertem_angela_davis. Acesso em: 1 jul. 2021.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo, etapa superior do capitalismo**. Várias edições.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e Revolução. O mundo um século após outubro de 1917**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LUGONES, María. **Colonialidade e gênero**. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MALLOY, Sean L.. **Out of Oakland: Black Panther Party Internationalism During the Cold War**. 2017.

MANOEL, Jones. **O que é marxismo-leninismo?** Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=C1MMKoNLI5c>. Acesso em: 15 out. 2021.

MANOEL, Jones e LANDI, Gabriel (orgs.) **Raça, Classe e Revolução: A Luta pelo Poder Popular nos Estados Unidos**. São Paulo, Autonomia Literária, 2020.

MARTUSCELLI, Danilo Enrico; SILVA, Jair Batista da. **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**. Chapecó, 2020.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. Várias edições.

MC THA. **Avisa lá**. São Paulo. Elemess. 2020. 3min08seg.

MENESES, Maria Paula. **Os sentidos da descolonização: uma análise a partir de Moçambique.** Revistas UFRGS. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/Opsis/article/download/36904/21504/>. Acesso em: 1 jul. 2019.

MILTON NASCIMENTO; FERNANDO BRANT. **Raça.** Universal Music Ltda. 3min34seg.

MORAIS, Pâmela Samara Vicente. **"O perigo de uma história única": colonialidade e branquitude nos currículos de Relações Internacionais.** Florianópolis, 2021 Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais) - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/223134>. Acesso em: 1 jul. 2021.

MÜLLER, Henrique da Rosa. O negro e a marginalização social: uma aproximação teórica entre a intelectualidade negra, a teoria decolonial e o marxismo.. **Capitalismo e racismo - a práxis negra**, Marília, 2021.

NASCIMENTO, Abdias **O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista.** Petrópolis: Vozes, 1980.

NEWTON, Huey P. **Revolutionary Suicide:** (Penguin Classics Deluxe Edition). Penguin, v. 2, f. 192, 2009. 384 p.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem: Sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre relações raciais no Brasil.** Tempo social, v. 19, n. 1, 2007

NOLK, Andreas. "World system theory". In SCHIEDER, Siegfried e SPINDLER, Manuela (ed). **Theories of international relations.** London: Routledge, 2014. p. 198-213.

NOVA CULTURA POPULAR (São Paulo) (Org.). **Todo Poder ao Povo: Todo poder ao povo! Artigos, discursos e documentos do Partido dos Panteras Negras.** 2. ed. São Paulo: Raízes da América, 2017. Tradução de Carlos Magnum.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Relações internacionais: estudos de introdução,** f. 140. 2003. 279 p.

Os Panteras Negras: Vanguarda da Revolução. Direção de Stanley Nelson. Produção de Laurens Grant e Stanley Nelson, Jr. Nova York: Pbs, 2014. (115 min.), son., color. Legendado.

PARKER, Phyllis. 1964: O Papel dos Estados Unidos no Golpe de Estado de 31 de Março. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Teoria das Relações Internacionais - O mapa do caminho - Estudo e Prática.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PENIEL E, Joseph (ed.). **The Black Power Movement: rethinking the Civil Rights – Black Power Era.** New York: Routledge, 2006.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Afro-latinos in movement: Critical Approaches to Blackness and Transnationalism in the Americas.** Rio de Janeiro: P.r. Rivera, 2016.

PEREIRA, Amilcar Araújo. **Influências externas, circulação de referenciais e a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil: idas e vindas no "Atlântico**

negro". In: PEREIRA, Amilcar Araújo. External Influence, Circulation of Reference, and the Establishment of the Contemporary Negro Movement in Brazil: Coming and Going in the Negro Atlantic. Porto Alegre: Faculdade Porto-alegrense, 2008. p. 215-236

PEREIRA, Amilcar Araujo. **Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX**. In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 17., 2013, Natal. Movimento negro contemporâneo, memória e educação: aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX. Natal: Anpuh, 2013. p. 1 – 11 72.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **“O Mundo Negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995)**. 2010. 271 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

POLÍCIA de SP prende suspeito de participar de incêndio da estátua de Borba Gato. Folha de S. Paulo. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/07/policia-de-sp-prende-suspeito-de-participar-de-incendio-a-estatuade-borba-gato.shtml>. Acesso em: 5 jan. 2022.

QUADROS, Mariana Felix de. **Descolonizando as relações internacionais: a raça e o racismo como categoria de análise**. Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF, v. 18, n. 1, p. 39 - 57, 5 nov. 2019.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. Biblioteca Virtual do Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais, p.117-141, 2005.

RAQUEL BARRETO: #71 São Paulo: Central 3, 1 jun. 2020 Podcast.

REIS, Raissa Brescia dos; RESENDE, Taciana Almeida Garrido. **Toda história é BANDUNG, 1955: Ponto de encontro global**. Florianópolis, 2019.

ROBINSON, Cedric. **Black Marxism: The Making of the Black Radical Tradition**. 1983.

ROCHA, Gabriel dos Santos. **Comunistas e a questão racial no Brasil (1919-1959). Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

RUIJTER, Anna de. **O papel da raça no capitalismo: Para um debate racializado no contexto contemporâneo das políticas de identidades** Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

RUPERT, Mark. “Marxism”. In DUNNE, Tim; KURKI, Milja; SMITH, Steve. **International relation theories - Discipline and diversity**. Oxford: Oxford University Press, 3rd edition, 2013. p.153-170.

SILVA, Karine de Souza. **“Esse silêncio todo me atordoia”: a surdez e a cegueira seletivas para as dinâmicas raciais nas Relações Internacionais**. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 58, n. 229, p. 37-55, jan./mar. 2021. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p37.

SILVA, Karine de Souza; BODENMULLER, Gustavo H. S. **Eurocentrismo, hierarquias e colonialidade nas Relações Internacionais: A paz que eu não quero conservar**. In: SALATINI, Rafael; DIAS, Laércio Fidélis. (Org.). Reflexões sobre a paz: Paz e tolerância. 1ed. Marília, São Paulo: UNESP/ Oficina Universitária/Cultura Acadêmica, 2018, v. 2.

SILVA, Karine, BOFF, Ricardo B. '**Nós, os povos das Nações Unidas**': do eurocentrismo excludente à pluriversalidade da ONU. In: SCHMITZ, Guilherme; ROCHA, Rafael A. (Org.). Brasil e o Sistema das Nações Unidas: desafios e oportunidades na governança global. 1ed. Brasília: IPEA, 2017, p. 230-260.

SILVA, Karine de Souza; PEROTTO, Luiza L. N. **A Zona do Não-Ser do Direito Internacional: Os Povos Negros e a Revolução Haitiana. Direito E Justiça: Reflexões Sociojurídicas**, v. 18, 2018. Disponível em: http://srvapp2s.santoangelo.uri.br/seer/index.php/direito_e_justica/article/view/2838

SILVEIRA, Maria de Fátima Souza da. "O autêntico e fechado mundo dos brancos": notas sobre a articulação entre classe e raça no pensamento de Florestan Fernandes. **Racismo, etnia e luta de classes no debate marxista**, 2021.

SINGH, Nikhil Pal. *Black is a country: race and unfinished struggle for democracy*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.

SHAKUR, Assata. **Assata: An Autobiography**. Zed Books, v. 3, f. 137, 2000. 274 p.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino de. Marx e o estudo da questão racial: elementos para uma análise desde a América Latina. **Capitalismo e racismo - a práxis negra**, Marília, 2021.

SPIVAK, Gayatri. **Can the subaltern speak?** In: WILLIAMS, P; CHAPMAN, L. (Eds). *Colonial Discourse and Post-colonial Theory: A reader*. Hemel Hempstead: Simon and Schuster International Group, 1984.

STATE Capitol March. PBS. 2002. Disponível em: https://www.pbs.org/hueypnewton/actions/actions_capitolmarch.html. Acesso em: 4 out. 2021.

TATE, Shirley Anne. **Black Skins, Black Masks: Hybridity, Dialogism, Performativity**. Routledge, v. 3, f. 94, 2017. 188 p.

VITALIS, Robert. **White World Order, Black Power Politics: The Birth of American International Relations**. Cornell University Press, v. 2, f. 144, 2015. 288 p.

ZANIN, Valter. **Introdução à obra e à vida de C.L.R. James, ou da atualidade da revolução como realização do indivíduo social**. Lugar Comum. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/40286>. Acesso em: 3 jul. 2021.

ZVOBGO, Kelebogile; LOKEN, Meredith. **Why race matters in international relations**. Foreign Policy, [s. l.], June 19, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/06/19/why-race-matters-international-relations-ir/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

WALSH, Catherine. **Interculturalidad, estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar y Ediciones Abya Ala, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O sistema mundial moderno**. Porto: Ed. Afrontamentos, 1974.

ANEXO A - Bill Whitfield, Programa de café da manhã para crianças em idade escolar,
Comitê do Kansas



Fonte: William P. Straeter, National Geographic, 1969

ANEXO B - Panteras Negras em fileira

Fonte: Stephen Shame, [1968?]

ANEXO C - O jornal Black Panther



THE BLACK PANTHER

INTERCOMMUNAL NEWS SERVICE
PUBLISHED WEEKLY BY THE BLACK PANTHER PARTY

POSTMASTER: (U.S.) 5570, by Huey P. Newton

VOL. XIV NO. 19

SATURDAY, JANUARY 24, 1976

25¢



INSIDE

•National Black Political Assembly Builds Strategy PAGE 3

•200 Pay Tribute To Wesley Robert Wells PAGE 5

•Judge Orders Sweeping Changes For Alabama Prisons PAGE 11

•M.P.L.A. Drives F.N.L.A. Out Of Angola PAGE 17

\$47 Million Damage Suit Trial Begins

ALL-WHITE JURY IN FRED HAMPTON MURDER CASE?



The families of slain Black Panther Party leaders FRED HAMPTON and MARK CLARK (inset) have to yet to receive justice for the execution-style murders which took place on December 4, 1969. A \$47 million suit filed in federal court against those responsible for this vicious FBI-police conspiracy faces a distinct probability of being tried by an all-White jury.

(Chicago, Ill.) — With five of the six federal court jurors swiftly selected, an all-White jury looms as the distinct probability in the \$47 million damage suit case arising from the infamous assassination of Illinois State Black Panther Party leaders Fred Hampton and Mark Clark.

Four White men and one White woman have already been seated as jurors in the long-delayed, heated trial, while five Blacks on the possible jury panel have been dismissed, two on peremptory challenges by attorneys representing the law enforcement officials responsible for the December 4, 1969, predawn police attack.

Plaintiffs in the case are seven former Black Panther Party members who survived the fusillade of over 100 bullets poured into the Westside apartment by the marauding police — four of whom were wounded in the assault — and the families of the two slain Party leaders.

The defendants are: the Federal Bureau of Investigation (FBI); the Chicago Police Department; former Cook County State's Attorney Edward Hanrahan, under whom the 14 raiding policemen worked as members of an elite "prosecutions" unit; three former Hanrahan assistants; and William O'Neal, a Judas FBI informer who infiltrated the Chapter.

The prospect of an all-White jury heightens the chances that biased, racist attitudes will tilt the scales so as to make even a semblance of justice impossible.

CONTINUED ON PAGE 10

99-111
2011 DE 10/10/10
P O BOX 305
EVANSTON, ILLINOIS

CENTRAL DISTRIBUTION
8501 E. 14TH STREET
OAKLAND, CALIF. 94621

ANEXO D - “Afro-American solidarity with the oppressed People of the world”



Fonte: Emory Douglas, 1968

ANEXO E - Vestuário clássico dos Panteras Negras



Fonte: The Intercept, 2022

ANEXO F - Delores Henderson, Joyce Lee, Mary Ann Carlton, Joyce Means and Paula Hill em um protesto da campanha “*Free Huey!*”



Fonte: NMAAHC, Smithsonian, 1968

ANEXO G - Lápide de Fred Hampton alvejada por policiais



Fonte: Fred Hampton Jr, 2020

ANEXO H - “Estamos com você, Angela!”



Fonte: Pôster soviético, 1972

ANEXO I - “Direitos Humanos ao estilo americano”



Fonte: Pôster soviético, 1978

ANEXO J - Emicida e Elza Soares - Panteras Negras



Fonte: João Weiner, 2016